

WEDER SILVEIRA CUNHA

**MODOS DE USO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NO RESIDENCIAL
ATALAIA – PROGRAMA *MINHA CASA, MINHA VIDA* EM
GOVERNADOR VALADARES, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2015

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

C972m
2015

Cunha, Weder Silveira, 1968-

Modos de uso e configuração espacial no Residencial
Atalaia - Programa Minha Casa, Minha Vida em Governador
Valadares, MG / Weder Silveira Cunha. – Viçosa, MG, 2015.
xiv, 177f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Aline Werneck Barbosa de Carvalho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.152-165.

1. Arquitetura de habitação. 2. Planejamento urbano.
3. Habitação popular. 4. Programa Minha Casa Minha Vida
(Brasil). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22. ed. 728.31

WEDER SILVEIRA CUNHA

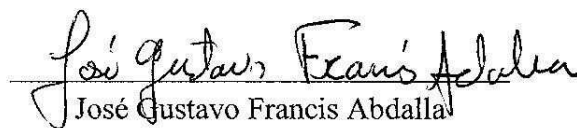
**MODOS DE USO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NO RESIDENCIAL
ATALAIA – PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM
GOVERNADOR VALADARES, MG**

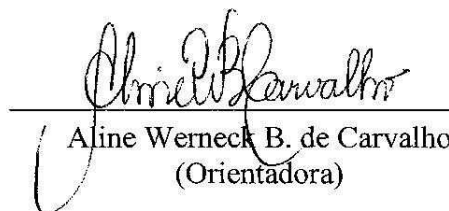
Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e
Urbanismo, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

APROVADA: 22 de outubro de 2015.


Geraldo Browne Ribeiro Filho


Ítalo Itamar Caixeiro Stephan


José Gustavo Francis Abdalla


Aline Werneck B. de Carvalho
(Orientadora)

Partilha significa duas coisas: a partilha em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas.

Jacques Rancière, *A partilha do Sensível*

Mas [...] o espaço sempre me fez silencioso.

Jules Valles, *L'enfant*

[...] estamos onde não estamos.

Pierre-Jean Jouve, *Lyrique*

À minha querida mãe, Terezinha Silveira Cunha, pela
sabedoria, força e inspiração de fé.
Ao meu querido pai, José Wagner Cunha... Ele
já não está mais aqui...

AGRADECIMENTOS

Ao Criador de todas as coisas por permitir...

À minha querida família, Terezinha, Élide, William, Kayo e Caleb pela presença e amor recíproco.

Aos amigos e demais familiares pelo incentivo; aos colegas de trabalho, Isabelle, Débora, Fátima e Hércules pela disponibilidade; e aos meus gestores, Marilene e Maaldi, pela compreensão e generosidade quando priorizei a pesquisa.

Ao assistente social Wallace do município de Governador Valadares, seu profissionalismo e seu *approach* relacionado aos sujeitos da pesquisa foram essenciais para o trabalho de campo.

Aos moradores do Residencial Atalaia, generosos e gentis.

A minha orientadora, Dr^a Aline Werneck Barbosa de Carvalho, pela transmissão de conhecimento e sabedoria, por sua dedicação inspiradora e por acreditar.

Às professoras Lílian Perdigão do departamento de Economia Doméstica e Regina Esteves Lustoza do DAU/UFV pelas sugestões na etapa de defesa do projeto.

Ao professor Geraldo Browne Ribeiro Filho, pelo incentivo, pela transmissão de saber, e pelas críticas enriquecedoras.

Aos professores Ítalo Itamar Caixeiro Stephan e José Gustavo Francis Abdalla, pela leitura atenta e pelas importantes sugestões.

Aos demais professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, Tereza Faria e Túlio Tibúrcio, pelas aulas.

Aos funcionários do DAU/UFV pelo apoio e gentilezas

Aos colegas do mestrado Carol, Kelly, Liliane, Luciana, Zoleni, Sandro, Leninha, Jú, Julianna Higa, e Aninha pela cordialidade e diálogos enriquecedores.

À minha prima Sâmara por me acolher nos meus primeiros dias em Viçosa. Sua mãe estaria orgulhosa de você!

Ao meu tio, professor João Carlos, pelo incentivo lá no ensino médio, e à minha tia Mércia, pelas aulas de matemática na minha infância, afinal, por mais insólito possa ser – sempre disse que matemática não seria minha vocação – os números também figuram por aqui.

‘Brigadíssimo!’

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE SIGLAS.....	xii
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xiv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O problema.....	4
1.2 Delimitação do objeto de estudo.....	6
1.3. Justificativa e relevância.....	8
1.4 Objetivos.....	9
1.4.1 Objetivo geral.....	9
1.4.2 Objetivos específicos.....	10
1.5 Estrutura da dissertação.....	10
2. O SUJEITO E O ESPAÇO.....	12
2.1 Notas sobre o habitar poético e político.....	12
2.2 Sujeito e espaço em Lefebvre: os espaços de representação, as representações do espaço e as práticas espaciais.....	14
2.3 Sujeito e espaço na visão de Bourdieu: a noção de <i>habitus</i>	18
3. DIMENSÕES DA HABITABILIDADE.....	24
3.1. As dimensões subjetivas da habitabilidade.....	26
3.2. As dimensões urbanas da habitabilidade.....	35
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
4.1 Local da pesquisa.....	42
4.2 Métodos e técnicas.....	44
4.2.1 Coleta de dados.....	45
4.2.2 Coleta de dados na unidade habitacional.....	48
4.2.3 Coleta de dados nas áreas comuns do Residencial.....	49
4.2.3 Coleta de dados no Bairro Jardim Atalaia e entorno.....	50
4.2.5 Coleta de dados acerca da Percepção dos Moradores sobre o Lugar e Sua Satisfação.....	51
4.2.6 Coleta de dados acerca da Percepção do Síndico e do Responsável Técnico Social.....	51
4.2.7 Análise dos dados.....	52
4.3 Modelo de análise.....	54
4.3.1 Indicadores analíticos.....	54
5 O RESIDENCIAL ATALAIA.....	57
5.1 O Residencial Atalaia no Âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.....	57
5.2 O Residencial Atalaia.....	61
5.3 O Trabalho técnico-social no Residencial Atalaia.....	67
5.3.1 Notas sobre o trabalho social suplementar.....	73
6. CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E SEUS MODOS DE USO NO RESIDENCIAL ATALAIA.....	77
6.1 O cotidiano do lugar.....	77

6.2 Espaço concebido X Uso do lugar	95
6.3. Lugar desejado?	110
6.3.1. Preferência do morador entre a moradia anterior e a atual	110
6.3.2. Satisfação e demandas relacionadas ao apartamento	112
6.3.3 Satisfação e demandas relacionadas ao Residencial Atalaia.....	116
6.3.4. Satisfação e demandas relacionadas ao bairro e entorno	121
6.3.5 Percepção dos moradores relacionada à utilização das áreas coletivas e a efetividade do trabalho social	125
6.4. Do pertencimento ao lugar	132
7. HABITABILIDADE E ADEQUAÇÃO DO RESIDENCIAL AO PERFIL DOS MORADORES	135
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
ANEXOS	166
Anexo A – Questionário aplicado aos moradores do Residencial Atalaia, Governador Valadares, MG.....	167
Anexo B – Roteiro de Entrevista – Assistente Social – Responsável Técnico TS – Residencial Atalaia, Governador Valadares, MG.....	176
Anexo C – Roteiro de Entrevista – Síndico e Subsíndico. Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG.....	177

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 – Vista da entrada do Residencial Atalaia, do estacionamento e vista parcial dos blocos.	6
Figura 2 – Localização de Governador Valadares no estado de Minas Gerais.	43
Figura 3 – Governador Valadares no estado de Minas Gerais. O bairro Jardim Atalaia localiza-se no extremo sul da cidade.	43
Figura 4 – Vista aérea da localização do Residencial Atalaia – marcação verde – no Bairro Jardim Atalaia em Governador Valadares, MG (poligonal tracejada).	44
Figura 5 – Vista parcial do Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014.	44
Figura 6 – Categorias de análise e indicadores de adequabilidade – Espaço x Sujeito.	56
Figura 7 – Localização do Residencial Atalaia, e acima os bairros Azteca e Jardim Ipê.	61
Figura 8 – Registro fotográfico das obras do Residencial Atalaia.	62
Figura 9 – Vista dos blocos do Residencial Atalaia em fase de acabamento.	62
Figura 10 – Planta baixa do apartamento do Residencial Atalaia.	63
Figura 11 – Vista parcial da área externa – estacionamento e blocos do Residencial Atalaia e vista da área social – área coberta e gramado.	63
Figura 12 – Planta de Situação do Residencial Atalaia.	64
Figura 13 – Cruzamento próximo à entrada do Residencial Atalaia.	65
Figura 14 – Reunião do Trabalho Social suplementar nos blocos 1 e 2. Residencial Jardim Atalaia. Governador Valadares, MG.	74
Figura 15 – Interior dos apartamentos. Cuidado e organização.	82
Figura 16 – Funcionalidade do Lugar. Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014.	106
Figura 17 – Organização, limpeza e manutenção do lugar. Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014.	107
Figura 18 – Organização, limpeza e manutenção do lugar. Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014.	108
Figura 19 – Sociabilidade do Lugar. Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014.	109
Figura 20 – Vista do estacionamento descoberto. Residencial Atalaia, 2014.	118

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1 – Frequência da observação direta nas escalas do habitar e no Trabalho Social. Residencial Atalaia, 2014	48
Quadro 2 – Subjetividade e adequação à configuração espacial	55
Quadro 3 – Perfil socioeconômico dos moradores do Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014	67
Quadro 4 – Análise da adequação da configuração espacial ao perfil do morador, 2014 ..	135
Quadro 5 – Síntese da análise da adequação da configuração espacial ao perfil do morador, 2014.....	141
Quadro 6 – Síntese dos resultados da análise – configuração espacial x habitabilidade no Residencial Atalaia, 2014	141

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 – Preferência do morador entre a moradia anterior e a atual, 2014.....	110
Tabela 2 – Identificação dos moradores do Residencial Atalaia com a estética do apartamento, 2014.....	112
Tabela 3 – Satisfação dos moradores do Residencial Atalaia com a estética do apartamento. Razões apontadas pelos moradores, 2014	112
Tabela 4 – Territorialidade nos apartamentos do Residencial Atalaia segundo a percepção dos moradores. 2014	113
Tabela 5 – Privacidade nos apartamentos do Residencial Atalaia, segundo a percepção dos moradores, 2014	114
Tabela 6 – Ambiência dos apartamentos do Residencial Atalaia segundo a percepção dos moradores, 2014.....	114
Tabela 7 – Funcionalidade dos apartamentos do Residencial Atalaia, segundo a percepção dos moradores, 2014	115
Tabela 8 – Funcionalidade dos apartamentos do Residencial Atalaia. Adequações ou inadequações apontadas pelos moradores, 2014	115
Tabela 9 – Identidade dos moradores do Residencial Atalaia com a estética do Residencial, 2014.....	116
Tabela 10 – Identidade dos moradores do Residencial Atalaia com a vizinhança do Residencial, 2014	116
Tabela 11 – Equipamentos e espaços do conjunto com problemas quanto à funcionalidade segundo os moradores do Residencial Atalaia, 2014	117
Tabela 12 – Demandas dos moradores do Residencial Atalaia quanto à funcionalidade das áreas e equipamentos do conjunto, 2014.....	118
Tabela 13 – Sociabilidade dos moradores do Residencial Atalaia. Percepção quanto aos espaços coletivos, 2014	119
Tabela 14 – Territorialidade no Residencial Atalaia, segundo a percepção dos moradores, 2014	120
Tabela 15 – Territorialidade no Residencial Atalaia. Percepção dos moradores quanto à inadequação das áreas de uso coletivo, 2014	120
Tabela 16 – Identificação do morador do Residencial Atalaia com a estética do bairro, 2014.....	121
Tabela 17 – Identificação do morador do Residencial Atalaia com a Vizinhança do Bairro, 2014	121
Tabela 18 – Identificação do morador do Residencial Atalaia com o Bairro de forma geral, 2014	121

Tabela 19 – Satisfação dos moradores do Residencial Atalaia com a segurança pública no conjunto e no bairro, 2014.....	123
Tabela 20 – Satisfação dos moradores do Residencial Atalaia com a mobilidade urbana, 2014	124
Tabela 21 – Satisfação dos moradores do Residencial Atalaia com os equipamentos públicos no entorno do conjunto, 2014	124
Tabela 22 – Satisfação dos moradores do Residencial Atalaia com os equipamentos de socialização no entorno do conjunto, 2014	125
Tabela 23 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto à importância do Trabalho Social para a conservação do patrimônio, 2014.....	126
Tabela 24 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto à utilização das áreas relacionada à manutenção, organização e estética do conjunto, 2014.....	126
Tabela 25 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto à limpeza do conjunto e sua relação com o Trabalho Social, 2014	127
Tabela 26 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto ao comportamento relacionado à limpeza no Residencial, 2014	127
Tabela 27 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto aos serviços de limpeza urbano e seu impacto no conjunto, 2014	128
Tabela 28 – Percepção dos moradores quanto à eficácia do Trabalho Social para a adequada utilização das áreas e equipamentos relacionada à boa convivência, 2014	128
Tabela 29 – Percepção dos moradores quanto à sociabilidade relacionada com a boa utilização das áreas e equipamentos coletivos, 2014.....	129
Tabela 30 – Declaração dos moradores do Residencial Atalaia quanto ao funcionamento do condomínio e sua relação com o Trabalho Social, 2014	130
Tabela 31 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto à inadimplência no condomínio, 2014.....	131
Tabela 32 – Percepção dos moradores dos moradores quanto à Gestão Condominial e às regras formais do condomínio, 2014.....	132
Tabela 33 – Relação dos moradores com o novo espaço, 2014.....	132

LISTA DE SIGLAS

APO	Avaliação de Pós-Ocupação
BNH	Banco Nacional de Habitação
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FCP	Fundação da Casa Popular
FJP	Fundação João Pinheiro
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
INVI	Instituto De La Vivienda
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PITTS	Plano de Intervenção do Trabalho Técnico Social
PTTS	Projeto do Trabalho Técnico Social
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbana
RATTS	Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SM	Salário Mínimo
SNH	Sistema Nacional de Habitação
TS	Trabalho Social
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

RESUMO

CUNHA, Weder Silveira. M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2015.
Modos de uso e configuração espacial no Residencial Atalaia – Programa Minha Casa, Minha Vida em Governador Valadares, MG. Orientadora: Aline Werneck Barbosa de Carvalho.

Propõe-se compreender a relação existente entre os modos de uso e os saberes – conhecimento técnico arquitetônico e trabalho técnico social – empreendidos na configuração espacial de um residencial produzido pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Os moradores são originários de residências unifamiliares em diferentes bairros populares. Parte-se do pressuposto que os usuários dos programas habitacionais de interesse social guardam suas particularidades em suas práticas socioespaciais, produto de uma razão prática operada pelo *habitus*. Este que é um dispositivo de inteligibilidade e adaptação a novas situações sociais pode estabelecer também resistência quanto às práticas cotidianas requeridas, ou mesmo na relação simbólica com o lugar. Analisam-se comportamentos, percepções e o sentido do lugar para os moradores. Descreve-se a dinâmica socioespacial na intercessão entre o estilo de vida, a arquitetura e os saberes sociais ali aplicados. A revisão bibliográfica dá a conhecer o sujeito que habita; a observação direta, entrevistas e questionários permitem-nos apreender os dados simbólicos e funcionais de ocupação do espaço; e a análise documental dá-nos acesso ao programa, aos projetos arquitetônicos e ao trabalho social realizado com as famílias. Revela-se um repertório de práticas socioespaciais adequado, dada organização, limpeza, e manutenção do condomínio, além de relativa boa convivência. Ajustes na gestão condominial e um trabalho de aproximação dos moradores são requeridos para maior bem-estar no cotidiano dos moradores. Identificam-se moradores satisfeitos e vinculados ao território, há aqueles em adaptação, outros que resistem ao lugar e aqueles em quem não foi possível identificar sua relação com o novo morar. O bairro e entorno demonstram lacunas na atenção da política urbana.

ABSTRACT

CUNHA, Weder Silveira. M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, October of 2015.
Modos de uso e configuração espacial no Residencial Atalaia – Programa Minha Casa, Minha Vida em Governador Valadares, MG. Orientadora: Aline Werneck Barbosa de Carvalho.

This research aims to understand the relationship between usage modes and knowledge – architectural expertise and technical social work – undertaken in the spatial configuration of a Residence – low income housing – produced by Programa Minha Casa, Minha Vida. Residents come from single-family homes in different popular neighborhoods. This is on the assumption that users of housing programs of social interest keep their peculiarities in their socio-spatial practices, product of a practical reason operated by *habitus*. This device intelligibility and adaptation to new social situations can also establish resistance to daily practices required, or even the symbolic relationship with the place. The behaviors, perceptions and the meaning of place for residents are analyzed. The socio-spatial dynamics are described from the intersection of lifestyle, architecture and the information-educational program to adapt to the rules and socio-spatial requirements. The literature review presents aspects of subjectivity of the dweller; direct observation, interviews and questionnaires allow us to understand the use of space in the pragmatic and symbolic perspective; and document analysis gives us access to housing program, architectural projects and social work with families. We could observe a repertoire of adequate socio-spatial practices, because the spaces are organized, cleaned, well maintained, and coexistence is relatively good between the neighbors. Adjustments in condominium management and work for closer coexistence among dwellers are required for quality of daily life of the residents. We identified satisfied residents and rooted to the territory, there are those who are in adaptation, others resist to the place but also could not identify the type of relationship established between some residents and the space. The neighborhood and surroundings demonstrate gaps in attention of urban policy.

1 INTRODUÇÃO

O *leitmotiv* das políticas de habitação no Brasil pode ser caracterizado, historicamente, por sua heteronomia. Se, legitimamente, tem havido respostas ao déficit habitacional em escalas variadas, os programas e instrumentos interventores na questão têm sido também estratégias de aquecimento econômico, de legitimação de escolhas políticas e de atendimento a certos setores da sociedade (BONDUKI, 1994, 2004).

Isso pode ser apresentado da seguinte forma: ausência do Estado produzindo habitação na República Velha (1889-1930), face à crença liberal de que o mercado poderia equacionar a oferta e a procura; e o período em que se instituíram políticas habitacionais, da Era Vargas (1930-1954) à contemporaneidade, variando desde políticas integradas nacionalmente a períodos vacantes de atuação estatal (BONDUKI, 2004).

O alto custo da terra urbana e a baixa renda de grande parte das famílias brasileiras fizeram do déficit habitacional um grande problema a ser combatido. No entanto, o tratamento dado à questão não permitiu seu equacionamento.

De 1930 a 1954 houve a intervenção governamental nos preços de aluguéis, a criação de carteiras prediais pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), e a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro marco institucional de uma política nacional de habitação. Produzia-se habitação e valorizava-se a sociedade urbano-industrial, através de forte presença do Estado na economia. No entanto, a atuação da FCP foi pulverizada, pois encontrou resistência política, conflitos de interesse entre diversos setores da sociedade e desarticulação com outros órgãos que também tratavam da questão ao nível governamental (BONDUKI, 1994).

O Banco Nacional de Habitação (BNH) (1964-1986), que representou uma política de maior amplitude se comparada à da FCP, não foi um modelo quanto à arquitetura e à espacialização da habitação social no tecido urbano. Os conjuntos habitacionais produzidos eram periféricos, não integrados à cidade, distantes dos postos de trabalho e carentes de infraestrutura urbana. Além disso, o modelo de

financiamento não se sustentou em um período de queda da economia, determinando inadimplência nas carteiras de financiamento imobiliário (BONDUKI, 1994).

O período que se estendeu da extinção do BNH, em 1986, até a criação do Ministério das Cidades, em 2003, caracterizou-se pela forte influência neoliberal, marcado pela descontinuidade e desarticulação programática do Estado para enfrentar o problema habitacional, embora sejam registradas algumas importantes iniciativas de governos locais progressistas. Com a extinção do BNH a Caixa Econômica Federal tornou-se o agente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), assumindo atribuições, pessoal e acervo do extinto BNH. A regulamentação do crédito habitacional foi transferida para o Conselho Monetário Nacional, tornando-se, de modo definitivo, um instrumento de política monetária, com isso o controle de crédito tornou-se mais rígido, dificultando e limitando a produção habitacional (BONDUKI, 2004).

A perspectiva bancária determinante nos financiamentos imobiliários acentuou uma característica tradicional das políticas habitacionais no Brasil, ou seja, o atendimento privilegiado às famílias de renda média. Entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 5 SM, e apenas 8,47% foram destinados à baixíssima renda (até 3 SM), onde se concentravam 83,2% do déficit quantitativo (BONDUKI, 2004).

A Caixa Econômica Federal, além de financiar habitação, tem ocupado o protagonismo no acompanhamento das políticas públicas de habitação e desenvolvimento urbano e rural. Face à sua capilaridade e ampliação do seu corpo técnico – engenheiros, arquitetos e técnicos da área social – é gestora operacional de programas habitacionais¹ (BRASIL, 2009), orientando e aprovando os projetos, bem como acompanhando as obras. Notadamente os geridos pelo Ministério das Cidades.

¹ A Caixa Econômica Federal é remunerada pelo trabalho de acompanhamento técnico e operacional dos programas habitacionais, de acordo com os valores fixados pelos Ministros de Estado da Fazenda e das Cidades.

De 2003 a 2007, houve avanços legais, programáticos e institucionais importantes – a elaboração do Projeto Moradia, a aprovação do Estatuto da Cidade, a criação do Ministério das Cidades e do Sistema Nacional de Habitação (SNH) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Em 2004 já se via um crescimento na aplicação de recursos em habitação social e de mercado (BONDUKI, 2008).

Mas, somente com a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)², em 2007, e com o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)³, regulamentado em 2009, é que volumes importantes de recursos foram aplicados na habitação de interesse social. O PAC privilegiou a requalificação de áreas subnormais e favelas, e o PMCMV tem produzido número expressivo de conjuntos habitacionais, bem como subsidiado amplamente a habitação social.

A requalificação de áreas subnormais e favelas apresentou-se, desde experiências anteriores, como um modelo de intervenção que, além de produzir e requalificar a habitação – mobilidade urbana, o saneamento, a pavimentação e a acessibilidade – mantinha o sujeito social em seu território⁴. Dessa maneira, as relações de vizinhança são preservadas e a integração urbana possível (BRASIL, 2010a).

Já o PMCMV apresentou-se como um conjunto de medidas do Governo Federal de incentivo à produção e aquisição de imóveis novos, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitação rural, fomentando a economia pela geração de emprego e renda (BRASIL, 2009).

² Pelo PAC foram selecionados 847 projetos de saneamento e 306 projetos de urbanização de favelas, totalizando R\$ 25,7 bilhões. Dos 306 projetos para favelas, 263 são financiados com recursos do OGU, beneficiando 117 municípios, com um total de investimento em urbanização de favelas da ordem de R\$ 7,9 bilhões em recursos não onerosos e R\$ 3,1 bilhões para financiamento, totalizando R\$ 11 bilhões, além de 3 bilhões para o FNHIS até 2010. O programa previu um total de 17 bilhões destinados à habitação (BRASIL, 2010a).

³ O PMCMV fundamenta-se na ideia de que a ampliação do acesso ao financiamento de moradias e de infraestrutura proporciona mais emprego e oportunidades de negócio, e previu investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões para a construção de 1 milhão de moradias (BRASIL, 2010a), em sua primeira fase. Na segunda, foram anunciadas mais de 2 milhões de unidades habitacionais (MARGUTI, 2013) e o governo federal anunciou para a terceira fase mais 3 milhões de unidades habitacionais. Até agosto de 2015 foram contratadas 4.022.695 unidades habitacionais, 2.775.260 concluídas, 855.971 em obra e 391.464 em preparação (CAIXA, 2015).

⁴ Território aqui deve ser considerado o lugar em que o sujeito participa ativamente na existência da coletividade, estabelecendo e mantendo o vínculo subjetivo. Isso remete-nos ao *enraizamento e apego ao lugar* (WEIL, 2001), do que trataremos em seção posterior.

1.1 O problema

O desenho negocial da provisão de habitação social no PMCMV estabelece que a gestão e execução dos empreendimentos, desde a escolha do terreno às especificações construtivas e arquitetônicas, sejam realizadas pelas construtoras, em parceria com os municípios e estados. Se a execução (e gestão dos recursos) das unidades habitacionais dá-se diretamente por empresas privadas com fins lucrativos, expõem-se as dimensões subjetivas do habitar à ética do lucro.

O habitar capitalista é mesmo atravessado pelo valor de troca, tipicamente de mercadoria. Temos que aos proprietários fundiários interessa a renda auferida pela propriedade da terra (CORRÊA, 1989). As classes média e alta tendem a escolher os lugares que proporcionam maior bem-estar no tecido urbano. Desse modo, a cidade representada pela ética do mercado fragmenta muito mais do que integra os cidadãos.

A rigor, o Estado tem grande participação nesse desenho de cidade, na medida em que tem o poder de instituir instrumentos de regulação do solo e o dever da provisão a habitação social. No programa em questão a composição arquitetônica é determinada pelas construtoras, a partir de um valor máximo de custo e especificações mínimas que correspondam a requisitos de habitabilidade⁵.

De saída, a habitação social no PMCMV apresenta estas fragilidades históricas: poucos recursos dos programas associados à vontade de lucro das construtoras e a escolha de terrenos em franjas urbanas ou áreas pobres de equipamentos urbanos.

Considerando estas fragilidades das políticas, face às inflexões da sociedade de mercado, têm-se desafios exaustivamente apontados por estudos da área de Arquitetura e Urbanismo (AMORIM; ARAÚJO, 2011; MARICATO, 2011; NASCIMENTO; TOSTES, 2011; CARDOSO, 2013; SOARES *et al.*, 2013, PEIXER, 2014). A localização periférica dos conjuntos habitacionais associada à tipologia vertical, o que compõe a fórmula de redução das planilhas de custos do

⁵ Habitabilidade é, genericamente, a qualidade de ser habitável. O conceito específico balizador de nossa análise empírica será estabelecido em capítulo posterior. Não obstante, devemos dizer que no presente trabalho o ato de habitar é considerado desde a escala da cidade ao espaço íntimo da unidade habitacional.

PMCMV, determinam um trabalho ainda maior de adaptação dos moradores ao novo território, já que quase a totalidade é originária de moradias unifamiliares. O Programa considera a apropriação⁶ do lugar pelos moradores elemento importante na composição do índice de sustentabilidade dos empreendimentos (BRASIL, 2014). Portanto, um trabalho de mobilização comunitária – Trabalho Social – é realizado com as famílias, com vistas à integração do sujeito ao novo território e adaptação ao morar coletivo.

O Trabalho Social é um conjunto de ações, de caráter informativo e educativo, voltadas para o exercício da participação cidadã, fortalecimento dos laços sociais e comunitários, educação sanitária, ambiental e patrimonial, geração de trabalho e renda, dentre outros (BRASIL, 2014). A qualidade de vida das famílias beneficiadas e a sustentabilidade dos programas estão intimamente relacionadas a este trabalho, o qual é exigido na produção estatal de habitação social no Brasil⁷. Os empreendimentos sob a forma condominial devem ter o Trabalho Social voltado para a utilização e gestão do espaço (BRASIL, 2010b, 2010c, 2010d, 2014).

Esse trabalho em programas habitacionais deve ser um dispositivo complementar à resposta do fazer arquitetônico face às demandas dos beneficiários dos programas habitacionais.

Os saberes empreendidos na habitação social pretendem alcançar a sustentabilidade do empreendimento, na medida em que o comportamento e a relação subjetiva do morador com seu novo endereço sejam adequados. Cabe interrogar que tipo de arquitetura tem sido realizado, e em que medida o sujeito social beneficiário dos programas tem sido atendido no ato mesmo de morar. Isso implica considerar os sujeitos sociais na sua dimensão simbólica, imaginária, cognitiva, sensível e política. A satisfação desse morador é elemento fundamental

⁶ A noção de apropriação do espaço abrange domínios variados e, como diz Guerra (1998, p. 118), (...) parece significar não apenas um processo de uso funcional ou instrumental do alojamento, mas recobrir um domínio diversificado de práticas culturais, simbólicas, afetivas, etc.

⁷ À época da contratação do Residencial Atalaia o Trabalho Social era responsabilidade da Caixa Econômica Federal, a qual dispõe de rede de credenciados para tal. Atualmente, o ente público – municipal ou estadual – é quem licita o Trabalho Social. Em ambos os casos são contratados com recursos do FAR e compõe a planilha de custos do empreendimento.

para os empreendimentos habitacionais bem-sucedidos. Trata-se de considerar o sentimento de identificação para além do valor de troca – espaço-mercadoria – e, em última instância, o pertencimento ao novo território.

A resolução efetiva do déficit habitacional é, pois, diretamente determinada pela adaptação dos sujeitos sociais aos lugares providos pelos programas habitacionais.

1.2 Delimitação do objeto de estudo

O Residencial Atalaia é um conjunto habitacional construído em área de expansão urbana da cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais, para famílias originárias, majoritariamente, de bairros da periferia, cuja renda familiar encaixa-se na menor faixa atendida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. São 128 apartamentos distribuídos em oito blocos de quatro andares. Há estacionamento descoberto, área de lazer, quadra de esportes e portaria (Figura. 1).



Figura 1 – Vista da entrada do Residencial Atalaia, do estacionamento e vista parcial dos blocos.

Buscou-se, pela leitura do espaço de habitação em recorte, investigar os possíveis usos particulares da arquitetura verticalizada produzida para moradores originalmente de residências unifamiliares em bairros populares, em função de um estilo de vida. Partiu-se do pressuposto que os usuários dos programas habitacionais de interesse social têm um estilo de vida específico, produto de uma razão prática operada pelo *habitus*⁸ (BOURDIEU, 1997; 2011a; 2011b; 2011c), o que extrapola o discurso e valores produzidos pela Arquitetura e pelo Trabalho

⁸ A noção de *habitus* apresentando-nos um sistema de disposições duráveis, sujeito a mudanças, que considera as experiências anteriores, as quais dão certa inteligibilidade ao real a partir de percepções, juízos e ações. Por fim, dando forma a práticas diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas adquiridos em uma prática anterior (WACQUANT, 2007).

Social. A questão que se colocou, de saída, foi em que medida a habitação produzida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida estaria adequada⁹ ao modo de vida dos moradores do Residencial Atalaia em Governador Valadares, MG. Destarte, **buscamos compreender a relação existente entre os “modos de uso” e a configuração daquele espaço.**

Relacionado à questão proposta, investigou-se a satisfação dos moradores quanto aos aspectos da habitabilidade estabelecidos nesta pesquisa, e verificou-se a adequação das práticas socioespaciais previstas pelos saberes conformadores do espaço – Arquitetura e Trabalho Social.

O *habitus* pressupõe uma razão prática, ou seja, um saber que se atualiza no momento mesmo da experiência social. Há um saber estruturado e estruturante das nossas práticas socioespaciais em potência, que conta com um dado não consciente, mas que permite a legibilidade do espaço social e, correlativamente, a ação. No processo projetual da arquitetura, forjado pelas fundamentos técnicos e profissionais e nos saberes do Trabalho Social, esse dado subjetivo não aparece necessariamente.

Esse não saber que é estrutura-estruturante dos modos de uso de determinado espaço deve correlacionar-se à adequação ou ao conflito com o projeto, de modo que as posições subjetivas em relação ao lugar sejam de *resistência*, de *adesão* ou, ainda, de *inserções* criativas no espaço da habitação. A partir da investigação empírica foi possível identificar o posicionamento subjetivo dos moradores em relação ao seu novo espaço de morar.

A pesquisa consiste, portanto, em um estudo de caso. Define-se por seu caráter descritivo e exploratório (ABRAMO, 1979; MARCONI, 2011; LAKATOS, 2011) e pela abordagem qualitativa, mas, a percepção do morador foi apreendida, também, por análise quantitativa.

A escolha do Residencial Atalaia deveu-se, primeiramente, ao tempo de sua ocupação – aproximadamente três anos –, suficiente para a avaliação da experiência do morar naquele espaço. O empreendimento foi contratado no

⁹ Adequada no sentido de não entrar em conflito.

PMCMV I¹⁰, estando dentre os primeiros ocupados no âmbito do Programa. Outro dado determinante da opção por este conjunto habitacional foi o perfil dos moradores, originários de bairros periféricos de Governador Valadares, MG, e de residências unifamiliares, o que pressupõe um trabalho subjetivo de adaptação à nova realidade de morar em um condomínio de tipologia vertical.

Nesta pesquisa privilegia-se a compreensão da configuração arquitetônica e urbana em intercessão com a subjetividade. Parte-se do pressuposto que os elementos mínimos da arquitetura e dos equipamentos públicos que garantam habitabilidade foram atendidos no processo de produção do Residencial Atalaia. Na contratação dos empreendimentos, no âmbito do PMCMV, há a análise da viabilidade urbana e arquitetônica. Além disso, a execução dos empreendimentos é acompanhada por profissionais do gestor operacional do Programa, os quais aferem as obras segundo normas técnico-construtivas que resultem em qualidade do morar.

Isso posto, nossa observação do aspecto técnico circunscrever-se-á à identificação de presença/ausência de elementos de qualificação arquitetônica e urbana. Os aspectos de uma Avaliação Pós-Ocupação (APO), propriamente, não compõem nossa problematização.

1.3 Justificativa e relevância

No âmbito da Arquitetura, encontram-se estudos que relacionam a apropriação ao *habitus* em áreas de intervenção urbana (RESCHILIAN, 2011) e que tratam dos conflitos de projeto em relação à necessidade dos futuros moradores e seus hábitos (MARICATO, 1979; WERNA *et al.*, 2001; ROMÉRO; ORSNTEIN, 2003; GUIMARÃES, 2005; LOUREIRO; AMORIM, 2005; LEITE, 2006). Há, também, alguns estudos que tratam do Trabalho Social e da participação dos futuros moradores nas decisões sobre o projeto (BLANK, 2005; GUIMARÃES, 2005; PAZ; TABOADA, 2010; ALMEIDA, 2014; CARVALHO, 2014; PINHEIRO, 2014; REGINO, 2014; RODRIGUES, 2014). Entretanto, muito ainda

¹⁰ O Programa produziu habitação em suas fases I e II, há previsão de contratações de empreendimentos na fase III do Programa em 2016.

deve ser investigado sobre o Trabalho Social que compõe as intervenções contemporâneas brasileiras em habitação social e, correlativamente, sobre os modos de uso e ocupação de uma produção arquitetônica que tenha sido acompanhada por tal trabalho.

Justifica-se a representatividade da pesquisa pela produção e prospecção de outros conjuntos habitacionais do PMCMV na cidade de Governador Valadares, MG, e em outras cidades médias brasileiras. O déficit habitacional nestas cidades e o alto preço de seus imóveis – aluguel e venda – em áreas centrais determinam a condição de espacialização dos beneficiários: moradores de baixa renda originalmente de periferia, a bem dizer, um desenho típico da relação *status* e espacialização da habitação no tecido urbano.

Nesse sentido, a relevância da pesquisa pode ser identificada porque se vê a reprodução histórica de duas variáveis importantes da habitação social no Brasil: a relação do empreendimento com a forma urbana – espacialização em áreas mais baratas, quase sempre áreas de expansão ou franjas urbanas – e a escolha tipológica – verticalização das unidades habitacionais como forma de aproveitamento máximo dos terrenos.

Por fim, afirmamos que ao correlacionarmos as práticas socioespaciais em um conjunto habitacional do PMCMV às dimensões da habitabilidade levantadas em nossa bibliografia, podemos estabelecer conhecimentos que se desdobrem na qualificação do fazer arquitetônico da habitação social.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Compreender a relação existente entre os “modos de uso” e o espaço concebido pelos saberes técnicos empreendidos na produção da habitação social – conhecimento arquitetônico-urbanístico e trabalho técnico social – em um residencial do Programa Minha Casa, Minha Vida.

1.4.2 Objetivos específicos

- i. Investigar o índice de satisfação dos moradores com o espaço do habitar;
- ii. Verificar nos “modos de uso” do espaço se houve adequação ao ambiente construído proposto pelo saber arquitetônico; e
- iii. Verificar nos “modos de uso” do espaço se houve assimilação do repertório de comportamento requerido pelo trabalho técnico social.

1.5 Estrutura da dissertação

Na introdução apresentamos o problema de pesquisa, os objetivos, a abordagem metodológica, bem como a estrutura do trabalho.

No segundo e terceiro capítulos é estabelecido o referencial teórico. No segundo, figura o sujeito que vivencia o espaço de morar. Bachelard, Bourdieu e Lefebvre são os nossos interlocutores. As dimensões da habitabilidade são apresentadas no terceiro, balizando a análise do comportamento dos sujeitos no ambiente, mas considerando também os aspectos simbólicos na compreensão do binômio *sujeito x espaço*.

O detalhamento da metodologia está no quarto capítulo.

O quinto capítulo dá a conhecer o recorte empírico. Têm-se a caracterização do Residencial Atalaia e seu entorno, o projeto social realizado com as famílias beneficiárias, além de dados do programa habitacional aqui investigado.

O sexto capítulo dispõe sobre os modos de uso do espaço – o cotidiano do lugar, sua funcionalidade e a percepção do morador quanto à unidade habitacional, ao conjunto habitacional, ao bairro e entorno. Estão em questão a configuração espacial e os modos de uso dos moradores, suas necessidades e expectativas em relação ao morar. São apresentadas, por assim dizer, cartografias do uso espacial, sintetizando ou apontando dados relevantes da análise.

No sétimo capítulo elaboramos uma matriz de indicadores da adequação do Residencial Atalaia ao perfil dos moradores, a partir da análise da disposição dos

sujeitos relacionada à experiência socioespacial – aspectos arquitetônicos e urbanos. Realizamos, ainda, uma breve análise da habitabilidade no Residencial.

Nas considerações finais retomamos nossos resultados analíticos correlacionando-os às críticas ao PMCMV, vislumbrando possibilidades de qualificação da habitação social no Brasil.

2. O SUJEITO E O ESPAÇO

O sujeito habita o espaço não apenas fisicamente. Nossos interlocutores, Lefebvre e Bourdieu, apresentam-nos um espaço em que estão implicados, indissociavelmente, o corpo e os registros imaginário, simbólico e político da subjetividade. Bachelard em sua fenomenologia traz-nos o imaginário habitando a casa. Imiscuem-se nessa perspectiva a experiência sensória e sua apreensão pela imaginação.

Nas próximas seções abordaremos o habitar em seus vários registros.

2.1 Notas sobre o habitar poético e político

O sujeito é o ser que habita poeticamente (BACHELARD, 2008). Em um nível micro de apropriação, um nível de desejo do habitar, Lefebvre (2002) afirma que o ser humano habita como poeta, no entanto, a superposição entre o valor de troca do espaço-mercadoria e valor de uso¹¹ – *ethos* – tende a aniquilar a essencial e íntima experiência do habitar.

Lefebvre (2002) considera fundamental restituir à experiência do morar as atenções dos agentes responsáveis pela provisão do espaço urbano. No lugar em que o desejo¹² aparece, na cesura do cotidiano face ao racionalismo da produção do capitalismo ou no gesto elementar da tradição, deve fazer emergir, correlata e politicamente, uma monumental vontade de qualificar a experiência do morar. O filósofo faz referência à repressão racionalista do modernismo na Arquitetura e no Urbanismo, quando a diversidade das maneiras de viver teria sido substituída pelas máquinas de habitar. Nessa perspectiva há uma valorização da diversidade das maneiras de viver, quando o vivido é referido a uma possibilidade de criação

¹¹ Em Lefebvre (2013) tomar o espaço por seu valor de uso é perceber/viver a cidade, a vida urbana em seu tempo e espaço específicos. Em contraposição, o valor de troca seria a relação com o lugar por seu valor de mercadoria -de compra e venda -, de consumo dos produtos, dos lugares e de seus signos.

¹² Desejo aqui deve ser tomado a partir da referência do sujeito da psicanálise inflexionado pela repressão dos valores culturais. O desejo subsiste à repressão, garantindo um lugar subjetivo que extrapola o gesto funcional homogeneizador, inclusive na experiência socioespacial.

ou singularização do modo de conceber e experienciar o espaço da casa e o da cidade.

Bachelard (2008) se despoja do racionalismo cartesiano para tratar a experiência do morar. Enquanto Lefebvre propõe a consideração de uma simbólica do habitar, Bachelard eleva a experiência do espaço a uma ontologia das imagens para além das metáforas do abrigo primordial. A bem dizer, a imagem poética mesma da casa atualiza-se em um ser de proteção, fazendo cesura na interpretação da razão como única tributária do real. O espaço da casa seria então um espaço vivido/percebido pela imaginação, para além da positividade do conhecimento do geômetra.

[...] a casa é, à primeira vista, um objeto rigidamente geométrico. Somos tentados a analisá-la racionalmente. Sua realidade inicial é visível e tangível. É feita de sólidos bem talhados, de vigas bem encaixadas. A linha reta predomina. O fio de prumo deixou-lhe a marca de sua sabedoria, de seu equilíbrio. Tal objeto geométrico deveria resistir a metáforas que acolhem o corpo humano, a alma humana. Mas a transposição para o humano ocorre de imediato, assim que encaramos a casa como um espaço de conforto e intimidade, como um espaço que deve condensar e defender a intimidade (BACHELARD, 2008, p. 63).

Essas experiências corpóreas devem ser significadas e merecem a atenção nos processos projetuais, pois se relacionam profundamente com nossa vivência social e íntima. Há uma inextricável relação entre o espaço da casa a dimensão existencial, segundo Bachelard (2008).

Até aqui tratamos do registro simbólico e imaginário, apreensíveis na experiência do habitar, dando a ver a importância de sua consideração no desenho dos lugares habitados pelas práticas subjetivas e ao nível das representações¹³. A asserção de

¹³ Segundo o Dicionário de Filosofia de Abbagnano, o vocábulo Representação é de origem medieval que significava imagem ou ideia e, na escolástica, representar algo ou conter a semelhança da coisa. *Kant estabeleceu seu significado generalíssimo, considerando-o gênero de todos os atos ou manifestações cognitivas, independentemente de sua natureza de quadro ou semelhança* (ABBAGANO, 2007). (...) o termo representação se refere ao modo de apreensão de um objeto ou fenômeno por parte de um sujeito (ou meio de representação, como o caso de um livro, de uma pintura, etc.), o que significa que para que haja um ato de representação é preciso que haja alguém (ou algo) que representa alguma coisa (não necessariamente algo distinto de si mesmo; no caso do sujeito, é possível falar deste como representando a si mesmo). Isso diz respeito ao problema central para a filosofia moderna, a relação cognoscitiva do sujeito e do mundo. (...) Este modelo de conhecimento e de sujeito cognoscente, ligado à

Lefebvre sobre a posição do arquiteto face à importância do cotidiano e do nível elementar do habitar é – corroborando Gropius – que não cabe ao arquiteto *definir uma nova concepção de vida [...] é uma nova concepção de vida que cabe permitir a obra do arquiteto* (2002, p. 95). Isso diz respeito ao possível de um devir outro de produção/ocupação dos lugares.

Requer-se, portanto, uma inversão no tratamento do espaço urbano, em que pesem as utopias e boa vontade do demiurgo-arquiteto e o enviesamento político dos agentes implicados na estrutura de provisão do espaço da cidade. Trata-se de uma arquitetura que privilegie o nível das experiências vividas no cotidiano da cidade estabelecendo uma experiência espacial significativa.

Nas próximas seções apresenta-se o pensamento de Bourdieu e de Lefebvre referidos à experiência socioespacial. Entrecruzando-se a perspectiva de Lefebvre (2006) e Bourdieu(2011b), vê-se que coincide a perspectiva do espaço físico e social guardando certa homologia, determinando-se mutuamente. Em ambos a experiência do espaço pressupõe uma política ou, se quisermos, uma construção social do espaço.

2.2 Sujeito e espaço em Lefebvre: os espaços de representações, as representações do espaço e as práticas espaciais

Lefebvre (2002) observa que a sociedade esquece-se de pensar a cidade em seu nível micro, ou seja, aquele em que o sujeito habita. Dessa forma, os cidadãos adaptam-se à cidade formatada para habitar, circular, trabalhar e se divertir. Mas, ao estabelecer um formato que privilegia a produção e reprodução da vida, perde-se a experiência elementar, a poesia e o senso de comunidade. A ética do capitalismo subverte na materialidade histórica o que significou ser a morada, *o ethos na Grécia Antiga, ou seja, por seu valor de uso, o lugar onde a minha gente*

separação entre sujeito/objeto, sendo a realidade concebida unicamente como aquilo que é externo ao sujeito, e o objeto como algo que é dado [...]. A filosofia privilegiou a noção de representação como um tipo de relação especular e, portanto, referencial (ARNAO, 2008, s/p.). Mas, para Lefebvre, as representações ocupam os intervalos, os interstícios entre o sujeito e o objeto clássico, entre a presença e a ausência (...) (LEFEBVRE, 2006, p. 106-107). Este autor pretende epistemologicamente uma ultrapassagem do dualismo sujeito/objeto.

tradicionalmente mora, reside (...) a polis o lugar do ethos, o lugar que serve de sede a determinada gente (CACCIARI, 2010, p. 10).

A ideia romana de cidade é mesmo aquela que atravessa a história da urbanização ocidental. Diferentemente da polis, civitas é o lugar do negotia. Como observa Cacciari (2010), em Roma a reunião de pessoas das mais diversas etnias, desde que submetidas a uma lei, nomós, desenhavam a cidade, em que a função de produção reverberava em uma perspectiva de expansão.

Lefebvre (2006) remete-nos à *urbs* situando-nos quanto aos regimes de produção e experiência do espaço na história.

A fundação de Roma deu-se pelo desenho de um círculo com um arado, a natureza desloca-se no espaço, e esse movimento atribui um sentido político ao lugar pelo *intuitus*. Este em detrimento do espaço do mito e da religião – *habitus*, e do *logos* – *intellectus*, é aquilo que na *urbs* permite à experiência espacial a percepção do imediato e do abstrato em unidade. Implicam-se nesse lugar o corpo e a psique, dando sentido ao real. O social e o mental seriam indiscerníveis na experiência imediata do espaço, dado que pela relação com os lugares é que a sociedade seria percebida/interpretada.

A cidade-Estado seria mais bem percebida e vivida que concebida, o que manteria a unidade entre o mental e o social, por ser da ordem da necessidade, *contendo tudo o que os corpos e os espíritos dos livres (e ricos) cidadãos procuram* (LEFEBVRE, 2006, p. 189).

Para Lefebvre (2006) a experiência socioespacial do capitalismo distancia-se do sensível. O *logos* – a razão – estaria atrelado à ideologia. Destarte, Lefebvre forja sua noção de *representação* a qual excederia analiticamente a noção de ideologia enquanto operador da compreensão da produção socioespacial. A *representação* seria a fusão *lógico-ideológica* que pressupõe uma mediação. A bem dizer, a representação impõe-se ao garantir que as ideias e a correspondente materialidade social apresentem-se.

Mas de que se trata em Lefebvre a Representação na análise da produção social do espaço?

O conceito de representação vai permear [...] as reflexões de Lefebvre sobre os espaços de representação e as representações de espaço, através de uma análise crítica que coloca a representação como substituto da presença na ausência, originando uma confusão entre presença e representação. Por um processo que ocorre na consciência (individual e social), a presença parece “irreal”, indefinida; em contrapartida, seu substituto, o mundo das representações, parece real (SERPA, 2014, p. 494).

Há três ordens de representação na leitura da produção do espaço: práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação (LEFEBVRE, 2006). A tríade lefebvriana¹⁴ está presente em qualquer estrutura socioespacial: as *práticas espaciais* produzindo e reproduzindo lugares específicos e característicos de cada formação social, *assegurando continuidade em um quadro de relativa coesão* (SERPA, 2005, p. 222); as *representações do espaço*, ligadas às relações de produção, à ordem imposta, ao conhecimento, aos signos e códigos sociais; e os *espaços de representação* apresentam simbolismos complexos da vida social, a arte, os afetos, a rigor, a experiência simbólica do sujeito social. A imaginação estaria topicamente aí, enquanto recurso ao espaço dominado pelas *representações do espaço*.

Considera-se que o *espaços de representação* e o *habitus* guardam certa homologia, pois, para além da experiência comportamental e racional, há nas duas elaborações a tessitura de um dado simbólico e imaginário que compõem mesmo nossa relação com os lugares. Serpa (2005) também assimila o *habitus* de Bourdieu nos *espaços de representação* de Lefebvre.

Correlacionando habitação social à tríade, temos que as *representações do espaço* são referenciadas à configuração urbana e arquitetônica e, se considerarmos o

¹⁴ Há em Lefebvre, do lado do sujeito, a experiência percepto-cognitiva estabelecida pela tríade: espaço percebido – das práticas espaciais; espaço concebido – das representações do espaço; e o espaço vivido – dos espaços de representação. *O espaço percebido está relacionado diretamente aos objetos e aos fenômenos imediatos, carecendo de elaborações simbólicas de cunho complexo. É o campo dos perceptos, embora haja, já aí, o início da incorporação dos objetos e dos fenômenos às estruturas cognitivas. O espaço concebido é símbolo que carece de perceptos, que busca se incorporar às estruturas cognitivas sem a legitimação das práticas espaciais cotidianas, influenciando, porém, diretamente nos espaços de representação. Estes últimos são, em última instância, o lócus dos processos cognitivos e das representações sociais. É o espaço das mediações e da interlocução entre o percebido e o concebido. É também o espaço vivido dos conflitos e das lutas* (SERPA, 2006, p. 222).

nosso recorte empírico, também aos saberes empreendidos no Trabalho Social, o qual compõe a política habitacional no Brasil. Trata-se de um *espaço concebido* pela fusão do saber/poder. Por sua vez, podemos situar a consciência das *práticas espaciais* dos moradores no *espaço percebido*. Os *espaços de representação* dizem respeito ao *espaço vivido*. Mas, o concebido, percebido e vivido lefebvrianos superpõem-se na experiência espacial.

Na construção do espaço urbano há uma preponderância das *representações do espaço*, cujo substrato não é somente o conhecimento técnico, mas, também, os interesses ou ideologia. Plasma-se o espaço sob signos, códigos e conhecimentos que representam um posicionamento social sobre as práticas espaciais que ali se dão. O trabalho, o lazer e a vida privada são percebidos e vividos também por esse enquadramento anterior. Mas, o *espaço vivido* não se restringe ao estabelecido, posto que há necessariamente uma poética ou política do habitar, uma pausa no fluxo ordinário da cidade.

O *espaço vivido* pressupõe o espaço físico e o corpo dotado de sentidos; o simbólico que diz respeito à cultura, e o imaginário a quem atribuímos um modo singular da experiência socioespacial. O urbano não pode mais ser concebido como vazio de sentido e apenas como moeda de troca, portanto, não apenas como objeto a ser consumido (LEFEBVRE, 2006). O que se representa está ao mesmo tempo presente e ausente. Seguindo Lefebvre (1983), podemos afirmar que o representado é deslocado e a potência do representante tem uma função na vida social, produz saberes, discurso, técnica, porquanto plasma a cidade.

As *representações do espaço* afastam os *espaços de representação*. O morador cede lugar ao desejo daquilo que se faz representar, um conhecimento técnico em sua relação intrincada com certos interesses. Mas as *práticas espaciais* – *espaço percebido* – recebem os constrangimentos das *representações do espaço*, ao tempo em que a potência imaginária da experiência está engastada nesse regime tríptico: *representações do espaço* – concebido; *práticas espaciais* – percebidas; e *espaços de representação*.

2.3 Sujeito e espaço na visão de Bourdieu: a noção de *habitus*

Com Bourdieu (2011a, 2011b, 2011c), podemos dizer que o sujeito, a quem o espaço é inteligível pelo *habitus*, habita política, estética e simbolicamente. Essas dimensões trazem à tona as forças que conformam o urbano.

Na visão de Bourdieu (2011b), o espaço é sobretudo distintivo da posição social. Ou há socialização ou excomunhão. A referência são sempre os espaços apropriados de fato, a cidade real. Moradores de áreas precárias experimentam radicalmente o sentimento de excomunhão, do qual decorre a segregação espacial com suas reverberações na vida social. Esses moradores distinguem-se dos demais nos hábitos, nos gestos, na comunicação – no *habitus*, enfim. Há, portanto, uma sobreposição de dados materiais e simbólicos que os definem como excluídos, embora sejam produto das relações sociais urbanas.

O mesmo *habitus* (BOURDIEU, 2011a) que determina práticas distintivas também dá inteligibilidade às nossas experiências no espaço social. É uma matriz de disposições mediadora entre o agente social e a estrutura em que aquele se situa; é, historicamente, constituída de compartilhamento generativo de percepções, categorizações e apreciações (TORRES, 2012).

A noção de *habitus* apresenta-nos um sistema de disposições duráveis referidas às experiências anteriores, mas sujeito a mudanças. Aquele dá certa inteligibilidade ao real a partir de percepções, juízos e ações, dando forma a práticas diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas adquiridos em uma prática anterior (WACQUANT, 2007) Sublinha-se que o *habitus* prevê não somente uma regularidade de práticas e representações, mas uma abertura para inovação pelos sujeitos. Nesse sentido, esse dispositivo que faz interface entre o espaço físico e seus modos de uso e ocupação prospecta uma possível apropriação ou adaptação às mudanças estruturais e conjunturais. A prática social é, então, tributária do contato entre o *habitus* e determinada situação.

Segundo Bourdieu (1997), o *habitus* corresponde a uma razão prática, logo, há algo do sujeito social que escapa tanto ao saber dos programas de habitação de interesse social e até mesmo aos próprios sujeitos. A rigor, escapa à sua

consciência ou sua atitude reflexiva. Somente no ato de morar um novo espaço é que esta razão se atualiza, nos gestos, nas práticas cotidianas, nas escolhas estéticas, enfim, na experiência de um novo *habitat*. O espaço social encontrar-se-ia inscrito nas estruturas espaciais e mentais, pois as surdas injunções e os chamados silenciosos à ordem das estruturas do espaço físico apropriado são uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e em *sistemas de preferências* (BOURDIEU, 1997, p. 162).

Para Setton (2002), o conceito de *habitus* estabelece rupturas com as leituras deterministas e unidimensionais das práticas sociais, recuperando a noção ativa dos sujeitos como produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. O *habitus* individual, produto da socialização, é estruturado e se estrutura segundo as especificidades das condições sociais, por diferentes sistemas de disposições produzidos em condicionamentos e trajetórias diferentes, em espaços distintos como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e a *cultura de massa* (SETTON, 2002, p. 65).

Segundo Torres (2012), o *habitus* se manifesta na vida social por conhecimento tácito e uma visão de mundo. Sua expressão acontece nas experiências, percepções, hipóteses, intuições, sensibilidade, modos de fazer, sentimentos, predisposições, expectativas, antecipações práticas de uma situação, senso de dever e responsabilidade, gostos, posicionamento e reconhecimento de hierarquia, sentido lógico, projetos, táticas e estratégias. Essas práticas tradutoras de uma visão de mundo específica fazem a distinção entre aqueles que pertencem a determinado grupo ou não. Trata-se de uma relação de identidade ou alteridade estabelecida entre o sujeito e o meio.

No limite deste dispositivo de inteligibilidade das práticas sociais, Bourdieu (2011a) observa que se pode ocupar fisicamente um espaço sem, contudo, habitá-lo de fato. Isso porque os sujeitos devem ser dotados de capitais¹⁵ que os

¹⁵ O mundo social pode ser concebido como um espaço multidimensional dada a identificação empírica de fatores determinantes das diferenças observadas num dado universo social,

qualificam para ocupar física e simbolicamente determinado lugar. Além do capital econômico, o capital cultural, que corresponde à educação formal ou familiar, legitima a ocupação de determinados espaços pelos sujeitos sociais. O capital simbólico também figura nessa amálgama de determinação. Porquanto a honra, a reputação e o prestígio obedecem a uma lógica específica de acumulação fundada no conhecimento e no reconhecimento do outro (TORRES, 2012).

Trata-se de uma relação de poder e disputa pela apropriação¹⁶ dos meios sociais. A forma da cidade é a forma da distribuição dos capitais simbólico, cultural, social e econômico, a qual não deixa de ter efeitos na experiência social urbana.

Se o sujeito social não se equipa de certo capital cultural, pelo mecanismo de distinção – identidade/alteridade – há certo constrangimento em vez de aceitação ou adaptabilidade. Nesse caso, ocorre o que denominamos “gentrificação simbólica”, ou seja, a demarcação pelo reconhecimento mútuo de alteridade. Assim, um gesto popular em um espaço de sofisticação constrange e o efeito é de deslocamento e não apropriação do lugar. Do mesmo modo, os que não possuem capital econômico são mantidos a distância física dos lugares estruturados e caros. Dessa maneira, o destino daqueles que não possuem o capital econômico são os bairros periféricos, não dotados de infraestrutura. Estes espaços são considerados menos qualificados, seja por menor funcionalidade (acesso à cidade), por sua estética ou mesmo pelo estigma de violência e degradação moral que marcam os sujeitos das periferias. Ao mesmo tempo em que a posse dos capitais consagra e abre portas para os seus possuidores participarem de bairros sofisticados, nos

revelando os poderes ou formas de capital que atuam como azes num jogo de cartas, em um universo específico de luta (ou competição) pela apropriação de bens disputados socialmente[...] Estes capitais são capazes de conferir força, poder e, conseqüentemente, lucro ao seu titular. [...] Os capitais fundamentais são, de acordo com minhas investigações empíricas, em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão fortemente correlacionadas, o capital social, que consiste de recursos forjados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital tomam, uma vez percebidos e reconhecidos como próprios (BOURDIEU, p. 1987. p. 3-4, tradução nossa).

¹⁶ Ao longo do trabalho, apropriação significa uso funcional e simbólico mas não deve ser entendido em sua radicalidade política de um espaço diferencial nos termos de Lefebvre (2006) ou transplantação nos termos de Bourdieu (2011b). A ampla apropriação do espaço contrapõe-se ao espaço dominado pelo capital. Seria uma condição social em que o valor de uso do espaço no cotidiano seria privilegiado, apontando para outra lógica social.

bairros em que a superposição dos capitais é empobrecida ou ausente, a imagem dos moradores é degradada.

Bourdieu (2011b) observa que por que a estrutura social se inscreve no espaço físico é que se verifica certa inércia em sua configuração. Para que seja possível uma transformação social requer-se um trabalho de *transplantação de* um espaço social reificado. A cartografia social apresenta uma superposição material de bens e agentes que subjugam o espaço. Transplantar significa um desenraizamento, deslocamento de pessoas. No entanto, Bourdieu (2013) atenta para a dificuldade ou, mais, para o paroxismo próprio à dinâmica das diferenças sociais – determinadas pela posse ou não do tipo de capital fundamental à ascensão social –, estabelecendo a quase ubiquidade para quem se apropria dos capitais dispostos no campo social e a experiência da finitude para quem não os possui.

Tomando o pensamento de Bourdieu (2011b), inferimos que transplantar seria mudar radicalmente a espacialização dos capitais econômico, cultural, social e simbólico nas cidades. A distribuição do valor urbanístico e arquitetônico traz consigo uma forma social plasmada topicamente pela distribuição superposta desses capitais, e dinamicamente porque estes se imbricam de modo a estabelecer quem tem direito a qual parte no cotidiano da cidade. Propor outra conjuntura urbana reafirma um trabalho de práticas e representações que invoca uma nova materialidade, assentada em uma nova cultura urbana pela subversão dos valores, empoderamento de novos atores sociais, *tout court*, uma nova ideia de cidade.

Ao apresentarmos uma configuração de cidade, remetemo-nos aos seus agentes, aos capitais envolvidos e às estratégias de manutenção de interesse relacionadas aos fluxos de produção e reprodução da vida social. O espaço do cotidiano é sobretudo importante para observarmos a resolução ou espacialização dos capitais que engendram a produção do social.

Guimarães (2005) apresenta-nos aspectos morfológicos das cidades contemporâneas que excedem a cidade arquetípica e que, portanto, causam nas subjetividades um sentido de exclusão. Isso corrobora a perspectiva da excomunhão sublinhada por Bourdieu (2011b). Aquele autor identifica morfolologicamente a arquitetura produzida por programas governamentais no Rio

de Janeiro, o que, no entanto, aplica-se a conjuntos habitacionais de cidades médias, basta a observação dos empreendimentos erigidos e, também, porque as diretrizes e normas aplicadas nas diversas regiões são as mesmas. Nesses conjuntos, a homogeneidade volumétrica causa uma experiência estética que distancia o lugar da cidade arquetípica; a concentração de famílias de baixo poder aquisitivo dificulta trocas simbólicas de perspectivas econômicas distintas e dá lugar ao estigma, a partir dos valores de tessitura fundamentalmente capitalista.

Bourdieu (2011b) considera que sob o discurso do valor da terra urbana embotam-se as alternativas funcionais e formais da arquitetura e urbanismo de interesse social que integrem o sujeito à cidade. A exclusão configura-se desde a própria arquitetura.

Vê-se que a assertiva de Bourdieu (2011b) sobre a inscrição da estrutura social no espaço estende-se às estruturas mentais. Porquanto o *habitus* determina nossa maneira de classificar e apreciar as práticas e produtos (BOURDIEU, 2011a). No entanto, o gosto, o valor estético que damos aos objetos de nossa relação dão-se a partir de uma filiação a uma classe social. A identidade social define-se pela diferença material e simbólica em relação a outro grupo.

Gambim (2007, 2010) apresenta-nos vários autores que consideram o espaço físico signo de categorização social – dominantes e dominados, bem-sucedidos e fracassados, estabelecidos e *outsiders* – e reafirma a centralidade do aspecto formal ou da imagem da habitação social para a avaliação social e a qualidade da autopercepção do morador. Não obstante, seus estudos apontam que embora a estética da habitação seja importante para imagem ou reputação do morador, sozinha não garante distinção social. Conjuntos habitacionais erigidos em área de classe média, cujos aspectos formais aproximaram-se do que existe no entorno, não reduziu a avaliação de que os ali residentes seriam inadequados à área. Contudo, aquela habitação social não foi considerada feia ou que devesse ser evitada pela população.

A avaliação da reputação dos moradores é determinada, além dos aspectos estéticos, por aspectos comportamentais associados e realizados a/nos diversos ambientes (RAPOPORT *apud* GAMBIM, 2007). Há outras variáveis

intervenientes na estigmatização dos moradores de habitação social, tais como, questões econômicas, educação formal e a precariedade de serviços e equipamentos urbanos (VALE *apud* GAMBIM, 2007).

Nota-se que a pobreza é um problema posto à arquitetura e urbanismo. Desde o microespaço das residências à relação tridimensional desta com o entorno, corroborando Gambim (2007), a qualidade do habitar é fundamento para as situações de pobreza. O pensamento bourdiesiano permite-nos também entender a materialidade como causa e efeito do *status* social. No processo que estrutura ou produz o espaço social a materialidade do espaço compõe a fórmula de elevação dos lugares sociais a integrados e integradores, portanto, não estigmatizados.

Na dimensão da psique, a autoestima do sujeito social é afetada pelo olhar da sociedade e os diversos capitais envolvidos na relação de alteridade/identidade, ou, se quisermos, de integração ou segregação social.

O oposto da segregação seria a ideia de cidade ou de bairro em que se estabelecesse a diversidade de classes sociais. Porém, a *démarche* da produção do espaço da habitação social não tem contribuído para a inserção social e diminuição das diferenças. O que se têm são, refratariamente, resultados arquitetônicos e urbanísticos que corroboram a repetição de modelos empobrecidos espacial e formalmente.

O espaço é, pois, indissociável do social, compõe sua ontologia.

3. DIMENSÕES DA HABITABILIDADE

São muitos os autores que tratam da habitabilidade em suas pesquisas (MALARD, 1997; ALMEIDA, 2002; ABIKO, 2005; PALLINI, 2007; ELALI, 2010). O conjunto destes trabalhos permite-nos uma perspectiva ampla ao avaliarmos o espaço de habitação, pois nela estão presentes os aspectos material, econômico, sensório, simbólico e imaginário. Se, por um lado, determinado espaço deve oferecer abrigo em sua dimensão material, por outro, estabelece um olhar específico da cidade sobre o seu morador. Trata-se de implicar o corpo e a psique e o olhar do outro.

Estabelecemos habitabilidade como a propriedade de um espaço oferecer abrigo, segurança, conforto, funcionalidade, inserção urbana, estabelecimento de laço social e autoestima. Este conceito contempla também a habitabilidade urbana (COHEN, 2006), para a qual se considera a escala da cidade. Ampliar a escala de análise põe em questão a função da moradia como vetor de inclusão social, como estabelecido constitucionalmente (BRASIL, 2005).

Para a Fundação Seade, o padrão mínimo de adequação estabelece que uma moradia deva:

Ser construída com material apropriado, a fim de garantir solidez e segurança a seus ocupantes; estar inserida em áreas onde as vias de acesso e a separação entre domicílios foram planejadas conforme as normas urbanas de ocupação da área, para permitir a circulação segura de veículos e pedestres; dispor de quarto, sala, cozinha e banheiro de uso privativo de seus ocupantes, para evitar superposição de funções e garantir a execução das atividades cotidianas; e não ser congestionada, na relação entre espaço e número de moradores (2001).

Há um conjunto de variáveis que se relacionam não apenas com a moradia *stricto sensu*, mas levam em consideração a viabilidade de um empreendimento habitacional do PMCMV quanto à infraestrutura urbana e sua interface com a cidade – mobilidade urbana e sociabilidade. Os entes públicos estaduais e municipais devem oferecer no território do empreendimento equipamentos para o atendimento às demandas territoriais quanto à saúde, educação e lazer (BRASIL, 2009).

Segundo Abiko (1995), a habitação cumpre sua função se o espaço for confortável, seguro e salubre, e esteja integrado de forma adequada ao entorno. O que está em jogo é a condição integral do morador. Habitabilidade e habitabilidade urbana são complementares no estabelecimento do bem-estar social na cidade.

O Instituto De La Vivienda – INVI –, no Chile¹⁷, considera que o bem-estar habitacional relaciona-se com a unidade habitacional, seu entorno imediato e o bairro (OLIVEIRA, 2013).

La habitabilidad está determinada por la relación y adecuación entre el hombre y su entorno y se refiere a cómo cada una de las escalas territoriales es evaluada según su capacidad de satisfacer las necesidades humanas. Este concepto se relaciona con el cumplimiento de estándares mínimos, ya que la habitabilidad es la ‘cualidad de habitable, y en particular la que, con arreglo a determinadas normas legales, tiene un local o una vivienda’ (INVI, 2004, p. 14 *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 77).

Segundo Pallini¹⁸ (2007, p. 62),

Una vivienda que no reúne los estándares convencionales de habitabilidad y que sin embargo está integrada físicamente a la ciudad, con buena accesibilidad a servicios y equipamientos, rodeada de un espacio público de calidad, supone para sus moradores una situación habitacional muy diferente a la de una familia que dispone de una vivienda “no deficitaria”, con Buenos estándares constructivos, emplazada en un área vulnerable, marginal y de difícil acceso.

Ao se propor a análise da qualidade do habitar para além da moradia mesma, sublinhando a relevância da escala da cidade, remetemo-nos à ação dos entes públicos responsáveis pela articulação das políticas urbana e de habitação.

A partir desse quadro e conceitos, procuramos identificar dimensões subjetivas e urbanas da experiência *morador x habitação* que pudessem subsidiar nossa compreensão do recorte empírico. Têm-se, então, ambiência, funcionalidade urbanístico arquitetônica, gestão condominial, identificação (estética/vizinhança),

^{17, 18} Optamos por trazer também autores e referências não brasileiros pela complementaridade à nossa análise e a relevância de suas pesquisas em habitação social.

mobilidade urbana, privacidade, segurança, sociabilidade e territorialidade como balizadores analíticos.

3.1. As dimensões subjetivas da habitabilidade

Uma das dimensões subjetivas da habitabilidade é a identidade. O que se vive em determinado espaço – percepções, significações e práticas – e o que o se pensa a respeito de determinado lugar compõe sua identidade. Há uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma *porção do espaço* (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

Os cidadãos impregnam-se das características dos lugares, neles estabelecendo um conjunto de relações afetivas ou topofilia (TUAN, 1980).

A topofilia pode ser tomada pelo amplo espectro dos laços afetivos entre as pessoas e o lugar, situando-se desde a experiência estética como relação importante em sua determinação, no entanto, quanto mais intensos forem esses laços, os quais podem ser configurados por uma relação material e imaterial, mais forte será o sentido de pertença territorial.

Tuan (1980) afirma que a autoestima está muito mais associada à amizade e respeito cultivados na vizinhança do que às características físicas do território. O mesmo autor aponta que o pertencimento ao lugar, topofilia, é tributário do sentimento de proteção e identificação com o lugar. Tuan (1983) afirma que a experiência que estabeleça significado e sentido ao espaço ascende-o à condição de lugar¹⁹.

Roca *et al. apud* Roca (2009), por sua vez, consideram importantes esses laços afetivos entre as pessoas e os territórios na indução do desenvolvimento territorial, estabelecendo a *terrafilia*. Aqui há uma referência explícita à dimensão econômica e política, aspectos estruturadores do *espaço concebido* –

¹⁹ No presente trabalho *lugar* e *espaço* são utilizados enquanto sinônimos; no entanto, sendo possível depreender ora a referência ao lugar/espaço matéria ora lugar/espaço em seu valor simbólico.

representação de espaço – que determina amplamente as práticas sociais na cidade.

Em outra escala, o lar, encontramos também processos de identificação. A identidade está relacionada à personalização dos ambientes, marcados segundo a individualidade do morador, permitindo que os outros possam facilmente identificá-los, mediante o uso de objetos pessoais (ZEISEL, 1990). Acrescentamos a isso a comunicação de nossos valores a partir dos espaços ocupados e seus conteúdos, quando deles nos apropriamos por vontade ou mesmo por necessidade.

Os aspectos estéticos e funcionais do ambiente compõem o estilo de vida do morador por um processo de apropriação/identidade (por exemplo, as dimensões de uma cozinha, a cor de determinado espaço, as características de determinados elementos arquitetônicos, etc.). Interessante notar que a satisfação²⁰ do morador relacionada à aparência da habitação é determinada pelo atendimento dos elementos espaciais aos seus valores e gostos, mais que quanto ao enquadramento em um estilo arquitetônico específico (LAY *apud* GAMBIM, 2010), o que nos remete ao pensamento bourdiesiano, porquanto propõe uma adesão formal referida ao *habitus*.

A identidade ou identificação com determinado lugar imbrica-se com a experiência de territorialidade, porquanto a personalização dos espaços não deixa de demarcar fisicamente aquilo que é nosso.

A territorialidade é um mecanismo de regulação de fronteiras assimilada, pois, à demarcação de limites. As ciências humanas incorporaram esse conceito, uma vez entendido que o comportamento humano deveria ser analisado em sua dimensão espacial. Em uma perspectiva social a experiência da territorialidade deve ser identificada enquanto demarcação espacial coletiva, estabelecendo práticas sociais específicas de regulação espacial, dada a identificação mútua – mediada pelo

²⁰ Ferreira (2011) apresenta-nos considerações sobre o conceito de satisfação relacionada ao morar a partir de diversos pesquisadores. Resumidamente, satisfação deve ser tomada como a avaliação da habitação em várias escalas - a casa, o bairro e o entorno – comparando, por assim dizer, as aspirações, expectativas e necessidades do morador com o real. A experiência, no entanto, por ser atravessada pelos aspectos subjetivos excede os aspectos técnico construtivos e urbanos.

espaço – de um grupo específico. Já em uma escala pessoal as regulações territoriais dão-se no espaço imediato do sujeito em relação ao outro (LAGES; BRAGA; MORELLI, 2004). Sommer observa que a territorialidade ao nível individual é estabelecida pelo *controle dos moradores sobre os ambientes comuns de seu edifício* [...] (1992, p. 21).

A arquitetura demarca fisicamente os limites – paredes, portas, grades, sinalizações etc., e a apropriação pelo morador pode demarcar o território física e simbolicamente. Por exemplo, pelo cuidado há que se saber que ali existe um morador ou um proprietário que cuida.

Em estudos de residenciais de habitação social verificou-se que a impossibilidade de ler a hierarquia espacial ocasiona problemas de apropriação dos espaços abertos coletivos (LAY; REIS, 2005, 2010). Esses espaços destinados a lazer, recreação, estacionamento e circulação, nos conjuntos habitacionais estudados, foram invadidos por construções irregulares, para usos diversificados, tais como garagens, depósitos, churrasqueiras, prestação de serviços, pequeno comércio e uso residencial. Essa apropriação indevida ocasiona a eliminação de um espaço de uso coletivo, a favor de uma utilização privativa.

Como posto em seção anterior, um mecanismo de distinção – identidade/alteridade – compõe a experiência do lugar. As escolhas compositivas de determinada arquitetura ou as práticas espaciais determinam uma territorialidade simbólica. Os aspectos de pertencimento a um grupo são tributários dessa leitura espacial. Vê-se que a territorialidade e sociabilidade encontram-se no espaço da habitação, determinando-se mutuamente.

Outro fenômeno subjetivo importante na ocupação dos espaços de habitação é a privacidade. Entendida como o controle dos eventos interpessoais, a privacidade relaciona-se ao direito das pessoas de ocultar certas atividades, objetos e espaços da visão e interferência dos outros (RAPOPORT *apud* REIS; LAY, 2003). O fechamento ou abertura de ambientes pode sinalizar o desejo de maior ou menor interação interpessoal (KUPRITZ *apud* REIS; FREITAS; LAY, 2008). Os ambientes devem garantir esta regulação, sem a qual os sujeitos passam a exercê-la através de ajustes pessoais que podem acarretar custos psicofisiológicos ou

sociais. Heimstra e Mc Farling (1978) anotam que o espaço pessoal deve ser resguardado para o sentimento de satisfação com determinado ambiente.

Com a privacidade relacionam-se os seguintes elementos arquitetônicos: arranjo do mobiliário, acústica, quantidade de ambientes, dimensões das salas, paredes e aberturas, disposição dos ambientes e equipamentos, utilização de cortinas, entre outros (ALMEIDA, 1995).

Já a ambiência nada tem de impalpável ou esotérico, antes, é uma dimensão concreta da arquitetura (MALARD, 1993). Essa consideração é o paradoxo do discurso corrente dos arquitetos que estabelecem um lugar mítico para aquela. São as qualidades do espaço interior que a estabelecem.

A ambiência é apreensível na interface entre o sujeito e o lugar, e envolve aspectos relacionados à cultura – materiais, formas etc. – e aqueles inerentes aos processos sensoriais próprios da condição humana – conforto térmico, visual, acústico, antropométrico (ALMEIDA, 2001). Na ambiência, então, implica-se a experiência estética, cognitiva e sensoriais – em relação aos materiais, cores, texturas e formas; dadas as condições lumínicas, térmicas, acústicas; e a percepção das dimensões dos objetos espacializados.

A partir do pensamento baudrillardiano, Malard (1993) sustenta que o aspecto subjetivo da ambiência arquitetônica está intimamente ligado ao sistema de significações de padrões culturais dominantes.

Na trilha daquilo que denominamos dimensões subjetivas do habitar, retomamos à sociabilidade enquanto qualidade de estabelecer laços sociais e garantir certa urbanidade. O habitar deve permitir amplamente o processo de socialização, ou seja, a integração dos sujeitos sociais em determinada sociedade não apenas por contingência, mas também pela intenção/oportunização dos encontros entre a vizinhança, quer seja no conjunto habitacional, no bairro e no entorno. Isso diz respeito à configuração arquitetônica e urbana. Está em jogo também o compartilhamento de certos códigos culturais e regras formais de convivência, do gesto, enfim, do comportamento de forma geral (BOURDIEU, 2011a).

Os conflitos que possam acontecer em função de infração às regras condominiais, ou da inadaptação psicossocial ao morar coletivo, põem em causa a seleção do beneficiário do programa habitacional e, ainda, o Trabalho Social. Primeiramente, deve-se quando possível evitar a seleção de beneficiários que por seus hábitos e costumes possam objetivamente apontar para uma inadaptação. No entanto, Guimarães (2005) afirma que o cotidiano, o ato mesmo de morar é que legitima o espaço. Podemos observar congruência, confluência²¹ (JOHNSON *apud* AMORIM; LOUREIRO, 2005) ou mesmo conflito entre o espaço projetado e o comportamento dos moradores. Contudo, os profissionais da área social devem atentar para casos em que a probabilidade de inadaptação for grande.

O Trabalho Social deve apoiar o período pós-morar, notadamente quando da ocupação de territórios com características distintas do lugar de origem. Para quase a totalidade dos beneficiários da habitação social o morar vertical é uma novidade. Assim, o conhecimento das normas que regulam o uso do lugar e a sensibilização para a assimilação destas regras e de novas práticas espaciais são fundamentais.

Quanto à infraestrutura urbana, aquela que disponibiliza equipamentos sociais para as práticas esportivas, de lazer e ócio estão estreitamente ligadas à socialização. Por outro lado, a configuração espacial pode provocar inadaptação, seja pela ausência dos elementos que atenderiam a algum dos aspectos da habitabilidade ou por uma disposição subjetiva resistente ao espaço – de ordem simbólica –, ou mesmo por desconforto em sua utilização. Por exemplo, as distâncias, os horários de funcionamento podem comprometer a usabilidade de determinado equipamento.

Augé (1994) nos diz que o espaço torna-se lugar quando se ressignifica pelo convívio entre as pessoas que nele se encontram. Sua humanização acontece pela

²¹ Congruência é o que se dá entre os processos projetuais e o uso espacial caracterizando harmonia entre uma coisa e o fim a que se destina, cristalizadas em normas e práticas profissionais tradicionais; e confluência revela qualidades inesperadas que informa o momento, o cotidiano. No presente trabalho estendemos estes conceitos ao comportamento do morador não somente relacionado à arquitetura – materialização de projeto e o uso que se faz no cotidiano – mas à novidade do espaço multifamiliar, das regras formais, novos códigos relacionados ao novo ambiente.

socialização. Isso deve ser pensado nas várias escalas do habitar, quer sejam nas relações de vizinhança ou no próprio encontro da família em seu lar, de modo que a socialização desempenha papel importante como suporte integrador de nossa experiência vivida.

Segundo Simmel (2006), os indivíduos são constituídos por impulsos que demandam socialização – eróticos, do jogo, religiosos, de interesses objetivos, de defesa e ataque. A sociabilidade é, pois, condição do estar do mundo.

O encontro com o outro prevê a oferta de um suporte material para tal – o espaço e o tempo do cotidiano, mas também uma identificação e desejo de relacionar-se. A tese de Sennet sobre o declínio do homem público na contemporaneidade levanta a questão da retração da socialização do homem coletivo (SENNET, 1999 *apud* BOTTON, 2010). Essa ideia parece estender-se a todas as classes e lugares, dada a homogeneização e alcance da ética do consumo do capitalismo tardio. Nesse regime, os indivíduos estariam exercendo o narcisismo e esquecendo-se de viver o verdadeiramente social. Há uma valorização e até mesmo vontade de exposição da intimidade. De outro modo, tem-se a vacância dos espaços genuinamente públicos.

Não obstante, há estudos que descrevem o cotidiano de moradores de bairros populares como mantenedores de um convívio próximo entre os vizinhos, por exemplo, para o lazer ou se reunindo para resolução de problemas mais corriqueiros (DINCAO, 1992; ALMEIDA, 2011). Segundo Velho (1997), os espaços dos pobres resistem ao individualismo padrão de sociedades modernas.

Socialização, usos dos espaços públicos, da rua e do bairro são intervenientes em outra questão urbana, a segurança pública.

Quanto à segurança nas habitações: controle territorial, o que pressupõe espaços demarcados simbólica ou materialmente, incluindo sua hierarquização; acesso à unidade habitacional e ao empreendimento; vigilância visual, por meio da disposição de janelas; manutenção, em contraposição às áreas caracterizadas pelo abandono ou desapropriação; uso, circulação e nível de integração dos espaços

que possam determinar copresença de moradores e circulantes, incluindo-se a frequência do uso dos equipamentos públicos (VIEIRA, 2002).

A gestão condominial figura como importante agente de segurança dos espaços, dado que é responsável pela manutenção de dispositivos de segurança e pela manutenção do espaço propriamente dito (MEDVEDOVSKI, 2009), como veremos adiante.

Em alguns estudos aponta-se que a sensação de segurança do morador é mais importante que a segurança real quanto à satisfação com o lugar (AALBERS, 2001; VIEIRA, 2002; REIS *et al. apud* TREPTOWCOSWIG, 2011). De outro modo, não podemos deixar de sublinhar que o que está em questão é também a segurança real e não somente a percepção do morador. Isso remete-nos à diferenciação entre a satisfação e o valor desejado²² (GRANJA *et al.*, 2009), em estudos sobre a habitação social.

Segundo Pedro *apud* Barcelos (2011), as habitações devem ser projetadas para oferecer condições adequadas no desenvolvimento de sua função. Isso diz respeito à sua funcionalidade, que deve ser avaliada quanto à circulação, adequação dos espaços às atividades, flexibilidade no *layout*, entre outros aspectos (PEDRO *apud* BARCELOS, 2011).

A funcionalidade refere-se ao modo como as atividades são desenvolvidas num determinado ambiente (LEITE, 2006). Assim, para apresentar desempenho funcional, o ambiente deve ter um conjunto de características, como capacidade espacial, flexibilidade espacial, ergonomia, adequação aos fluxos de trabalho, entre outros itens que interfiram na forma como as atividades são desenvolvidas.

²² Miron (2008) estabelece uma diferenciação sutil entre os conceitos de valor e satisfação. O valor percebido está relacionado com a percepção do resultado entre os benefícios recebidos e os sacrifícios exigidos (*trade off*) na compra de determinado produto, ao passo que a satisfação global tem orientação psicológica, com base no resultado entre o processo de compra e o de consumo. [...] Benedikt (2008), parte de hierarquização dos valores relacionados às reais necessidades/desejos do morador cuja resposta traz satisfação em um nível mais elevado por meio de escolhas conscientes e aderentes à garantia de qualidade e às edificações bem projetadas (GRANJA *et al.*, 2009). Nos estudos que consideram o valor em detrimento do índice de satisfação, a segurança figura como elemento essencial à experiência do morar (GRANJA *et al.*, 2009; KOWALTOWSKI *et al.*, 2009).

Palermo (2009) considera funcionalidade na habitação a relação entre espaço, conjunto de equipamentos necessários a cada atividade e as necessidades do usuário. Nesse sentido, temos que a funcionalidade dos espaços deve ser compreendida enquanto adequação ao uso e, também, à oportunização de sua frequência correlativa às demandas dos moradores. No presente trabalho, estendemos o conceito às áreas coletivas do Residencial, bairro e entorno.

Outro aspecto importante que atravessa a habitabilidade é a estética, ao que já nos referimos ao tratarmos da identificação e territorialidade. A aparência de um lugar pode ser entendida na composição dos elementos construídos e os naturais, bem como nos aspectos da manutenção e limpeza, que podem interferir na satisfação em relação ao lugar.

O cuidado estético da habitação é um elemento importante para a satisfação com o lugar de morar (REIS; LAY, 2003). Para além da experiência estética em si mesma, como anotado em seção anterior, está relacionada também ao olhar do outro, como operador de estigma ou distinção social (BOURDIEU, 2011b; GAMBIM, 2007, 2010). Os lugares monótonos ou empobrecidos esteticamente são associados à pobreza.

Ao tratarmos da estética e, conseqüentemente, da manutenção dos espaços, remetemo-nos ao cuidado com o lugar e à sua gestão. Assim, a gestão condominial, anteriormente associada à segurança, também se relaciona com a estética da habitação.

A gestão condominial compõe a experiência do espaço de morar coletivo. Na medida em que o respeito ao regulamento do condomínio e seu funcionamento são diretamente ligados ao bem-estar do morador, trata-se de elemento substancial para qualificar a experiência do morar. O desafio da gestão do espaço na habitação social é a novidade do morar coletivo e/ou vertical. São regras a serem assimiladas e dinâmicas socioespaciais que dizem respeito a dados culturais – hábitos, valores e costumes – que se distanciam ou aproximam-se das práticas anteriores.

A gestão condominial é no presente trabalho – enquanto dimensão de análise de adequabilidade do habitar – tomada bilateralmente, ou seja, desde a competência para gerir até a recepção das regras pelos moradores. Trata-se de considerar os resultados das práticas de todos os atores sociais que estabeleçam um funcionamento e organização particular de cada espaço.

Alguns trabalhos recentes tratam de conjuntos habitacionais em que se verificam evidências de correlação entre a clareza na hierarquização dos espaços públicos, coletivos e privados e sua manutenção pelos usuários (MEDVEDOVSKI, 1998). Esses estudos apresentam uma vinculação indissociável entre percepção de hierarquia espacial, ou seja, sua identificação como espaço particular ou coletivo, e a administração destes espaços, o que inclui a manutenção e demais ações do processo da gestão dos condomínios habitacionais (MEDVEDOVSK; SÁ BRITO; COSWIG, 200?).

Contratar serviços, manter o espaço organizado e limpo, sensibilizar para o pagamento das contas entre outros, são dados da gestão. Questões intersubjetivas surgem por possíveis conflitos de interesse na utilização do espaço, quer seja pela recepção negativa de certas práticas no espaço do residencial ou mesmo por, diretamente, ser atingido por um comportamento ou hábito cotidiano.

Alguns estudos relacionam a satisfação com a gestão do condomínio à tipologia do conjunto habitacional (MEDVEDOVISK *et al.*, 2006; SANCHES; MORETTI, 2013). O grande número de unidades habitacionais, de andares, de unidades por andar, utilização de elevadores, a não medição individualizada da água entre outros, são itens que podem interferir negativamente no funcionamento e na percepção dos moradores em relação à organização do lugar, conforme apontado por Sanches e Moretti (2013). Associado a isso, há pelo menos um estudo que sublinha que em conjuntos populares – diferentemente da habitação de mercado – a gestão condominial não poderia sanar problemas do próprio projeto arquitetônico, citando como exemplo a necessidade de elementos de segurança cuja inserção seria muito onerosa, dada a renda familiar própria dos moradores daqueles conjuntos. Dessa maneira, é importante que a viabilidade do empreendimento seja relacionada estreitamente ao perfil dos futuros moradores.

3.2. As dimensões urbanas da habitabilidade

A compreensão do habitar contemporâneo deve enredar a política, pois trata-se da partilha do que deveria ser o mais natural dos objetos de nossa relação existencial, a terra, o espaço, pois, tal qual o tempo, dá-nos a dimensão de nossa experiência de forma essencial.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 2). Isso quer dizer da ação dos atores sociais em sua formatação. Seguindo com o pensamento estrutural-constitutivista bourdieusiano, trata-se de um resultado do poder exercido de forma estrutural e estruturante. Como observamos anteriormente, o *espaço vivido* se contrai face às determinações das *representações do espaço* as quais privilegiam o espaço dos fluxos da produção e reprodução (LEFEBVRE, 2006).

As políticas urbanas e habitacionais tendem a intervir minimamente na estrutura social, ou seja, mantendo a mesma espacialização dos capitais, cuja distribuição qualifica ou desqualifica os territórios. Esse distanciamento é o resultado de forças que, por princípio, alimentam um saber abstrato – geométrico – e político sobre o espaço, o qual não representa as expectativas do cotidiano de todos os cidadãos. As relações de poder estabelecidas é que, efetivamente, configuram um território, elas *surtem em razão da sociedade, seus atores e suas práticas sociais* (SAQUET, 2007, p. 34).

O tratamento político dado ao espaço passa, necessariamente, pela atuação dos sujeitos sociais que o dominam ou dele se apropriam. O espaço abstrato é o espaço dominado. O seu oposto é o lugar apropriado, no qual houve um movimento social com vistas ao seu valor de uso. Em Lefebvre (2006), a consideração do espaço em seu valor de uso e valor de troca é essencial para uma ação de qualificação da experiência do morar. As lutas empreendidas no Brasil a favor do direito à habitação (BONDUKI, 2004) têm resultado em mudanças, embora tímidas. O conflito de interesses permanece como fundamento. No limite, Lefebvre (2006) chama a atenção para que não caiamos no reducionismo no entendimento sobre o espaço.

Descrever os “defeitos” do elevador que permitiu às pessoas abastadas conquistar os estágios superiores dos imóveis, quebrando completamente os contatos garantidos pela escada e pelo seu andar, isso não leva longe (LEFEBVRE, 2006, p. 247).

A reflexão sobre a produção do espaço urbano passa pela consideração dos interesses sejam individuais ou coletivos. A dominação do território, pois, dá-se pelo poder simbólico e econômico, e transversalmente a política. Lefebvre (2002) afirma que o espaço é um meio – *medium* – estratégico ou político de intenções de manutenção do poder estabelecido. Representar-se-ia o espaço pelas projeções de interesses quer seja do Estado ou do capital.

A partir de Lefebvre (2006) podemos dizer que a dominação dar-se-ia pela instrumentalização da razão em função dos interesses do Estado inextricavelmente ligado ao mercado. De outro modo, a apropriação seria possível em alternativas de espacialização das riquezas ou dos capitais – de toda sorte – relacionados ao bem-estar dos sujeitos sociais representantes das diversas camadas sociais. A produção do espaço implica considerar o processo de apropriação, dominação e produção do território, ou seja, a compreensão do poder ali estabelecido e suas contradições – as desigualdades, as permanências e seu ritmo (SAQUET, 2009).

Se a estrutura e agentes que dominam o espaço o fragmentam e o segregam, de outro modo, a apropriação serviria a uma integração socioespacial. Pensando, radical ou fundamentalmente, soluções programáticas que não mudem a ordem espacial não passariam de paliativos e contenção de conflitos em face de um saber abstrato, instrumental para um poder concreto, que sabe espacializar no limite de seu interesse.

Diante dessas considerações, elegemos a sociabilidade, a mobilidade e a infraestrutura urbana variáveis fundamentais para questionarmos a habitabilidade dos conjuntos de habitação de interesse social na escala urbana. A primeira por ser importante na determinação do sentido de lugar. Dessa maneira, privilegiaremos nesta seção a análise da disposição de equipamentos para a socialização na escala urbana; e as demais por implicar na qualidade de vida dos moradores na experiência imediata do espaço urbano.

O programa habitacional, como vem sendo implantado, não pretende intervir estruturalmente no tecido socioespacial. Em seu desenho implica o viés de fragmentação do espaço da cidade. O lucro do negócio requerido pela visão empresarial das construtoras e a necessidade de se erigir os empreendimentos em escala, do ponto de vista estatal ou político, são seus objetivos. O cotidiano do morador da habitação social concorre com esses interesses, que perpetuam a centralidade urbana como própria dos atores sociais que dominam a terra por seu valor de troca. Contrapõe-se este valor econômico-financeiro ao uso que se faz do espaço no cotidiano.

Aqueles que se beneficiam dos programas atuais recebem uma política resultante de inflexões na dinâmica urbana, notadamente a partir do marco legal do Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), e pelas lutas dos movimentos sociais para a provisão de habitação às camadas mais pobres da população. O volume de recursos financiados e subsidiados é muito maior que outrora. O que não mudou foi, efetivamente, a estratégia de atendimento às demandas por habitação. A política legitimamente urbana aloca-se no segundo plano. O *leitmotiv*, historicamente, é um empurrão anticíclico na economia.

Desde a origem dos programas, a provisão habitacional é estabelecida sob uma lógica invertida, na qual a adaptação dos sujeitos sociais é que deve ocorrer em face daquilo que é possível dentro do representado.

Marques (2007), estudando padrões de sociabilidade, sugere que *certos tipos de redes de pobres estão empiricamente associados a melhores condições de vida, trabalho e rendimentos, demonstrando a relevância da sociabilidade* (2007), bem como aponta que em contextos de pobreza a vizinhança figurar como elemento fundamental na construção da sociabilidade.

Para Lin (1999), a obtenção de *status* passa pela aquisição de características individuais que são construtoras de hierarquias sociais, como rendimento, escolaridade, cultura, etc. Mas, associado às características individuais que determinam condições sociais, a sociologia tem defendido a importância de elementos sociais – extra econômicos – de natureza coletiva e supra individual (MARQUES, 2007). Nessa perspectiva, a pobreza não seria vista apenas como

uma questão de reprodução econômica, mas de integração social e de pertencimento. As redes sociais surgiriam como outro paradigma de conhecimento e intervenção no tecido urbano. Nessa perspectiva, avança-se na compreensão da pobreza desde o paradigma atomista a uma ontologia relacional da pobreza²³. A integração social e pertencimento são, pois, não apenas um *plus* a ser considerado nas políticas sociais de combate à vulnerabilidade social, mas fundamento.

Essas questões que se interpõem entre as demandas pela casa própria e o cotidiano do morador – sociabilidade e mobilidade –, as quais dizem respeito às relações de vizinhança – que quase sempre são quebradas pelas políticas habitacionais – as distâncias entre o trabalho, os serviços e equipamentos urbanos e a moradia parecem estar diretamente associadas à causa da condição socioeconômica.

Bourdieu (2013) afirma que o tempo compõe o cotidiano do morador enquanto variável que decide pela condição de pobreza ou riqueza. Os custos com deslocamento e comunicação são fatores que podem influir na qualidade das redes sociais, notando-se que a homofilia²⁴ e o localismo²⁵ são diretamente associados à pobreza (MARQUES, 2007). Embora Marques sublinhe que não há indício de que a segregação espacial, propriamente, determine diminuição das redes, as políticas públicas devem atentar para a importância das redes sociais estabelecidas nas vizinhanças das classes mais pobres.

²³ As políticas públicas que consideram o potencial supraindividual para a melhoria no status têm como paradigma as redes sociais em sua determinação. A perspectiva atomista considera os atributos individuais, por exemplo, de educação e saúde suficientes para a melhoria das condições sociais. O espaço social ou o capital social entraria nessa conta de desempenho determinando, por assim dizer, a qualidade de vida social. Nessa perspectiva, o espaço físico ou a segregação socioespacial não seria suficiente para explicar, embora seja um avanço pensar a questão espacial como fator de determinação da condição social.

²⁴ Propriedade das redes sociais que dá formato conceitual à evidência empírica de que, por mecanismos diversos, pessoas com atributos comuns têm maior probabilidade de criar e manter vínculos entre si. O espaço seria um dos fatores de restrição de redes de sociabilidade, as quais são importantes quanto ao *status* ou condição social dos indivíduos (MARQUES, 2007).

²⁵ [...] proporção dos ‘nós’ de uma dada rede pessoal que habitam o mesmo espaço. Seria uma homofilia relativa à coincidência dos atributos ‘lugar’ e ‘moradia’ entre os indivíduos em uma dada relação (MARQUES, 2007). O resultado de espaços segregados pode determinar forte homofilia, restritiva quanto à amplitude das redes sociais.

O fato é que o território do habitar e as redes sociais estabelecidas são elementos preponderantes do percurso social. Rabinovich e Bastos (2007) apresentam uma configuração que decide pelo nível de bem-estar ou vulnerabilidade social, a partir dos conceitos de *enraizamento* e *apego ao lugar*. O enraizamento diz respeito à raiz por sua participação real, ativa e natural na existência da coletividade, dadas as experiências do passado e na intuição do devir. Essa participação seria própria da nossa relação intrínseca com o lugar – nascimento, profissão e meio (WEIL, 2001). O apego ao lugar, por sua vez, é o vínculo subjetivo com o lugar e com a comunidade mutuamente determinando-se. O enraizamento pressupõe uma experiência anterior no tempo e no devir, do que o apego ao lugar prescinde.

A provisão habitacional deve estar atenta a essa perspectiva de consideração do vínculo anterior e ao possível estabelecimento do pertencimento ao novo habitar. De certa maneira, há nas políticas públicas de habitação legitimação da necessidade do *apego ao lugar*, uma vez que nas diretrizes dos programas vislumbra-se a intersectorialidade da política de adaptação ao novo território. Saúde, educação, mobilidade urbana, vínculos com a vizinhança devem ser objeto da atenção do Trabalho Social (BRASIL, 2014).

De outra sorte, as políticas não conseguem sempre prover habitação no território de origem do beneficiário, estabelecendo certo distanciamento das redes sociais. De certa forma, se considerarmos que os sujeitos não perdem os vínculos de forma radical, ou seja, quando seus deslocamentos não determinam o corte com seu passado produtivo ou sua memória cultural, o enraizamento é preservado. Trata-se de preservar uma condição social em que, em meio a deslocamentos para outros territórios, as adaptações ou invenções do cotidiano assimiladas pela noção de espaço vivido e percebido sejam possíveis.

A localização determina um poder sobre o tempo (BOURDIEU, 2011b; 2013), o que pode ser associado às distâncias e o nível de integração urbana determinantes da qualidade de mobilidade urbana. O cotidiano do cidadão é, pois, altamente influenciado pelas distâncias entre o lugar da habitação e as centralidades urbanas, onde as estruturas de produção estão e os equipamentos sociais. Os fluxos do

cotidiano além de comporem as condições de produção são elementos fundamentais na determinação da qualidade de vida na cidade.

A Satisfação Residencial tem sido perspectivada de dois modos distintos. Por um lado, enquanto critério da qualidade de vida geral do indivíduo e, por outro, como preditor de comportamentos específicos (...) (FERREIRA, 2011, p. 6).

Embora a espacialização dos mais pobres determine sua segregação socioespacial em áreas em que o acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos e comércio é restrito, a mobilidade urbana não deveria ser um grande problema em uma cidade média como Governador Valadares, MG. Os deslocamentos diários para o trabalho não são longos se comparados aos de grandes cidades. Como veremos, o programa em questão exige do poder municipal adequação do transporte público e integração dos conjuntos habitacionais ao tecido da cidade. Por outro lado, a comparação entre os deslocamentos e as formas de locomoção anteriores é elemento que, provavelmente, influi na satisfação com o lugar.

Nesse sentido, uma das fragilidades dos programas habitacionais contemporâneos é a espacialização dos conjuntos habitacionais, que se desdobra em distância das centralidades e possibilidade de quebra dos vínculos sociais. Distância deve ser compreendida como medida de segregação ou da divisão não equânime dos equipamentos públicos importantes para a qualidade de vida dos moradores. O espaço habitado é o lugar do poder, mas também do valor de uso no cotidiano em que se deveria integrar as diversas formas de habitar.

Lefebvre (2006), semelhantemente à Bourdieu, compreende a produção e reprodução da vida social na indissociabilidade do tempo-espaço. O discurso sobre os lugares que associam estes a estilos de vida específicos – uma abstração – não suprime do espaço percebido o tempo. O real, percebido e vivido, está inextricavelmente ligado ao ritmo da cidade fragmentada, seus fluxos e distancias, seus signos de consumo. O tempo do cotidiano suplanta o discurso sobre o espaço produto, dando a ver seu valor de uso (LEFEBVRE, 2006), compondo a estruturação do campo social (BOURDIEU, 2013). Uma política do espaço é, portanto, também uma política do tempo.

Um espaço diferencial é possível, no dizer de Lefebvre (2006), em que a ordem do saber ideológico é subvertida para que seja possível um espaço radicalmente outro. A homogeneidade do espaço abstrato ao ser fissurada pela contradição social é que possibilita este movimento contrário ao real estabelecido. Nessa visão, um regime social, necessariamente, teria que produzir seu espaço específico ou próprio. O público e o privado, o macro e o microespaço, o cotidiano e o urbano dispersados pelos planejadores poderiam ser reconciliados. Isso faz-nos lembrar da transplantação bourdieusiana, em que se idealiza outra ordem espacial.

Dada a situação socioeconômica de um grande contingente da população brasileira, nem sempre é possível prescindir do Estado enquanto sujeito da provisão habitacional e de regulação da experiência socioespacial. Mais que provisão, a regulação fundiária, integração das políticas urbana e habitacional, seriam em termos de política pública meio privilegiado da partilha social. No Brasil as reivindicações em torno do uso da terra dão-se na tensão política entre dominação e apropriação. São vozes e corpos a ocupar espaços dominados, e legitimados nas representações de propriedade pelo esforço individual. Mas, como pontua Arendt (2007), numa dimensão política importa que o lugar no discurso social seja garantido.

Essa condição de possibilidade de se fazer representar é reivindicada por Rancière (1995, p. 7) na *partilha do sensível*. A dimensão estética do vivido é assim fundamento de uma política, em que pesem as contradições estabelecidas por uma diferença no mundo sensível, ou seja, em que estão implicados os nossos corpos e os sentidos.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado é o estudo de caso, pelo qual se supõe adquirir conhecimento do fenômeno estudado explorando intensamente um único recorte empírico (GOLDENBERG, 2004). Portanto, é importante a reunião do maior número de informações por diferentes técnicas de pesquisa.

O presente estudo de caso define-se por seu caráter descritivo e exploratório (ABRAMO, 1979; LAKATOS, 2011; MARCONI, 2011) e pela abordagem qualitativa, uma vez que se pretendeu descrever o cotidiano de um espaço de habitacional social, onde há um trabalho social correlacionado ao projeto arquitetônico, a fim de estabelecer relações entre os “modos de uso” e o *espaço concebido*.

Procuramos considerar, além das particularidades do grupo social pesquisado, os eventos e singularidades que se apresentavam e de relevância para o entendimento do fenômeno pesquisado. Os resultados qualitativos, além dos quantitativos, apresentaram não somente as tendências, mas, também, os desvios.

4.1 Local da pesquisa

O residencial pesquisado situa-se em Governador Valadares, município da mesorregião do Vale do Rio Doce, ao leste do estado de Minas Gerais, distando cerca de 320 km da capital Belo Horizonte (Figura 2). O município ocupa área de 2348,1 km² e sua população total era de 263.689 habitantes, segundo o censo de 2010 (PNUD, 2013). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) é de 0,727, de acordo com o Atlas Brasil (2013), considerado alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013).

Trata-se de um município importante no contexto econômico estadual, PIB *per capita* de 14.186,65 reais, destacando-se na área de prestação de serviços, conforme dados do IBGE (2013).



Figura 2 – Localização de Governador Valadares no estado de Minas Gerais.

Fonte: IBGE (2015).

O Residencial Atalaia, condomínio construído pelo Programa Minha Casa, Minha Vida para famílias enquadradas na menor faixa de renda atendida pelo Programa, localiza-se no Bairro Jardim Atalaia, na periferia de Governador Valadares (Figura 3).



Figura 3 – Governador Valadares no estado de Minas Gerais. O bairro Jardim Atalaia localiza-se no extremo sul da cidade.

Fonte: Google Earth (2015).

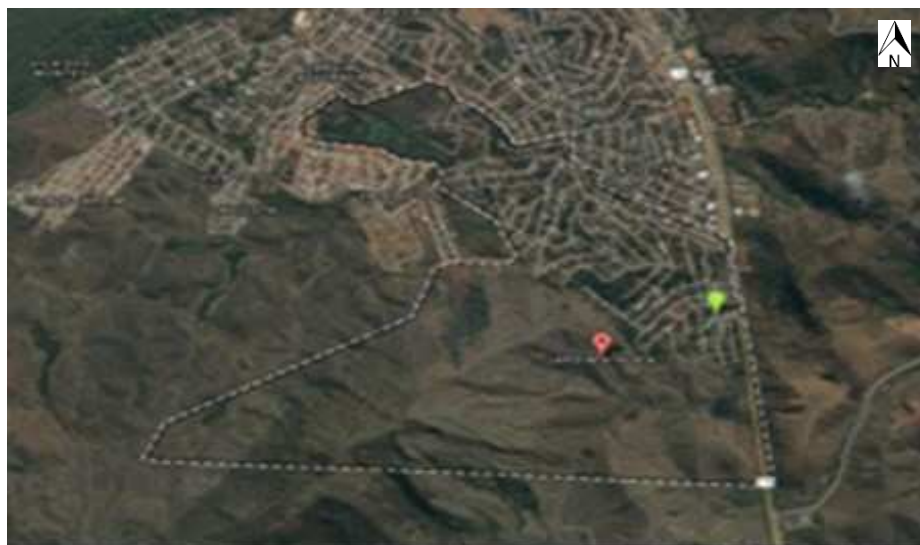


Figura 4 – Vista aérea da localização do Residencial Atalaia – marcação verde – no bairro Jardim Atalaia em Governador Valadares, MG (poligonal tracejada).

Fonte: adaptada do Google Earth (2014).

São 128 apartamentos distribuídos em oito blocos de quatro andares. As obras foram finalizadas em 2011, e em novembro do mesmo ano as chaves dos apartamentos foram entregues aos beneficiários, quando se iniciou a ocupação das unidades habitacionais pelas famílias beneficiárias (Figura 5).



Figura 5 – Vista parcial do Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014.

4.2 Métodos e técnicas

A construção do método ou arranjo metodológico nas pesquisas das ciências sociais não pode deixar de levar em consideração quem são os sujeitos sociais em

questão. A identidade desses sujeitos e do pesquisador e o contexto em que se dá o fenômeno são fatores relevantes na escolha dos instrumentos de coleta de dados.

A escolha pelo arranjo metodológico quantitativo e qualitativo deveu-se ao próprio objetivo da pesquisa, ou seja, a compreensão de um fenômeno social que implica dados observáveis empiricamente, categorias teóricas que dão conta de aspectos subjetivos dos moradores e da produção social da habitação.

Mas, os resultados são fundamentalmente qualitativos, ou seja, uma síntese consolidada dada a complementaridade multimétodo. A triangulação metodológica deu-se pontualmente, validando dados observados pelo tratamento estatístico.

4.2.1 Coleta de dados

Primeiramente, foi realizada a revisão bibliográfica e a pesquisa documental que abrangeu as normas que regem o PMCMV e o Trabalho Social e suas peças técnicas, as quais permitem acesso aos dados de sua execução – Projeto do Trabalho Técnico Social (PTTS), Plano de Intervenção do Trabalho Técnico Social (PITTS), Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social (RATTS) e Relatório Final do Trabalho Técnico Social. Os projetos arquitetônicos do Residencial Atalaia também constituíram dados importantes sobre a Representação do Espaço.

Os procedimentos metodológicos foram eleitos após o levantamento de instrumentos de Avaliação Pós-Ocupação (APO) e técnicas de pesquisa das ciências sociais. Mas a pesquisa não deve ser considerada, a rigor, uma APO.

O trabalho de campo compreendeu o levantamento das relações funcionais e simbólicas dos moradores com o espaço de morar, a partir da observação direta do comportamento ambiental dos moradores, *walkthrough*, entrevistas semiestruturadas²⁶ com o síndico e com coordenador do Trabalho Social, e aplicação de questionários aos moradores.

²⁶ Roteiro de perguntas que permite certa flexibilidade em sua aplicação, de modo a obter as informações importantes do entrevistado. No nosso estudo, realizamos a entrevista com pessoas-chaves, o síndico e o assistente social responsável pelo TS desde sua primeira fase. As questões

O *walkthrough* é um método de avaliação de desempenho do ambiente construído muito utilizado em Avaliação Pós-Ocupação. No nosso estudo foi utilizado o “*walkthrough* acompanhado”, para identificar se o ambiente atende às necessidades dos moradores. Trata-se de um procedimento que combina observação direta acompanhada pelo usuário do ambiente, o qual dá informações sobre o seu uso. Fizemos anotações no caderno de campo, fotografamos os ambientes e utilizamos a planta baixa para identificação de dados relevantes em alguns dos ambientes.

A técnica de observação direta foi aplicada visando à compreensão dos modos de uso do espaço correlacionando-os às dimensões de habitabilidade levantadas na revisão bibliográfica e, também, à assimilação dos saberes transmitidos e requeridos pelo Trabalho Social.

Realizamos a “observação incorporada”²⁷, pela qual pretende-se apreender dados das subjetividades implicadas, estando atento ao que se vê e se ouve, em busca de dados da experiência sensório-cognitiva. Nessa escolha, a postura do observador tornou-se menos distanciada e neutra, e a observação foi tomada como experiência vivenciada (RHEINGANTZ *apud* RHEINGANTZ *et al.*, 2009).

Observar o comportamento dos moradores e sua relação com o ambiente significa *observar sistematicamente como as pessoas usam os ambientes: indivíduos, pares de pessoas, grupos pequenos e grandes grupos* (ZEISEL, 1990, tradução nossa) e, ao mesmo tempo, como o ambiente apoia (oportuniza) ou interfere (restringe) nos comportamentos próprios a determinado ambiente. Segundo o autor, por se tratar de método empático, direto, dinâmico e que permite gradação da presença do pesquisador no espaço, qualifica-se por produzir *insights* no início da investigação, documentar regularidades e, ao final, identificar informações-chave.

permitiram complementar os dados sobre o TS realizado e, ainda, apreender do síndico dados sobre a efetividade do TS e sua percepção sobre sua competência para a gestão.

²⁷ A observação incorporada deriva-se da abordagem experiencial. É uma técnica de observação aberta à experiência, que foge à operacionalização e instrumentalização rígidas, dado que estas não apresentam eficiência intrínseca. A reflexão sobre a experiência de pesquisa deve ser valorizada, pois, pressupõe-se que a *atenção flutuante* deve compor a experiência ao lado dos instrumentos aplicáveis ao roteiro e registro de dados (REINGEINTZ *et al.*, 2009).

Elegemos a posição de não-participante e reconhecido para observar o comportamento. Para neutralizar o efeito Hawthorne²⁸, estivemos por algumas vezes no Residencial Atalaia antes da observação sistemática. Dessa maneira, para que os observados se acostumassem com a nossa presença, durante os cinco primeiros dias mantivemo-nos no local sem registro de informações e sem fotografar o local (ZEISEL, 1990).

A observação foi realizada entre os meses de setembro a dezembro de 2014. Procuramos realizá-la em todos os dias da semana, ao dia e à noite, de forma que fosse mais representativo do cotidiano do morador. Houve intervalos determinados pela nossa disponibilidade ou dos moradores. Inicialmente realizamos o reconhecimento do ambiente interno do Residencial, sem ainda voltar nosso olhar para um tema específico. Desde esse momento inaugural quisemos apreender o ambiente sob uma *abordagem experiencial*²⁹ cuja técnica é a *observação incorporada*.

Esta observação do cotidiano deu-se durante 51, dos quais 29 dias foram também utilizados para a aplicação do questionário. A observação do espaço interno da unidade habitacional ocorreu oportunamente quando da aplicação deste instrumento de pesquisa. Ainda sobre o espaço interno, cinco moradores convidaram-nos para visitar seus apartamentos, portanto, estas visitas compuseram também nossa observação do ambiente interno. Nos apartamentos, as visitas aconteceram principalmente à noite, pela disponibilidade dos moradores. O entorno do Residencial compôs nosso recorte empírico.

²⁸ Mudança de comportamentos quando os sujeitos são observados, ou seja, um viés metodológico não desejável.

²⁹ A contribuição da *abordagem experiencial* para a avaliação da qualidade do lugar deve se dar a partir do entrelaçamento e da qualificação dos olhares técnicos e cognitivo-experiencial, de modo a enriquecer a compreensão de como os atributos do ambiente são percebidos e experienciados pelos usuários e observadores, reconhecendo-os como sujeitos sócio-históricos importantes para a construção do lugar (RHEINGEINTZ *et al.*, 2009). O olhar cognitivo-experiencial deve ser entendido como aquele que extrapola a observação do comportamento ambiental, inserindo os sentidos, as emoções, a experiência sensório-motora, linguagem verbal e não verbal. A razão e a técnica se deixam permear pela experiência subjetiva do pesquisador ao lidar com sistemas complexos, por exemplo, a experiência socioespacial. Isso quer dizer a consideração da imprevisibilidade em face de uma observação conscientemente guiada, mas, que considera o objeto de conhecimento indissociável da relação com o observador.

Utilizamos diário de campo, fotografia e mapas temáticos, como formas de registro e sistematização da nossa experiência de pesquisa.

O Quadro 1 apresenta como se distribuiu no tempo a observação direta nas escalas do morar e nas reuniões e assembleias com acompanhamento da equipe técnico social.

Quadro 1 – Frequência da observação direta nas escalas do habitar e no Trabalho Social. Residencial Atalaia, 2014

Escala	Frequência							
	5 dias ³⁰	3 dias	2 dias	7 dias	1 dia	29 dias ³¹	1 dia	3 dias
Bairro								
Residencial								
Apartamento								
Trabalho Social								

4.2.2 Coleta de dados na unidade habitacional

Para a posterior análise da unidade habitacional realizamos a observação direta e o *walkthrough*. Este último procedimento foi importante para obtermos informações sobre a relação ambiente e comportamento dos moradores no interior do apartamento nos horários distintos daquele em que se deu a observação direta. Foram realizadas observações sistemáticas em 39 apartamentos – 34 daquelas em que aplicamos questionário e outras cinco para as quais houve convite do morador para que conhecêssemos sua residência e, oportunamente, realizamos a observação e *walkthrough*. Desse número, apenas em seis não foi permitida nossa observação nos quartos. A circulação, disposição dos móveis, dados da privacidade, hábitos cotidianos e a estética foram verificados.

Enquanto os questionários eram respondidos, observávamos o ambiente e realizávamos o *walkthrough* com um membro da família disponível ou com o próprio respondente. Foram aproximadamente uma hora e vinte minutos em cada unidade habitacional, considerando o tempo de orientação para as respostas ao questionário. Em muitos dos casos, o questionário foi entregue depois, já que o

³⁰ Período pelo qual estivemos no condomínio para que se desse a neutralização efeito *Hawthorne*.

³¹ O questionário foi aplicado neste período e, oportunamente, realizamos a observação da UH.

respondente considerou curto o tempo de, aproximadamente, uma hora. Em cinco apartamentos as observações deram-se anteriormente à aplicação do questionário.

Os aspectos técnicos da ambiência, tais como, temperatura, circulação de ar e ruídos não foram investigados, uma vez que nossa proposta foi a observação da compatibilidade entre os hábitos do cotidiano e a configuração do espaço interno. As dimensões da unidade habitacional, funcionalidade, estética e *layout* foram os dados do *espaço concebido* observados. Os modos de uso foram verificados na escolha do mobiliário, organização, limpeza, cuidado estético e hábitos cotidianos dos membros da família de forma geral.

4.2.3 Coleta de dados nas áreas comuns do Residencial

Para registro da observação direta das áreas comuns nos balizamos pelas seguintes dimensões de habitabilidade: territorialidade, funcionalidade, ambiência, sociabilidade, organização, limpeza e gestão do condomínio, além da observação flutuante do repertório de práticas socioespaciais, que nos informou dados do estilo de vida dos moradores. Elaboramos mapas temáticos, quais sejam, Funcionalidade do Lugar, Sociabilidade do Lugar e Organização, Limpeza e Manutenção do Lugar de modo a sintetizar as observações mais relevantes desses aspectos.

Denominamos *cartografias* a representação das observações supramencionadas, para as quais as anotações aconteciam no momento da observação, nas plantas baixas. O caderno de anotações foi utilizado amplamente em todo o trabalho de observação, inclusive nas demais escalas. O registro fotográfico serviu-nos para complementar as anotações.

Os discursos dos moradores foram incorporados aos dados coletados. Os dados verbais eram registrados posteriormente, quando o morador não mais participava do *setting* de observação. Foram frequentes as abordagens dos moradores para informar-nos sobre sua experiência no Residencial, desde a mudança para o local.

A organização, limpeza e manutenção do lugar foram observadas durante 10 dias. Caminhamos pelas áreas coletivas do condomínio e dos blocos e anotamos o que

foi visto, percebido e ouvido. Os dados recorrentes quanto à organização, limpeza, mas também quanto à sociabilidade etc. foram considerados, no que cabiam, quanto à sua frequência, volume e visibilidade dos objetos espacializados.

A conformidade dos modos de uso em relação ao proposto pela arquitetura e pelo trabalho social implicado foi nosso referencial, notadamente, quanto à funcionalidade e regras de convivência.

Além da observação sistematizada dos dados, por exemplo, frequência de certo comportamento dos moradores, houve a apreensão e consideração de dados espontâneos ou desviante da coletividade, portanto, sendo tomados isoladamente ou pela saturação de sua ocorrência. Ambas as condições informaram-nos elementos que deveriam ser levados em conta para a compreensão de um fenômeno social.

Assistimos reuniões do Trabalho Social e assembleias do condomínio para identificação do nível de mobilização e o envolvimento dos moradores com as questões condominiais e dados sobre a convivência.

4.2.3 Coleta de dados no Bairro Jardim Atalaia e entorno

A observação no bairro serviu para complementar e atualizar a caracterização de aspectos da infraestrutura urbana dada pelo PTTS, além de complementar dados sobre transporte público, equipamentos públicos e de lazer, e verificação de distâncias entre esses equipamentos. Fizemos caminhadas em ruas próximas, consultamos tabela de horário da linha de ônibus que atende ao bairro, fizemos percurso entre a quadra de esportes mais próxima e o Residencial, estabelecemos contato com diretoras das escolas do bairro e entorno e pedagogas da Secretaria Municipal de Educação para obtermos informações sobre as escolas e creches que atendem os moradores do Residencial Atalaia.

Observamos as idas dos moradores ao comércio, templos religiosos e possíveis movimentos de socialização; por fim, observamos o local onde é realizada a caminhada diária e o *playground* improvisado em área de domínio da rodovia BR-116.

4.2.5 Coleta de dados acerca da Percepção dos Moradores sobre o Lugar e Sua Satisfação

Utilizamos o questionário para investigar a satisfação dos moradores e sua percepção em relação ao bairro, ao Residencial e à unidade habitacional. Foi respondido por 59 moradores. Cada respondente adulto representava uma unidade habitacional. Foram aplicados nos apartamentos dos entrevistados, em um intervalo de 29 dias. A distribuição dos questionários entre os blocos foi aleatória, tendo sido determinada, fundamentalmente, pela disponibilidade do morador para respondê-lo. Foram dez questionários respondidos pelos moradores do bloco 08; nove pelos moradores do bloco 1; oito questionários em cada um dos blocos 2, 3 e 6; seis pelo bloco 4; cinco pelo bloco 7; quatro pelo bloco 5; e em um dos questionários não se identificou o bloco. Os dados coletados pelo questionário receberam tratamento estatístico, com margem de erro amostral de 8%. Os métodos qualitativos foram utilizados com a finalidade de complementar e validar as respostas dos questionários aplicados aos moradores.

Para o questionário houve abordagem dos moradores nos seus apartamentos ou, em menor proporção, na portaria do Residencial. O questionário foi respondido em, aproximadamente, uma hora e vinte minutos. Aos moradores que não podiam nos receber no dia da abordagem (20 moradores), solicitamos agendamento para aplicação do questionário ou para seu recolhimento já preenchido. Em 39 dos casos os questionários foram aplicados nos apartamentos. Os outros 20 foram recolhidos já preenchidos. As orientações de preenchimento deram-se no momento da entrega do questionário aos respondentes.

4.2.6 Coleta de dados acerca da Percepção do Síndico e do Responsável Técnico Social

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o síndico atual do condomínio e com o assistente social responsável pelo Trabalho Social no Residencial Atalaia, respectivamente, na portaria – guarita – do condomínio e na Gerência de Habitação da Caixa Econômica Federal, de Governador Valadares, MG. O assistente social, coordenador do trabalho no empreendimento em estudo, deu-nos sua perspectiva técnico social sobre o Residencial e o resultado da

produção habitacional como um todo. O síndico deu-nos sua visão quanto à capacitação para gestão condominial realizada, ao resultado do Trabalho Social, bem como em relação à dinâmica socioespacial.

4.2.7 Análise dos dados

Partimos da correlação entre o *espaço percebido/vivido* e *espaço concebido* ou representado. Face ao espaço concebido, o sujeito poderia relacionar-se de forma a *aderir ao proposto, resistir* ou mesmo *criar espaços adaptados* ao novo morar.

A análise documental informou-nos quanto à concepção da habitabilidade do Programa – especificações da arquitetura e do urbanismo, repertório de comportamento, conhecimento e atitudes requeridos dado o Trabalho Social.

As dimensões da habitabilidade – ambiência, mobilidade urbana, segurança, identidade, privacidade, sociabilidade, territorialidade, ambiência, funcionalidade arquitetônica, gestão condominial e infraestrutura urbana³² – foram balizadoras analíticas nas diversas escalas – bairro e entorno, espaço condominial e unidade habitacional. Mesmo mantendo o olhar flutuante como forma de apreensão das particularidades das práticas cotidianas dos moradores, a análise manteve-se fiel às dimensões de habitabilidade consideradas, o que de certa forma reafirma que estas dão conta, amplamente, da experiência sujeito x espaço.

A descrição da dinâmica socioespacial relacionou-se com o reconhecimento da apropriação do ambiente construído e com a qualidade da relação subjetiva com o espaço observada e apreendida pelos discursos.

Em alguns momentos, como pode se esperar de uma abordagem qualitativa, a análise dos dados acontecia concomitantemente à observação. Resultados de outros estudos de caso sobre habitação social, relatados na revisão bibliográfica, apresentaram situações similares àquelas encontradas no nosso recorte de pesquisa, contribuindo também para essa antecipação analítica.

³² Optamos por considerar a infraestrutura urbana uma dimensão específica, em vez de considerarmos os elementos urbanísticos na dimensão funcionalidade, referida anteriormente enquanto funcionalidade urbanístico arquitetônica.

Consideramos dois planos analíticos: o cotidiano do lugar, no qual procuramos compreender as práticas e representações dos moradores referidas ao seu estilo de vida ou particularidade social; e o lugar pragmático ou funcional, quando correlacionamos de forma direta o lugar concebido e seu funcionamento face às necessidades diárias. Embora na experiência espacial as representações superponham-se, analiticamente, podemos situá-las assim: o lugar simbólico do cotidiano, ou *espaço vivido*, e o *espaço percebido*, lugar pragmático das práticas espaciais, e ambos em congruência ou não com a concepção urbano arquitetônica ou, se quisermos com as especificações requeridas pelo Programa que dizem respeito aos processos projetuais e execução do empreendimento.

Ao escolhermos técnicas múltiplas adequamos nossa análise aos elementos de acesso direto pelo olhar do pesquisador e àqueles que demandam interpretação de dados. A mediação entre o pesquisador e os dados interpretáveis foi possível pela própria natureza do fenômeno social, ou seja, acessíveis pela propriedade humana da comunicação de sentido (FLICK, 2009). Por trabalharmos com a noção de representação lefebvriana, o que se apresenta e o que se oculta nos discursos são passíveis de interpretação. Verdadeiramente, a análise partiu de dados observáveis do comportamento do morador e de informações objetivas sobre a dinâmica do lugar. Analisamos também dados discursivos que mereceram interpretação. O *corpus* desses dados pode ser identificado nas respostas abertas às questões do questionário e entrevistas sobre a percepção ou satisfação do morador ou, por exemplo, pela ausência de respostas para determinada questão. Sublinha-se a questão que demanda inferência sobre o sentido que tem o espaço do Residencial para o morador, categorizando as respostas pela qualidade da relação – pelo valor de uso do espaço ou por seu valor de troca.

Houve tratamento estatístico apenas na análise do questionário de apreensão da satisfação, percepção e demandas dos moradores a respeito do lugar. Esse instrumento foi elaborado após acesso aos projetos arquitetônicos, PTTS, PITTS e aos relatórios TS. Os assuntos abordados no TS e as especificações técnicas compuseram as Representações do Espaço.

As seções abaixo estabelecem o Modelo de Análise referido à observação direta, dados coletados e entrevistas com pessoas-chave.

4.3 Modelo de análise

As categorias analíticas “modos de uso” do espaço e “saberes técnicos”, às quais os indicadores de análise foram referidos, são conceituados a seguir.

Os “modos de uso” são as práticas socioespaciais cotidianas referidas às dimensões da experiência subjetiva do espaço estabelecidas em nossa pesquisa, identificáveis em suas práticas propriamente ditas, mas também nos conteúdos discursivos.

Os “saberes técnicos” são aqueles produzidos pelas *representações do espaço/ espaço concebido*, a saber, concepções técnico-instrumentais dos planejadores urbanos atravessadas pela ideologia. Estes saberes são aqui o conhecimento arquitetônico e urbanístico considerado no projeto e o trabalho técnico social nos eixos “educação sanitária, ambiental e patrimonial” e “mobilização e organização comunitária e condominial”.

A observação ou interpretação da congruência entre o *habitus* ou particularidades do estilo de vida dos moradores e a configuração espacial é aquilo que responderia positivamente a pergunta inicial, ou seja, *em que medida a habitação produzida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida estaria adequada ao estilo de vida dos moradores do Residencial Atalaia?*

4.3.1 Indicadores analíticos

Foram estabelecidas três posições subjetivas a partir das quais a análise da categoria “modos de uso” foi realizada, dado o distanciamento ou a aproximação do morador em relação ao repertório de comportamento e representações do espaço requeridos pelos saberes técnico-ideológicos implicados na intervenção (Quadro 2).

Se nos remetemos à diferenciação entre satisfação e valor desejado (MIRON, 2008), consideramos que o viés na satisfação manifesta deva ser potencializado na avaliação da habitação amplamente subsidiada, pois o valor pago pelo morador é exponencialmente menor que o valor do imóvel. Os estudos que utilizam o conceito de *valor* para investigar as preferências declaradas são desenhados pela

Quadro 2 – Subjetividade e adequação à configuração espacial

Posição Subjetiva – Modos de Uso do Espaço		
Adesão	Criação	Resistência
Comportamento adequado ao repertório requerido e satisfação com o lugar.	Adaptações e intervenções arquitetônicas e/ou de comportamento no ato de morar atreladas a uma experiência de satisfação com o lugar.	Resistência simbólica e/ou comportamental ao espaço

intenção metodológica de neutralização do efeito de viés entre as preferências reais e a avaliação da satisfação. De outro modo, mantendo a apreensão da experiência do habitar para além dos valores do produto habitação, ou seja, considerando amplamente o registro simbólico atualizado no ato de morar, aproximamo-nos da avaliação dos elementos que correspondam à adequabilidade referida ao estilo de vida dos moradores.

Decidimos, portanto, conservar a instrumentalização do índice de satisfação e sua multidimensionalidade na avaliação do morar, no entanto, neutralizado pela aproximação aos microfenômenos ou às dimensões subjetivas do habitar. Dessa maneira, relevamos a orientação psicológica prevista no conceito de satisfação – que extrapola a correlação entre elementos de projetos e necessidades reais –, por se tratar da análise da adequabilidade do morar físico e simbólico.

Consideramos que o sujeito da habitação atualiza suas preferências e demandas de forma consciente, mas também por uma razão prática (BOURDIEU, 2008). O nosso desenho metodológico comporta melhor a utilização a satisfação como dado analítico e não o de *valor desejado*.

Elaboramos uma figura em que a experiência – espaço vivido e percebido – de cada dimensão da habitabilidade fosse analisada quanto à adequação do espaço aos modos de uso. A Figura 6 apresenta as categorias, os conceitos e as dimensões sob os quais se deu a coleta e análise dos dados.

Ao final da pesquisa, remetemo-nos ao conceito de habitabilidade para além da observação da compatibilidade entre as práticas socioespaciais e o lugar, considerando as reais demandas dos moradores e a configuração espacial estabelecida em nosso recorte de pesquisa.

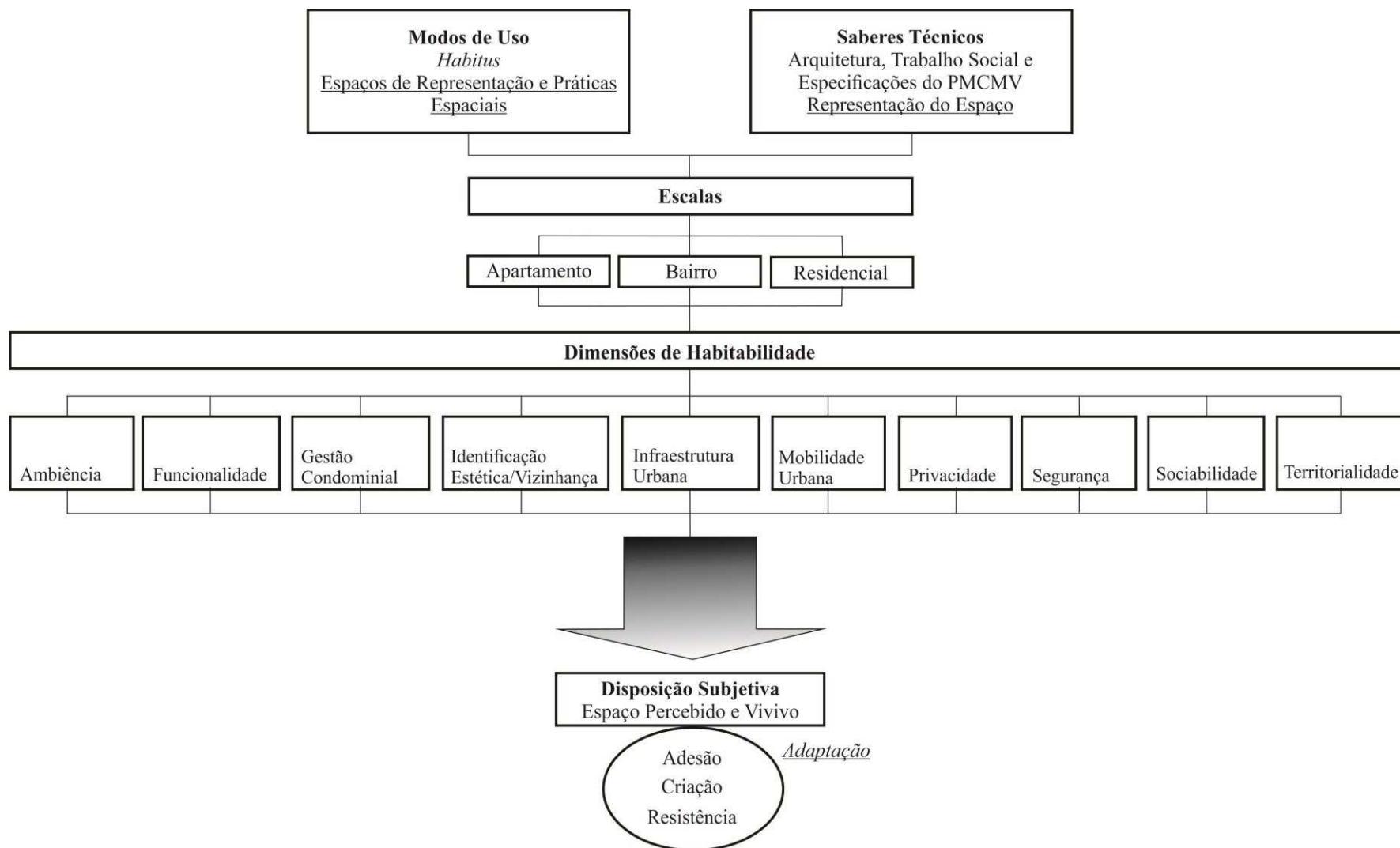


Figura 6 – Categorias de análise e indicadores de adequabilidade – Espaço x Sujeito.

5 O RESIDENCIAL ATALAIA

Neste capítulo apresentamos o Residencial Atalaia desde sua produção no âmbito do PMCMV, sua descrição espacial, o perfil socioeconômico dos moradores e o projeto e execução do Trabalho Social realizado. Aqui se apresenta o espaço concebido pelas Representações do Espaço.

5.1 O Residencial Atalaia no Âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida

O Residencial Atalaia foi produzido no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) do governo federal.

O Programa estabelece condições de produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00³³ (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), compreendendo os seguintes subprogramas: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Foi criado através da Medida Provisória nº 459, publicada em 25 de março de 2009. Posteriormente, foi transformada na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 6.962, de 17 de setembro de 2009³⁴.

No âmbito do PNHU há os contratos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial³⁵ (FAR), com vistas à produção de habitação social subsidiada, destinados à alienação para famílias com renda mensal de até mil e seiscentos reais³⁶, por meio de operações realizadas por instituições financeiras oficiais federais (BRASIL, 2013). Nesta rubrica do programa foi contratado o Residencial

³³ Equivalente a 5,9 salários mínimos (1º de janeiro de 2015).

³⁴ O PMCMV I lançado em 2009 é considerado a primeira fase do programa, mais tarde, tem-se o PMCMV II, lançado em 2011 reformulando alguns pontos do primeiro.

³⁵ Construir empreendimentos com a participação de empresa construtora, cujas unidades habitacionais sejam destinadas à alienação para famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Para estabelecer capacidade de pagamento pelos tomadores, o Governo Federal subsidia amplamente a operação e o prazo para pagamento é de 120 meses (BRASIL, 2009; 2010).

³⁶ Este é o valor atualizado pela Portaria nº 168/2013 do Ministério das Cidades.

Atalaia. Os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários foram estabelecidos em normativo específico, o qual definia a renda bruta máxima de R\$ 1.365,00³⁷ (BRASIL, 2010c), à época da contratação.

Embora o Programa Minha Casa, Minha Vida previsse a requalificação de imóveis, suas diretrizes e formato das contratações ensejam a priorização da produção e aquisição de imóveis novos. Isso quer dizer que o programa serve também às diretrizes macroeconômicas, o que determina seu atravessamento pelos valores e interesses de mercado. A escolha do terreno é realizada pelas construtoras e incorporadoras da construção civil, como forma de diminuir os custos do empreendimento. Como sublinham alguns autores (MINEIRO; RODRIGUES, 2012; SOARES *et al.*, 2012), o PMCMV não pressupõe uma articulação da política urbana ou fundiária à produção da habitação.

Em Governador Valadares, por exemplo, a legislação urbanística não faz menção aos vazios urbanos como possíveis Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o que dificulta ainda mais um desenho de cidade integrador.

A Lei Complementar nº 31, de 27 de abril de 2001, dispõe sobre o Programa Municipal de Regularização Urbanística e Fundiária de Governador Valadares, definindo Zonas Habitacionais de Interesse Social (ZHIS) as áreas não regularizadas e ocupadas por população de baixa renda, onde é precária a infraestrutura urbana, nas quais haja interesse público em promover a urbanização fundiária. Essas áreas, no entanto, não foram delimitadas nessa lei.

O Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Governador Valadares (Lei nº 95, de 27 de dezembro de 2006) retoma o tema da regularização urbanística e fundiária tratando as ZHIS como áreas prioritárias para a regularização. Ao mesmo tempo, estabelece que para a aplicação do instrumento seja elaborado um plano de intervenção contendo, no mínimo: delimitação da área a ser atingida; diagnóstico urbanístico, social e ambiental; projetos de urbanização; programa de mobilização social e educação ambiental da

³⁷ 1,72 salário mínimo (1º de janeiro de 2015).

comunidade diretamente afetada pela operação e legislação de uso e ocupação do solo para o assentamento regularizado (SOARES, 2012).

Alguns autores atentam para as dificuldades na implementação de ZEIS em espaços urbanos, conquanto restringiria o aproveitamento do solo com fins de mercado ou especulativos (ROLNIK; CYMBALISTA; NAKANO, 2002).

Não obstante, o programa determina que o terreno de implantação dos empreendimentos esteja localizado na malha urbana ou em área de expansão que atenda aos requisitos estabelecidos pelo Poder Executivo Federal, observado o respectivo plano diretor, quando existente; adequação ambiental do projeto; infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados à educação, saúde, lazer e transporte público (BRASIL, 2009).

Há conceitualmente uma noção ampliada quanto à habitabilidade. O programa prevê aporte de recursos para a instalação de equipamentos públicos no bairro onde os empreendimentos são erigidos. No entanto, cabe ao poder público municipal a responsabilidade de pleitear o aporte de 6% sobre o valor do empreendimento para aplicação em equipamentos públicos, mas, somente para empreendimentos acima de 500 unidades habitacionais. Esses empreendimentos causariam maior impacto nas demandas nas escolas e unidades básicas de saúde do bairro onde são implantados.

Uma vez que equipamentos sociais e de lazer figuram nos itens de investimento do próprio empreendimento, as demandas municipais para implantação de praças ou quadras no bairro de localização dos residenciais não têm sido deferidas³⁸.

A análise da viabilidade do Residencial Atalaia realizada pela Caixa Econômica Federal concluiu que as exigências do Programa³⁹ foram atendidas. Nossa análise

³⁸ Dados de área da CAIXA que operacionaliza os contratos do PMCMV.

³⁹ Informações obtidas na Secretaria de Planejamento Municipal de Governador Valadares, MG.

documental⁴⁰ corrobora a conformidade de observação de um padrão mínimo, tanto relacionado às diretrizes e normas do programa quanto aos conceitos de habitabilidade de instituições nacionais e estrangeiras que pesquisam sobre o assunto (SEADE, FJP, INVI).

A Caixa Econômica Federal, conforme previsto no modelo de produção do PMCMV, adquiriu o empreendimento em nome do FAR, e pelo prazo necessário à conclusão das obras e transferência da unidade construída aos beneficiários do programa. Essa transferência ao beneficiário final é condicionada ao pagamento da dívida assumida por ele com o FAR. O financiamento direto aos beneficiários prevê um subsídio importante, pois as prestações do financiamento são de até 5% sobre o valor da renda familiar, e o valor limite de pagamento é esse percentual vezes o número de prestações – 120. O PMCMV é, pois, um marco nas políticas públicas habitacionais quanto ao número de unidades habitacionais produzidas e o volume de subsídio. Até 15 de abril de 2015 foram 2.266.077 entregues, de 3.887.569 contratadas (R\$ 257.887.020.241,22).

No residencial em estudo, o valor do financiamento é de R\$ 41.955,08⁴¹ (Quarenta e um mil novecentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos), e o valor pago pelo beneficiário é de R\$ 3.000,00⁴² (Três mil reais) a R\$ 9.600,00⁴³ (Nove mil e seiscentos reais). A diferença entre o valor de avaliação e o valor efetivamente pago pelo condômino é subsidiado pelo FAR.

Um dos itens de investimento do programa, o Trabalho Social, será abordado detalhadamente na seção 5.3, como dado da Representação do Espaço que concebe o programa.

⁴⁰ Projeto arquitetônico, especificações técnicas, PITTS, PTS e dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Governador Valadares e Caixa Econômica Federal.

⁴¹ 53,24 salários mínimos (1º de janeiro de 2015). Os valores do Programa não são indexados. No entanto, optamos por converter os valores em salários mínimos para leitura atualizada dos valores.

⁴² 3,8 salários mínimos (1º janeiro de 2015).

⁴³ 12,18 salários mínimos (1º de janeiro de 2015).

5.2 O Residencial Atalaia

O Residencial Jardim Atalaia situa-se nas proximidades da BR 116, a poucos quilômetros do limite entre os municípios de Governador Valadares e Alpercata, à Rua Geraldo Bianchini, nº 59, no Bairro Atalaia. O acesso ao centro da cidade dá-se através da rodovia de ligação entre Governador Valadares e Caratinga, em um percurso de aproximadamente 9 km. Nos bairros próximos ao Residencial, Jardim Ipê e Azteca, concentram-se o comércio e os serviços (Figura 7).

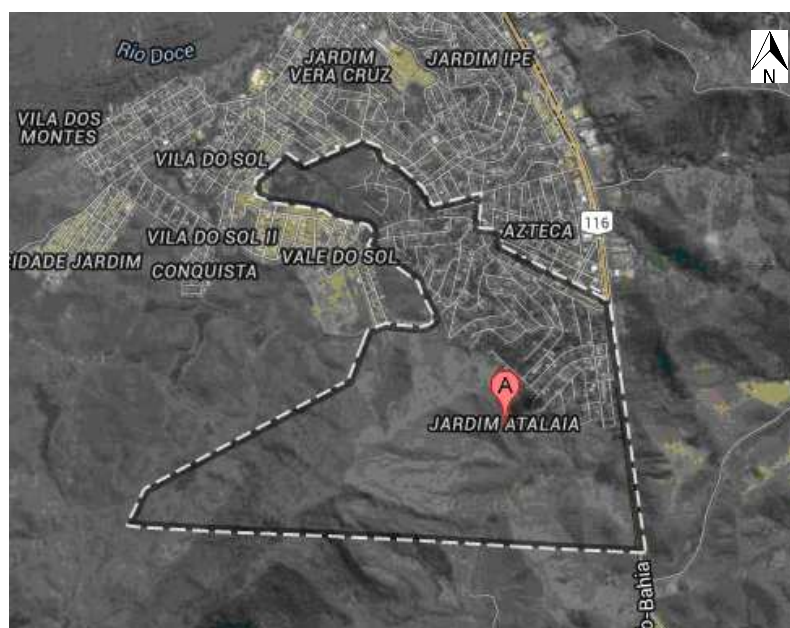


Figura 7 – Localização do Residencial Atalaia, e acima os bairros Azteca e Jardim Ipê.

Fonte: Google Earth. Acesso em 31 de março de 2015.

As obras foram realizadas de abril de 2010 a setembro de 2011 (Figura 8). Em novembro de 2011 foi realizado o sorteio das chaves, quando os moradores começaram a ocupar os apartamentos.

O conjunto, constituído por oito blocos perfazendo 128 unidades habitacionais, situa-se em terreno de 5.760 m² (Figura 9). O apartamento, com área útil de 42,98 m², composto de sala/copa (12,63 m²), dois quartos (9,02 m² e 6,64 m²), banheiro (2,28 m²), cozinha e área de serviço (6,50 m²) (Figura 10), foi entregue em piso de cimento natado na sala e quartos, cerâmica na cozinha e banheiro.



Figura 8 – Registro fotográfico das obras do Residencial Atalaia.

Fonte: Caixa Econômica Federal. Gerência de Habitação Governador Valadares, MG.



Figura 9 – Vista dos blocos do Residencial Atalaia em fase de acabamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal. Gerência de Habitação Governador Valadares, MG.

Passados, aproximadamente, três anos da sua entrega aos moradores, os apartamentos já receberam pisos cerâmicos e, em um número menor de unidades, o morador optou por madeira laminada. As janelas são de vidro temperado. Os hidrômetros são individualizados. As especificações técnicas estabelecidas pelo Programa foram atendidas.

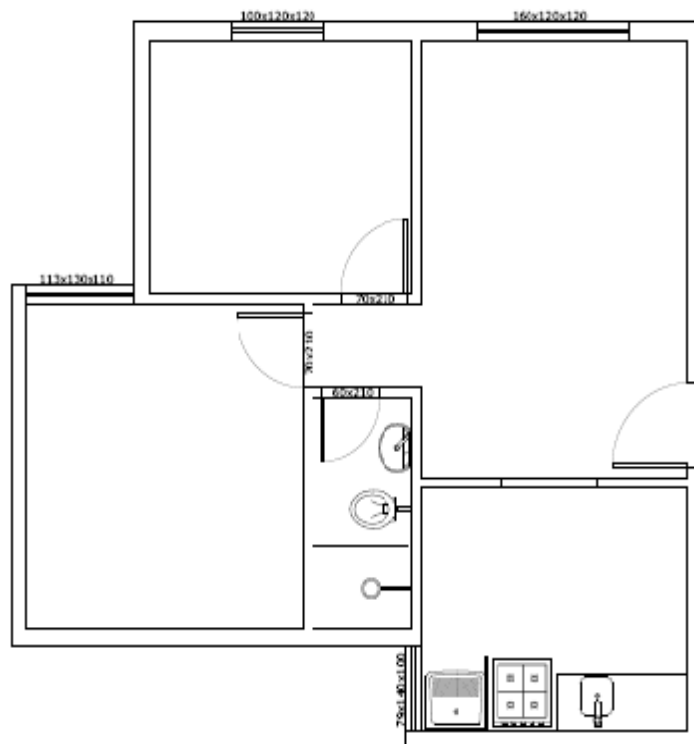


Figura 10 – Planta baixa do apartamento do Residencial Atalaia.

Fonte: Projecon Engenharia (2011).

Desde o portão de acesso ao espaço interno, a pavimentação é feita em blocos de concreto. Há uma guarita, 128 vagas de estacionamento, dois espaços livres e gramados para encontros sociais, um dos quais dotado de pia e dois banheiros, ao lado de quadra poliesportiva cimentada (Figuras 11 e 12). As lixeiras localizam-se na calçada externa e distantes da entrada.



Figura 11 – Vista parcial da área externa – estacionamento e blocos do Residencial Atalaia e vista da área social – área coberta e gramado.

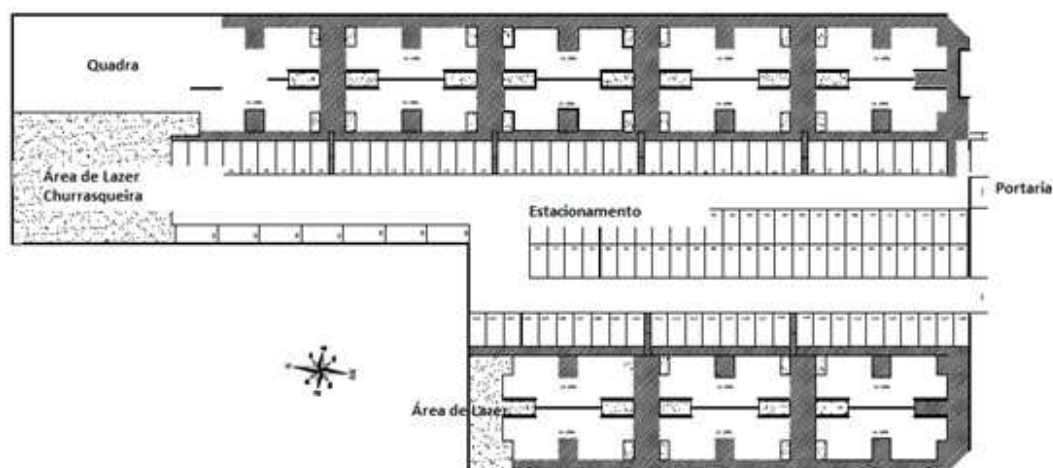


Figura 12 – Planta de Situação do Residencial Atalaia.

Fonte: Projecon Engenharia (2011).

A topografia do Bairro Jardim Atalaia é acidentada, localizando-se sobre área de encostas e cristas de morro, com cotas variando de 240 a 170 m, e as áreas planas constituem a menor parte do relevo (PMGV, 2013).

A ocupação segue um parcelamento consolidado, cuja acessibilidade externa dá-se pela rodovia BR-116. A acessibilidade interna do bairro é razoavelmente adequada. 11% das moradias são consideradas inadequadas, pois são construídas com materiais recicláveis e de baixa durabilidade (PMGV, 2013).

A água potável e saneamento são acessíveis a quase a totalidade da população, segundo o Serviço Autônomo de Água e Esgoto da cidade. O Projeto do Trabalho Técnico Social do Residencial Atalaia, em sua segunda fase, apresentava os seguintes dados: 91% da população utilizam, oficialmente, água potável e 71% da população do bairro é atendida pela rede de esgoto, 4% da população despejavam seu esgoto a céu aberto, enquanto havia redes de esgoto clandestinas, construídas pelos próprios moradores, ocasionando pontos de vazamentos, de modo que se veem segmentos de vias com esgoto a céu aberto, tornando a área insalubre.

A energia elétrica chega a 96% dos habitantes do bairro. Os 4% restantes improvisam “gatos” ou não possuem este serviço de nenhuma forma. A iluminação pública no bairro é satisfatória em quase toda sua área. No entanto, algumas ruas próximas ao Residencial a iluminação é insuficiente.

Há regularmente a coleta de lixo, acessível a 65% dos moradores. Enquanto 23% queimam seu lixo, os outros 11% dos moradores despejam o lixo em terrenos ermos, ruas, encostas ou caçambas.

A partir do ano de 2010, no bairro Jardim Atalaia foram realizadas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) referentes à infraestrutura de algumas ruas, como pavimentação, drenagem e esgoto (PMGV, 2013). Dentre elas está a rua que dá acesso ao Residencial Atalaia (Figura 13).



Figura 13 – Cruzamento próximo à entrada do Residencial Atalaia.

Há uma linha de ônibus que atende os moradores, e o ponto final do ônibus localiza-se na rua que dá acesso ao Residencial Atalaia. O intervalo diurno entre os ônibus é de 25 minutos e, à noite, é de aproximadamente 40 minutos. O trajeto é realizado em 40 minutos do bairro ao centro da cidade⁴⁴.

Além disso, no bairro inexistem áreas públicas como praças e áreas de lazer. No bairro Azteca, contíguo ao bairro Jardim Atalaia, há uma praça de esportes, situa-se a mais de dois km do Residencial.

Atualmente, o bairro Jardim Atalaia possui uma escola pública – Escola Municipal “Marilourdes Nunes Coelho” – que atende desde a Educação Infantil até o quinto ano do Ensino Fundamental. Quando há demanda para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) também há o atendimento⁴⁵. E no bairro Jardim Ipê, contíguo ao Jardim Atalaia, tem-se a Escola Municipal “Professora Laura Fabri”,

⁴⁴ Dados informados pelo motorista e trocador da linha Atalaia-Centro, e tabela de horários da empresa de transporte Valadarense.

⁴⁵ Informação da Diretora da Escola – Valéria Maria da Silva Teixeira, em 28 de maio de 2015.

que atende à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). No bairro não há escola estadual e os alunos do Ensino Médio frequentam as escolas dos bairros vizinhos. Há, no entanto, a Escola Estadual do Jardim Ipê, mas atende somente ao Ensino Fundamental. As escolas estaduais dos bairros São Raimundo – Escola Estadual “Manuel Byrro” – e Vila Isa – Escola Estadual “Sinval Rodrigues Coelho” – são as que atendem o bairro Jardim Atalaia⁴⁶, e situam-se a aproximadamente quatro quilômetros de distância do Residencial.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação há duas creches conveniadas em bairros próximos ao bairro Jardim Atalaia.

Há uma Estratégia de Saúde da Família (ESF)⁴⁷ que atende moradores de todos dos bairros do entorno do bairro Jardim Atalaia, entretanto, pela abrangência não tem sido possível responder a todas as demandas⁴⁸.

Há, por fim, uma igreja católica e uma evangélica a poucos metros do Residencial.

Esse é o espaço é que recebeu os beneficiários do empreendimento Residencial Atalaia. A mudança para o local deu-se há, aproximadamente, três anos. Os moradores, conforme nosso levantamento documental no cadastro socioeconômico⁴⁹ realizado na Secretaria de Planejamento (SEPLAN) de Governador Valadares, vieram de 42 bairros distintos.

O perfil socioeconômico à época da seleção mostra o enquadramento no Programa: a maioria possui renda igual ou inferior a dois salários mínimos⁵⁰. Quanto à escolaridade, há um bom percentual de beneficiários que concluíram o ensino fundamental e médio (73%), embora haja 12% de analfabetos. A maioria da população residente é jovem, já que 222 moradores (76,8%) possuem até 30 anos (Quadro 3). Pelo menos um dos adultos de cada unidade habitacional está

⁴⁶ Informações da Diretora da Escola Estadual Jardim Ipê – Sidnéia Medeiros, em 28 de maio 2015.

⁴⁷ Serviço de saúde municipal em que equipe multidisciplinar atende a domicílio.

⁴⁸ Informado pelo Responsável Técnico Social da Prefeitura de Governador Valadares.

⁴⁹ Das 128 famílias foram consultados 121 cadastros, pois sete não foram encontradas.

⁵⁰ A renda máxima deveria ser de até três salários mínimos à época.

empregado ou aposentado e o número de moradores por unidade habitacional é de 2,3 (PMGV, 2013).

Quadro 3 – Perfil socioeconômico dos moradores do Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014

Indicadores Sociais	
Renda mensal familiar	(%)
1 a 2 salários mínimos ⁵¹	60
2 a 3 salários mínimos	40
Escolaridade	(%)
Analfabetos	12
Ensino Fundamental completo	23
Ensino Médio completo	50
Ensino Superior	3
Distribuição por faixa etária	(Unidade)
Até 10 anos	68
11 a 18 anos	102
19 a 30 anos	52
31 a 40 anos	27
41 a 50 anos	14
51 a 60 anos	17
Acima de 60 anos	9

Fonte: elaborado pelo autor a partir do PTTS, PMGV (2013).

5.3 O Trabalho técnico-social no Residencial Atalaia

As práticas cotidianas dos futuros moradores, ou seja, os modos de uso e ocupação do novo espaço de morar foram objeto privilegiado de atenção do Trabalho Social. Inicialmente, fez-se uma aproximação entre o espaço produzido e os hábitos cotidianos dos beneficiários da habitação, pois, pretendeu-se apresentar um novo repertório de comportamentos, normas e valores ao que a população deveria aceder.

A execução do Plano de Intervenção do Trabalho Técnico Social (PITTS)⁵² do Residencial Atalaia teve seu início em agosto de 2011 e foi finalizada em

⁵¹ Apenas 1,9% recebe até um salário mínimo.

⁵² PITTS é o instrumento de planejamento do TS para execução por empresas credenciadas pela CAIXA. O PTTS ou PTS – denominação atual – é o instrumento de planejamento para a contratação de empresas especializadas em TS pelos proponentes dos empreendimentos habitacionais de interesse social; ou mesmo para a execução pelo próprio proponente e entes

fevereiro de 2012. A mudança para os apartamentos deu-se a partir de novembro de 2011 estendendo-se a um curto período para sua consecução, tendo havido atividades no período anterior e posterior à ocupação.

Os empreendimentos que inauguraram as operações do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do PMCMV, contavam com ações reduzidas do trabalho social. O aporte financeiro era de apenas 0,5% (meio por cento) sobre o valor da operação e era executado por empresas credenciadas pela CAIXA. O Ministério das Cidades decidiu ampliá-lo⁵³, e mesmo naqueles empreendimentos em que o Trabalho Social já tinha sido finalizado houve, por assim dizer, uma segunda fase. No caso em estudo, o trabalho suplementar deu-se de fevereiro a novembro de 2014. Acontecia concomitantemente à nossa pesquisa, após mais de dois anos de ter sido finalizada a execução do Plano de Intervenção do Trabalho Técnico Social (PITTS).

Abordaremos, primeiramente, o trabalho realizado pela empresa credenciada pela CAIXA a partir do PITTS.

O escopo do trabalho social no Residencial Atalaia em sua primeira fase foi viabilizar o exercício da participação cidadã, a partir de trabalho informativo e educativo, com vistas à capacitação dos moradores para a gestão e organização condominial, bem como para o estabelecimento de repertório de práticas socioespaciais adequado (BRASIL, 2010b).

Segundo as diretrizes do PMCMV, o Trabalho Social deve divulgar informações sobre o Programa; estimular a organização comunitária para o estabelecimento de autonomia e gestão democrática dos processos implantados; propor discussão,

municipais e estaduais parceiros dos empreendimentos. Atualmente, o FAR exige que a execução do TS seja contratada pelo ente público, a partir do PTS Preliminar ou PTS aprovado, no caso de execução indireta (BRASIL, 2014).

⁵³ Segundo a gerente do Trabalho Social do Ministério das Cidades, Elzira Leão, a ampliação deveu-se à percepção daquele órgão de que consecução do trabalho, ou seja, a sustentabilidade dos empreendimentos do PMCMV-FAR merecia maior atenção. Aumentou-se o valor do TS de 0,5% para 2% sobre o valor da operação. Correlativamente, as diretrizes e objetivos foram também ampliados. O aporte atual de recursos é de 2%, incluindo-se as ações de gestão condominial e patrimonial. Essas ações devem ser realizadas, atualmente, por empresas especializadas em administração condominial e corresponde a 0,5% do valor do valor do empreendimento (BRASIL, 2013).

planejamento e implantação da gestão condominial, e disseminar conceitos de educação patrimonial e ambiental (BRASIL, 2010b).

O escopo geral do Trabalho Social no Residencial Jardim Atalaia foi *preparar os beneficiários para apropriação do ambiente construído, estimulando a organização da população e a sua permanência no imóvel* (ASP, 2011, p. 4).

Os objetivos específicos foram assim definidos: i) informar os beneficiários sobre o Programa, o contrato de parcelamento a ser assinado, o papel de cada agente envolvido, seus direitos e deveres; ii) criar mecanismos visando à integração e participação dos beneficiários e demais atores envolvidos; iii) disseminar conceitos de Educação Patrimonial e Ambiental que favoreçam o compromisso com a conservação e manutenção dos imóveis e espaços coletivos, pelos beneficiários; iv) estimular a adimplência; v. Incentivar a participação dos beneficiários na gestão do empreendimento; e vi. Preparar os beneficiários para a gestão condominial (ASP, 2011).

O projeto previu metodologia participativa, valorizando as experiências e vivências do grupo, permitindo a reflexão e construção de novos referenciais de convivência e a incorporação de novas práticas relacionadas ao novo morar. Sendo os moradores originários de unidades unifamiliares, demandou-se um processo de adaptação para o viver coletivamente. As atividades foram executadas por escolhas didáticas que priorizaram a imagem de situações concretas. A metodologia revelou uma distinção entre processos de trabalho educativos, simplesmente, e aqueles socioeducativos. Segundo Paz e Taboada (2010), o trabalho educativo tem um viés disciplinador, e o socioeducativo define-se por processos de reflexão crítica sobre o contexto vivido, o que nos leva a considerar a potência criativa dos sujeitos sociais com vistas à organização coletiva e autônoma.

Em se tratando de habitação verticalizada, o Trabalho Social deve favorecer amplamente a capacitação para a gestão condominial, em que as regras de convivência coletiva sejam discutidas e expressas pelos grupos de moradores, além das ações para as boas práticas sanitárias, ambientais e patrimoniais.

Além do trabalho realizado por empresa credenciada pela CAIXA, nas reuniões do Núcleo dos “Sem-Casa”⁵⁴, conscientizavam-se os moradores quanto à adequação ao morar coletivo e das responsabilidades para com o condomínio, notadamente sobre a necessidade de manter-se adimplente, conforme informações dadas pelos moradores e pelo coordenador do trabalho da prefeitura de Governador Valadares, MG. Dessa maneira, algumas atividades referidas à consecução dos objetivos propostos pelo Trabalho Social extrapolam, propriamente, o PITTs. As ações do Trabalho Social concentraram-se na orientação dos síndicos e subsíndicos para a gestão do espaço e, ainda, na sensibilização dos moradores quanto à cooperação e responsabilidade no uso do espaço, com vistas à manutenção, organização e boa convivência.

Discutiu-se nas reuniões com síndicos e subsíndicos sobre o funcionamento do espaço condominial, contratação de profissionais, limpeza, gestão para a adimplência; padrões de elementos arquitetônicos a serem inseridos pelos condôminos; papel do conselho consultivo e questões legais que envolvem a gestão do espaço; estratégias de comunicação com os moradores, tanto para informações ou para comunicação de direitos e deveres na utilização das áreas comuns.

O Regimento Interno e a Convenção do Condomínio foram objetos de ações do Trabalho Social para esclarecimentos, informações e sensibilização dos moradores relacionados ao morar coletivo. O regimento pode ser correlacionado aos aspectos de educação sanitária e patrimonial, e de gestão condominial. Não obstante, a qualidade da convivência dos moradores está também implicada no resultado das atividades desses eixos de trabalho.

Destacam-se as discussões para o estabelecimento das regras para a presença de animais domésticos, instalação de equipamentos como TV a cabo, funcionamento da portaria, abertura e fechamento dos portões de cada bloco, despesas e receitas, instalação de gradis e toldos no padrão pactuado em assembleia, limpeza das áreas

⁵⁴ No município foram instituídos vários núcleos denominados “núcleos dos sem-casa” que reúnem famílias que não possuem casa própria, em cujas atividades recebem o acompanhamento de assistente social do município. A seleção de demanda por casa própria no âmbito dos programas governamentais é realizada a partir da participação nos núcleos.

condominiais, regras de utilização das áreas coletivas, tratamento dado ao lixo doméstico e regras para a utilização dos halls de entrada dos apartamentos.

Houve um trabalho específico de orientação à primeira síndica⁵⁵, uma vez que sua atuação tendia a extrapolar o seu papel, propriamente, de gestão dos espaços, como, por exemplo, determinando o tipo de roupas que pudessem ser usadas nas áreas externas do Residencial. Cabe anotar, no entanto, que sua atuação foi marcada pela satisfação dos moradores. Estes lembravam a realização de bingos para complementar a receita do condomínio.

A equipe do Trabalho Social esteve atenta às questões psicossociais dos moradores, tais como o alcoolismo e crianças sendo deixadas sozinhas em suas residências durante o dia. Profissionais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de um bairro próximo foram acionados para que houvesse um trabalho de acompanhamento àqueles moradores necessitados de maior atenção psicossocial.

A rigor, as ações programadas no PITTS foram realizadas.

Na elaboração do PTTS partiu-se das ações já realizadas no que denominamos de primeira fase do trabalho. Houve a consolidação dessas ações, além da ampliação do Trabalho Social quanto aos objetivos, em face do novo aporte de recursos e ampliação do escopo do Trabalho Social. O projeto aprovado propunha os seguintes objetivos.

Geral: continuar o trabalho social com os beneficiários para a organização do ambiente construído, estimulando e fortalecendo os subsíndicos (blocos) e os síndicos, bem como a organização dos mesmos e a sua permanência no imóvel. Contribuir para que os moradores tenham consciência de vivência em condomínio, e proporcionar uma capacitação para trabalhos de Geração Emprego e Renda. **Específicos:** garantir o processo democrático e o respeito às decisões tomadas pela maioria; fortalecer a participação dos moradores nas assembleias e decisões pertinentes ao condomínio; capacitar os subsíndicos e síndicos na elaboração de Atas, prestações de contas e arquivar documentos do condomínio; reforçar a função e o papel dos atores envolvidos na parte administrativa do condomínio; Informar aos beneficiários sobre o Programa, rever itens relativos ao contrato de parcelamento que foi assinado, o

⁵⁵ Até o momento da pesquisa foram três os síndicos instituídos.

papel de cada agente envolvido, seus direitos e deveres e a gestão condominial; fomentar a participação dos beneficiários e demais atores envolvidos por meio de ações de integração entre os moradores; disseminar conceitos de Educação Patrimonial e Ambiental que favoreçam o compromisso com a conservação e manutenção dos imóveis e espaços coletivos, pelos beneficiários; estimular a adimplência e as consequências da inadimplência; capacitar os moradores interessados em cursos de Geração Trabalho e Renda; orientar os moradores sobre empreendedorismo e economia; preparar os subsíndicos e síndico para uma gestão autônoma e qualificada (PMGV, 2013, [s.n.]).

Nessa etapa, a gestão e organização condominiais foram privilegiadas, pois houve várias atividades de capacitação dos moradores para atuarem enquanto subsíndicos (blocos), síndicos e membros do conselho fiscal. As ações de sensibilização e conscientização para a gestão participativa e adimplência foram tratadas a partir da necessidade identificada na dinâmica socioespacial, merecendo atenção dos técnicos sociais. Houve reprogramação do cronograma original, visando atender as necessidades atualizadas do Residencial Jardim Atalaia. Não obstante, os objetivos originais balizaram todo o trabalho.

As ações voltadas à integração e socialização dos moradores aconteceram nas reuniões que tratavam do diagnóstico de demandas e funcionamento do espaço, e nas assembleias do condomínio. Não houve atividade exclusiva com todos os moradores na dimensão “sociabilidade”. Houve, ao final, uma atividade de socialização, não obstante o número reduzido de moradores.

Oficinas de geração de trabalho e renda também foram contempladas, cujo objetivo foi a possibilidade de complementação da renda familiar. Contudo, resumiram-se à capacitação para produção de pães e massas.

A equipe do Trabalho Social acompanhou os pontos críticos da gestão e organização do lugar, atuando e/ou orientando para dirimirem-se os entraves na organização, utilização e manutenção do espaço.

No programa MCMV-FAR, desde a Portaria 21 (BRASIL, 2014), tem-se como diretriz a intersetorialidade na abordagem do Trabalho Social, que inclui a disponibilização de informações sobre as políticas de proteção social, a

articulação com outras políticas públicas de inclusão social e o desenvolvimento de ações visando à elevação socioeconômica, à qualidade de vida das famílias e à sustentabilidade dos empreendimentos. Os processos de contratação e planejamento do Trabalho Social no Residencial Jardim Atalaia deram-se antes da vigência da referida Portaria, dessa maneira, não se viu formalmente a diretriz de intersetorialidade presente nos seus instrumentos de planejamento. No entanto, o responsável técnico pelo Trabalho Social do município acompanhou as demandas dos moradores quanto aos equipamentos de educação e saúde presentes no território.

5.3.1 Notas sobre o trabalho social suplementar

Pudemos participar de algumas atividades do Trabalho Social em sua segunda fase, de cuja observação obtivemos dados que suplementaram, também, o nosso olhar sobre a dinâmica socioespacial ali existente.

Nas reuniões realizadas pela equipe social nos blocos, houve uma atividade em que os moradores deveriam escrever suas principais demandas e sonhos. A manutenção do interfone, transparência nas contas do condomínio, limpeza das áreas coletivas, liberdade na utilização das áreas condominiais, o contrato de compra e venda do apartamento⁵⁶, solução para a inadimplência e substituição do síndico foram demandas que surgiram com frequência.

A Figura 14 ilustra o momento em que os moradores expressavam suas percepções, desejos e demandas referidas ao lugar. Esta atividade propunha que se configurasse uma “árvore de sonhos” e um “muro das lamentações”.

A necessidade de maior convivência entre os vizinhos do condomínio também foi apontada por alguns moradores, bem como a possibilidade de mudança da instalação elétrica de monofásica para bifásica. Muitos moradores ressentiam-se da postura da construtora, pois, segundo eles, os técnicos e engenheiros diziam

⁵⁶ Os contratos foram registrados e houve emissão da matrícula pelo cartório em 2015, conforme informações dos técnicos da CAIXA em Governador Valadares, MG. O Fundo de Arrendamento Residencial assumiu as taxas cartorárias das unidades habitacionais. O atraso nas emissões desta documentação deu-se pela indefinição anterior quanto ao responsável por este pagamento.



Figura 14 – Reunião do Trabalho Social suplementar nos blocos 1 e 2. Residencial Jardim Atalaia. Governador Valadares, MG.

que a instalação monofásica seria suficiente para o público de “baixa renda”. Houve casos em que se instalou ar condicionado, no entanto, a rede não suportou o uso simultâneo daquele com outros eletrodomésticos. A construtora teria declarado que se há demanda por ar condicionado é porque o perfil dos moradores não seria próprio daquele empreendimento.

A participação nas atividades do TS foi qualificada, pois os moradores mostravam-se interessados na organização e manutenção do patrimônio comum. A eleição do novo síndico foi acalorada, dada a insatisfação com a administração anterior. A equipe social visava à autonomia dos moradores, balizando-se por metodologia participativa.

A capacitação para a gestão e controle financeiro do condomínio teve boa participação. Os moradores reconheciam-se competentes para contribuir com a gestão ou, futuramente, assumirem-na.

O eixo de *geração de trabalho e renda* resumiu-se a oficinas de capacitação para complementação da renda familiar. O assistente social que coordena o trabalho informou que alguns moradores tinham intenção de vender o que eles produzissem para complementar a renda.

O TS no Residencial Atalaia distinguiu-se do formato padrão, por se tratar de uma situação específica de suplementação do trabalho já realizado cujo escopo era reduzido. Como a ocupação do local já havia se dado há mais de dois anos, a

equipe do TS suplementar pôde concentrar-se no apoio à resolução de pontos críticos daquela dinâmica socioespacial, e, ainda, capacitar os moradores a partir de uma experiência concreta de gestão e organização condominiais.

Identificou-se a necessidade de treinamento para elaboração de atas, prestação de contas e arquivo de documentos pertinentes à administração condominial, além da capacitação de membros do conselho fiscal. Dessa maneira, realizaram-se as capacitações, bem como houve acompanhamento das atividades de gestão, tais como assembleias e reuniões com o conselho. Não se perdeu de vista o desejável vetor de autonomia dos membros do conselho e síndico na execução do trabalho.

O *feedback* do síndico em relação ao Trabalho Social foi positivo, pois sentiu-se capacitado em termos de conhecimentos e habilidades para a função. De certa forma, a inexperiência em gestão e mesmo quanto ao morar coletivo caracterizou certa dependência para a condução das reuniões e assembleias do condomínio. Na fala do síndico: *a empresa mostra pra gente como se faz assembleias, como é viver em condomínio (...)*. Os técnicos sociais contratados davam suporte e conduziam as reuniões quando necessário. Por outro lado, vislumbra-se autonomia dos futuros gestores condominiais, face à competência e interesse demonstrados.

O assistente social do município acompanhou estreitamente o TS realizado pela consultoria contratada. Na sua visão, a Educação Sanitária, Ambiental e Patrimonial, a Capacitação para a Gestão e o Eixo de Geração de Trabalho e Renda foram bem executados pela equipe. Para este profissional, o TS foi indispensável para o processo de adaptação e adequação ao novo morar.

Face ao diagnóstico de demandas dos moradores e identificação das fragilidades na administração e funcionamento do lugar, as últimas reuniões de acompanhamento para a gestão visavam à resolução dos pontos críticos.

Até a saída da equipe social os maiores problemas identificados pelos moradores e, corroborando suas percepções, por nossa observação, não tinham sido solucionados, no entanto, o síndico e os moradores demonstravam-se atentos e empenhados em fazê-lo. Até a nossa observação, existia um planejamento e

prazos definidos para tal. Há, por exemplo, perspectiva de instalação do portão eletrônico e interfones após o pagamento das ações trabalhistas contra o condomínio, o qual já foi parcialmente realizado.

O capítulo 6 detalhará a dinâmica do lugar e apresentará dados da percepção do morador, o que poderá ser correlacionado aos resultados alcançados pelo TS.

6 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E SEUS MODOS DE USO NO RESIDENCIAL ATALAIA

Neste capítulo apresentamos os dados coletados na observação direta, nas entrevistas e questionários. Na seção 6.1 tem-se o *espaço vivido* pelo morador em interseção com o *espaço concebido*. Verifica-se a congruência entre o estilo de vida e a configuração espacial, o que pressupõe um conteúdo simbólico. Na seção 6.2 analisamos o funcionamento do Residencial, as práticas socioespaciais *versus* *representações do espaço*. A subjetividade, em sua capacidade de apropriação do espaço pelo *habitus* (BOURDIEU, 2011a, 2011b, 2011c), norteia essas leituras. O item 6.3 apresenta o índice de satisfação, as preferências e demandas dos moradores.

6.1 O cotidiano do lugar

O cotidiano é o lugar da visibilidade da experiência do microespaço. É, também, onde o sujeito lê de dentro o lugar conformado pela razão e poder, vive e percebe o seu entorno, adequa-se, resiste, adapta-se e inventa. A inflexão do discurso global, portanto, não neutraliza o *habitus* embora as representações homogeneizadoras transbordem seu efeito.

No que concerne ao bairro onde o Residencial está implantado, observamos que, à noite, as ruas do entorno são escuras e de pouco trânsito de pessoas. Ao dia, apresenta-se tipicamente como um bairro da periferia que, embora consolidado, não deixa de demonstrar um vazio, devido à proximidade de uma rodovia e ao limite com a área rural. Algumas casas em construção e algumas já construídas são de bom padrão construtivo. O terreno das proximidades é acidentado e há ocupação espontânea nos limites do município de Governador Valadares e Alpercata. Há construções antigas do bairro que são modestas ou precárias do ponto de vista técnico construtivo e estético.

Nossa percepção ao entrarmos no Residencial Atalaia é de um ambiente organizado e bem cuidado. O clima é de tranquilidade. Desde a entrada no empreendimento, o comportamento dos moradores apresenta nuances de formalidade à amizade. Não se veem com frequência encontros espontâneos no

estacionamento ou calçadas internas. Os moradores reservam-se aos seus apartamentos. Esse comportamento é observado em espaços coletivos contemporâneos dos médios e grandes centros urbanos, quando a insegurança urbana e a privatização da vida são padrões sociais. No Residencial, os moradores justificam a contração de utilização do espaço coletivo pela vontade de evitarem-se as “fofocas” entre os vizinhos. Segundo eles, há muito “falatório”. Contudo, há pontualmente laços estreitos entre os vizinhos.

A noção de comunidade em que o cotidiano faz precipitar uma imagem de fluxos intensos de experiências compartilhadas, resgatada no estudo de Almeida (2011), no real de nossa pesquisa foi esmaecida pelas características do individualismo e contração dos espaços coletivos. Nossa contemporaneidade reafirma a tendência moderna à retração do espaço público (SENNET, 1999 *apud* BOTTON, 2010). No Residencial Atalaia o isolamento dos sujeitos em seus apartamentos faz parte do seu novo estilo de vida. A tradição, o vernáculo e os símbolos de uma cultura de longa duração ou posição de classe dão lugar aos signos do consumo, tais como os aparelhos de TV, mobiliários e materiais em voga. Não queremos dizer que as diferenças desaparecem, mas um trabalho imagético do consumo mimetiza uma posição outra no tecido social. Contudo, o *habitus* tende a revelar o vivido.

Ouvimos os moradores dizendo da segurança sentida no interior do seu apartamento. Não importa o que acontecia fora. Quando entram em seus apartamentos encontram a tranquilidade. Este sentimento de segurança diz respeito ao acolhimento vivido ali em face de uma situação anterior de vulnerabilidade social, portanto, referida não apenas à segurança imediata relacionada à violência urbana. A dimensão do aconchego de que trata a filosofia do espaço de Bachelard (1993) pôde ser verificada na relação do morador com o seu apartamento.

Mas, o Residencial apresenta elementos fisicoespaciais qualificadores da segurança em seu espaço interno, de acordo com os estudos de Vieira (2002), quais sejam: têm-se muros altos para o controle territorial; hierarquização dos espaços, portão principal e portões dos blocos; facilidade de acesso externo à unidade e ao empreendimento com presença de pessoas nas ruas próximas e porteiro;

demarcação simbólica por seu traços de apropriação e cuidado, por exemplo, limpeza, organização e cuidado estético; acesso à vigilância visual, por meio da disposição de janelas; circulação e nível de integração dos espaços que possam determinar copresença de moradores e circulantes, incluindo-se a frequência do uso dos equipamentos públicos.

Ao lado da massificação dos hábitos, tem-se o aspecto positivo da situação dos moradores quanto à democratização do acesso a produtos domésticos que garantem certo conforto. No interior dos lares os dispositivos *wi-fi* são utilizados com frequência pelos adolescentes e adultos. O acesso se dá quer seja por um contrato individual com operadoras ou pela antena *wi-fi* do próprio condomínio. Há reclamação da lentidão do sinal, o que alguns associam à sua condição de “baixa renda”. A insatisfação com o sinal de internet parece estar relacionada, também, à rejeição da figura do síndico anterior cuja postura despótica foi muito mencionada pelos moradores. Foi ele o responsável pela instalação do sinal de internet, mediante parceria realizada com o Posto de Polícia Rodoviária Federal vizinho ao condomínio, em troca da cessão de um espaço no muro para instalação das antenas que servem àquela instituição federal.

Assistir à TV é um hábito muito frequente nas residências, notadamente no horário das novelas ou transmissão de jogos de futebol. Os aparelhos em telas de LCD ou plasma são alocados nas salas; em muitos dos apartamentos visitados os aparelhos são digitais. Há antenas parabólicas, instaladas via contratos com operadoras de cabo, mas também há “gato”⁵⁷. No *design* do mobiliário identificamos *racks* de linhas horizontais, painéis de MDF que emolduram as TVs, camas-*box* nos quartos substituindo as camas tradicionais e MDF ou compensado enquanto matéria-prima do mobiliário. Apesar de uma densa discussão sociológica, os produtos do consumo descritos nas linhas anteriores são insígnias de inclusão social. Os beneficiários do programa habitacional também recebem o cartão para a compra dos móveis, produto bancário oferecido aos beneficiários adimplentes do PMCMV, o Minha Vida Melhor.

⁵⁷ Expressão usual para designar instalações clandestinas de luz, água ou outros serviços.

Um dos moradores, solteiro, assegura-nos que ele *vive no paraíso*, não tendo mais que se preocupar com o futuro, pois tem um lugar para acolhê-lo. Esse morador do 4º andar mostrou-nos a vista de sua janela, as montanhas da região. Segundo ele, chegar a casa e ter aquele *visual* é o suficiente para sentir-se feliz. Em 15,25% dos apartamentos há somente 1 (um) morador, para os quais o tamanho da área construída é suficiente para suas demandas diárias. O perfil das famílias – de solteiros ou de pequeno número de integrantes – é um dado relevante. Considerando-se a baixa densidade média de moradores por apartamento – 2,3 hab./UH –, podemos afirmar que o espaço interno não é pequeno para os moradores do Residencial, oportunizando o conforto no interior do lar.

São pequenos os traços culturais de classe social, quer sejam nos utensílios domésticos, no mobiliário ou nos adornos das residências. Nas portas de entrada ou nas paredes das casas, vemos símbolos religiosos ou mensagens de boas-vindas em material industrializado ou, em alguns casos, artesanais. No interior dos apartamentos vemos não mais que alguns quadros nas paredes – religiosos ou *kitsches*⁵⁸ – preservando costumes tradicionais populares. Há uma tendência legítima de se reproduzir uma estética da classe média, uma vez que aproximar as escolhas sociais de modelos valorizados socialmente dá um sentido de integração social (GAMBIM, 2007), ou mesmo porque há uma pressão social para que os indivíduos correspondam aos padrões da classe média (GOFFMAN, 1963). Isso pode ser identificado desde a utilização de gravuras abstratas como elemento decorativo ao desejo expresso por alguns moradores quanto ao morar vertical, afinal, esses hábitos são naturalmente associados ao estilo da classe média.

Uma das moradoras convidou-nos algumas vezes para conhecer sua residência. Expressou sua satisfação ao poder comprar móveis confortáveis tal qual da sua “antiga patroa”. Seu desejo sempre foi morar em um apartamento e que não fosse no térreo. Sentia-se realizada ao mimetizar o estilo de vida vivenciado em um empreendimento residencial localizado no centro da cidade, associado a figuras da elite valadarense. Segundo a moradora, o Trabalho Social realizado foi

⁵⁸ O *kitsch* no presente trabalho é referido aos objetos decorativos que imitam objetos de arte exclusivos ou por apresentarem plástica popular.

importante, no entanto, como ela já havia tido a experiência de morar em condomínio, as orientações teriam sido dispensáveis. Vê-se a vontade de se distinguir enquanto cidadão, com autonomia para a realização das boas práticas socioespaciais. Por outro lado, a mesma afirma que nem todos os moradores saberiam viver em condomínio.

Chamou-nos a atenção o fato desta mesma moradora expressar que não comprou seu sofá em lojas populares. Segundo ela, o móvel seria do padrão da casa em que trabalhou, e não compraria – pelo menos aquele – em lojas populares. A casa deixa de ser, neste momento, metáfora de aconchego primordial (BACHELARD, 2008), e passa a ser por um traço que a distingue como lugar afortunado (BOURDIEU, 2011a).

Percebe-se a autoestima dos moradores em relação ao seu apartamento. Foram muitos os convites para que visitássemos suas residências. O cuidado, a organização e a beleza dos apartamentos eram visíveis (Figura 15). Dos 39 apartamentos visitados, identificamos desorganização do ambiente em apenas quatro. Nestes apartamentos vimos objetos obstruindo a circulação, mesas ocupadas com vários objetos no horário das refeições, impedindo o seu uso de forma adequada, e em um desses não vimos limpeza. A observação nos quartos deu-se em 33 apartamentos. Não foi possível o acesso aos quartos de alguns apartamentos, por constrangimento do morador ou nosso. No primeiro caso, porque não estavam preparados para nos receber, e, no segundo, porque não nos sentimos à vontade para ultrapassar o limite da sala de estar. Não eram incomuns os sinais de que a privacidade deveria ser preservada e que, portanto, não liberariam o quarto para o nosso olhar de pesquisador. Dessa maneira, pudemos identificar o valor da privacidade para aqueles moradores.

As refeições são realizadas à mesa, na maioria das unidades visitadas. Em alguns apartamentos as pessoas acomodam-se nos sofás para tal. Em três apartamentos visitados não há espaço para a mesa de refeições, porque os móveis da sala são robustos. Em um dos apartamentos existe a mesa de refeições, no entanto, ela fica ocupada com objetos, caixas de som, roupas, etc., dessa maneira, as refeições também são realizadas no espaço da sala de estar, com os moradores assentados



Figura 15 – Interior dos apartamentos. Cuidado e organização.

nos sofás ou em cadeiras, sem o apoio da mesa. Não houve nenhuma demanda manifesta, durante o *walkthrough*, quanto à inadequação da sala de estar e sala de jantar conjugadas. Realizar as refeições nos sofás é um hábito do brasileiro médio, nesse sentido, interpretamos que o comportamento não é específico do perfil socioeconômico em questão. Em um dos apartamentos há uma mesa retrátil na cozinha, que segundo a moradora é utilizada, eventualmente, para as refeições. Nesse apartamento, assim como nos outros três, os outros móveis da sala são robustos e não permitem a inserção da mesa de almoço/jantar.

De forma geral, a ambiência e circulação nos apartamentos não apresentam incompatibilidade relacionada aos modos de uso do espaço. Como se viu na caracterização dos moradores, a densidade de 2,3 moradores por UH é baixa. Apenas em um apartamento visitado, em que há um casal de irmãos adolescentes

dividindo o mesmo quarto, há demanda por mais um quarto. Neste caso, observamos o uso de uma cama e um colchão para o sono dos adolescentes, pois o espaço não abrigaria todos os móveis necessários. Observamos ainda que os deveres de casa são realizados na mesa de refeição, pois não há espaço para uma escrivaninha quando há mais de uma criança ou adolescente no apartamento. No entanto, não vimos escrivaninhas disponíveis, mesmo nos apartamentos em que se poderia aloca-las. De certa forma, a utilização da mesa da sala para os deveres de casa reflete um modo próprio de lidar com os espaços disponíveis, adaptando-se a eles.

A redução do tamanho da moradia no âmbito da habitação social urbana é um aspecto que decorre do preço da terra e dos poucos recursos para a execução de uma casa ou apartamento de maior área construída, frente à margem de lucro visada pelos empreendedores. A justificativa da inviabilidade dos custos de projetos diferenciados tem determinado a monotonia arquitetônica dos conjuntos habitacionais e, em alguns casos, a inadequação do espaço às famílias. No caso do Residencial Atalaia, são pontuais os casos de obstrução acentuada no espaço interno dos apartamentos ou incompatibilidade da área do apartamento com o estilo de vida dos moradores.

Alguns estudos apontam para a incompatibilidade entre as dimensões das unidades habitacionais e as demandas do cotidiano dos moradores de habitação social (DAMÉ, 2008; REIS; LAY, 2002) e, especificamente, na habitação de interesse social do PMCMV (BOURI; PEDRO; SCOARIS, 2012; FERREIRA, 2012). Na habitação de mercado, o consumidor procura, na medida do possível, uma habitação que lhe atenda nos diversos aspectos da habitabilidade. E mesmo tendo que lidar com a ética do mercado, há certa autonomia quanto à compra do imóvel. De outro modo, a heteronomia presente na produção da habitação social pode distanciar o desenho arquitetônico do atendimento às famílias beneficiárias. No caso em estudo, o perfil das famílias selecionadas ensejou, como veremos, congruência entre a habitação e os hábitos e demandas familiares.

No *hall* de entrada ou área de circulação dos blocos veem-se vasos de plantas além dos tapetes de boas-vindas ou capachos. Alguns tapetes de retalhos dão um

tom da estética popular, e por que não de aconchego? São marcas de apropriação e cuidado. Quanto à forma desses elementos, há uma intenção estética carregada dos signos de posição de classe (BOURDIEU, 2011a).

As portas dos apartamentos são mantidas fechadas. Durante o tempo em que ali estivemos, vimos apenas quatro apartamentos que mantêm, com frequência, suas portas abertas do entardecer às 22 horas, aproximadamente. Todos os que assim o fazem são do andar térreo, e localizam-se à entrada dos blocos. Parece-nos que a própria configuração do espaço, ou seja, localização no térreo, vista para a área externa, e proximidade com espaços abertos ensejam este hábito. Os apartamentos do térreo aproximam-se muito mais às casas que têm relação frontal com a rua, com os vizinhos do que os moradores dos outros andares. Existe uma disposição subjetiva para tal, no entanto, o próprio desenho do lugar parece convidar o morador para o hábito da utilização da área externa e maior proximidade dos vizinhos dos apartamentos próximos.

A manutenção das portas fechadas dá indícios de que a privacidade é uma dimensão importante de respeito mútuo. A instalação de cortinas em grande parte dos apartamentos reafirma a preocupação com a privacidade e também com a estética. As cortinas dos apartamentos ficam fechadas durante boa parte do tempo. Lembramos, no entanto, que nossas visitas deram-se na primavera, quando a temperatura na cidade já é elevada.

Por outro lado, os apartamentos do térreo que mantêm suas portas abertas denotam que, a despeito da necessidade de privacidade, o desejo de socialização sobrepõe-se à representação de um espaço que privilegie o privado. Propósito, a abertura de ambientes sinaliza o desejo de maior interação entre os vizinhos (KUPRITZ, *apud* REIS; FREITAS; LAY, 2008). O fluxo de visitas aos vizinhos, a proximidade na convivência próprios aos bairros periféricos (D'INCAO, 1992; ALMEIDA, 2011) não foram observados. Alguns moradores sentam-se nas calçadas ou levam cadeiras para a área externa, o que aponta para um desejo de socialização. Mas, não são muitos que mantêm esse hábito. Em 45 dias de observação dos espaços coletivos, identificamos dois grupos que mantêm os encontros à porta dos blocos. A administração anterior era bastante proibitiva a

“festinhas” defronte aos blocos, onde se consumia álcool ao som de música mecânica vinda do interior dos apartamentos do térreo, de modo que foram abolidas. Sublinha-se que esses encontros, segundo os moradores, não eram ruidosos. Apesar disso, o ex-síndico decidiu proibi-los, já que havia reclamações por parte de moradores do térreo quanto ao constrangimento de ter um grupo de pessoas próximo às suas janelas. O álcool não é mais consumido nas áreas coletivas, exceto na área de festas. Contudo, persistem os grupos acima identificados, mas apenas um deles mantém o consumo de álcool à porta do bloco.

Quase todos os blocos mantêm seus portões de entrada abertos durante o dia e à noite, e em muitos deles utilizam-se pedras ou pequenas correntes para segurar a porta aberta junto à parede. No entanto, em dois dos blocos as portas são trancadas às 22 horas. Ressalta-se que, segundo regra pactuada em assembleia, os blocos deveriam ter seus portões trancados às 20h30. Nos blocos não há portões com dispositivo eletrônico de abertura nem interfone, o que dificulta, por exemplo, a recepção de vizinhos de outros blocos ou de visitas externas ao conjunto, caso o portão esteja fechado. Nesse sentido, o hábito de mantê-lo aberto parece estar referido mais à deficiência do equipamento que resistência às regras condominiais. O problema do interfone será tratado, ainda, na próxima seção referido à funcionalidade do espaço.

O fato de os portões não se manterem trancados à noite sugere que há pelo menos percepção de segurança no interior do Residencial e, ainda, relativa confiança entre os vizinhos. Esse dado remete-nos aos estudos que investigaram sobre aspectos da habitabilidade e satisfação do morador (AALBERS, 2001; VIEIRA, 2002; REIS *et al. apud* TREPTOWCOSWIG, 2011), os quais afirmam que a sensação de segurança é mais importante para o morador que a segurança real quanto à sua satisfação.

Como referido na metodologia, nosso olhar voltar-se-á, em alguns momentos, aos primeiros meses de ocupação do condomínio através dos relatos espontâneos dos moradores.

Na chegada dos moradores, houve tendência à atualização dos encontros sociais habituais típicos dos bairros de origem, mas, por poucos moradores. Algumas

variáveis importantes para a adaptação ou adequação ao novo espaço foram as ações do segundo síndico, que constrangeram comportamentos inadequados, e o Trabalho Social que tratou da necessidade de obediência ao Regulamento Condominial.

A imagem das brincadeiras de rua, dos encontros nas calçadas e da troca de favores entre os vizinhos dos bairros populares (MELLO, 1992) não foi vista no interior do Residencial Atalaia. O movimento de compacidade do espaço público tem ali as inflexões de uma pedagogia adaptativa de convivência coletiva pelo Trabalho Social, formatado para situar o sujeito no repertório de práticas sociais adequadas. Ou seja, há o constrangimento, dadas as normas tácitas e formais quanto ao gesto e comportamento menos protocolar. Há que se dirigir ao síndico, perceber hierarquias espaciais, cumprir protocolos e submeter-se às restrições de uso. A espontaneidade dos encontros contrai-se. Há simbolicamente uma distinção de quem mora em um lugar organizado, asséptico, vertical. Com algumas exceções, percebe-se que para grande parte dos moradores o morar em condomínio é uma preferência, apesar de alguns ressentirem-se quanto à falta de liberdade.

A própria subjetividade contemporânea tende à ocupação dos espaços privados e deserta o coletivo (SENNET *apud* BOTTON, 2010). Podemos dizer que essa tendência sugere maior adaptação ao requerido em espaços habitacionais multifamiliares em que se requer maior protocolo na convivência e utilização dos espaços. O resultado é de adaptação, mas, ainda, de fissuras na ordem, no sentido de lugar, nas práticas espaciais.

O tom despótico da gestão condominial pode ser notado nas reclamações de alguns moradores quanto ao impedimento do tabagismo no próprio apartamento. A justificativa era que alguns moradores reclamavam da fumaça no bloco, e, ainda, porque se jogava o filtro dos cigarros pela janela. Um dos moradores reclamava que os avisos de proibição dos comportamentos eram feitos por notas escritas, entregues em mãos ou deixadas por debaixo da porta do apartamento. Ele sentia-se ofendido pela forma do aviso. Segundo ele, não se acostumaria com esse procedimento, pois o correto seria a reclamação verbal. Os moradores que o

ouviam dizer concordavam que preferiam a maneira informal de abordar o morador. Não podemos afirmar que os moradores que consideram os avisos de proibição impróprios em sua forma representem a maioria dos moradores. No entanto, consideramos importante essa nuance de recepção de procedimentos da administração do condomínio, pois os avisos escritos são uma prática na maioria dos residenciais urbanos. Talvez esse sentimento tenha surgido porque a experiência de residir em um local onde há um gestor demande um tempo maior de adaptação. A capacitação para a gestão, promovida por intermédio do Trabalho Social, deve abordar a perspectiva da postura flexiva e empática em relação aos moradores, notadamente nas ações dos primeiros momentos da moradia. Cabe anotar que o morador em questão residia há poucos meses no Residencial, não tendo participado de reuniões do Trabalho Social.

As reclamações direcionadas ao síndico eram frequentes durante todo o período de pesquisa. Na verdade, a rigidez das regras impostas causava desconforto nos moradores. Alguns diziam sentirem-se em “gaiola” ou “prisão” e complementavam dizendo que, após o pagamento do financiamento, mudar-se-iam para uma casa. Quantificamos essa postura de resistência em cinco episódios, dois dos quais se diziam inadaptáveis ao lugar, quer seja pelo controle excessivo ou por sentir falta de um quintal ou relação frontal com a rua. Os demais moradores manifestavam sua satisfação com o morar vertical e coletivo. Durante a observação direta, apenas dois moradores disseram preferir morar em casa. As mulheres diziam preferir apartamento por ser mais prática a limpeza da casa. Boa parte das mulheres trabalha fora, sobrando-lhes pouco tempo para o serviço doméstico. A seção 6.3, dedicada à análise dos dados do questionário aplicado aos moradores corrobora nossa percepção de que a tipologia do Residencial adequa-se às expectativas e desejo desse segmento da população.

Observamos que a inadaptação ao morar coletivo é nítida em alguns moradores. Ainda nos primeiros dias da chegada ao Residencial, um beneficiário que era carroceiro causou incômodo nos moradores. No início, ele alocava sua carroça e o equino no estacionamento. Os vizinhos fizeram pressão para que ele deixasse de usar aquele espaço, pois o animal sujava o estacionamento e “não causava boa

impressão” nos visitantes. A princípio, o morador resistiu, mas, logo depois, optou por mudar-se dali. Considerou que preferiria voltar para o endereço anterior, pois ele gostava do seu trabalho. Não se dispôs a mudar de atividade e, também, não queria causar transtorno aos moradores.

Isso nos faz concluir que o trabalho de seleção dos beneficiários deve ser o mais efetivo possível, realizando a triagem daqueles moradores que por questões de ordem prática não se adaptariam ao lugar ou mesmo por uma disposição subjetiva ou cultural resistente a morar em condomínios verticais.

O hábito de ouvir o som mecânico em volume alto foi também um dos problemas de adaptação e convivência. Na verdade, esse conflito entre a configuração espacial e o comportamento nos apartamentos ou áreas coletivas mereceu ações específicas do Trabalho Social. Após a atuação dos técnicos sociais, o volume de som não tem sido um problema, e só pontualmente se ouve uma música sendo tocada em alto volume. Quanto a isso, identificamos dois moradores que ainda mantêm caixas acústicas potentes em seus apartamentos, e lamentam não poderem usá-las. Durante todos os dias de observação o som em volume alto foi ouvido apenas uma vez em um dos apartamentos.

A descrição do som em alto volume, pelos moradores que mantêm suas caixas acústicas potentes, conota símbolo de poder em seus territórios de origem. Dessa maneira, as caixas acústicas eram exibidas, no *walkthrough*, como que um traço de poder. Ao visitarmos os apartamentos, um dos moradores ao mostrar-nos sua caixa de som afirmou já tê-la usado como resposta a outros moradores que também mantinham o hábito de ouvir músicas com o mesmo tipo de equipamento.

O Trabalho Social teve papel muito importante na atenuação do impacto do hábito anterior de se ouvir música em volume alto, já que o projeto arquitetônico não previu elementos para o adequado isolamento acústico. Nas reuniões anteriores à mudança, discutiu-se em vários momentos sobre a necessidade de aceder às regras de convivência dispostas no regulamento do condomínio (ASP, 2011).

O acompanhamento social foi importante também para mediar as ocorrências de conflitos em função da presença de cachorros nas áreas coletivas e nos

apartamentos (ASP, 2011). Alguns vizinhos reclamavam do latido dos animais e porque estes sujavam as áreas externas. As ocorrências foram contornadas com o apoio do assistente social da prefeitura. Hoje, há uma convivência tranquila quanto à presença de animais. Os moradores donos dos cachorros comprometem-se com a higiene do lugar, e os pequenos ruídos dos animais foram incorporados ao cotidiano sem maiores problemas. Cabe anotar que a ação do técnico social do município distinguiu-se pelo acompanhamento às famílias mesmo antes da seleção, no “Núcleo dos Sem-Casa”. A confiança dos moradores em relação ao técnico foi fundamental para dirimirem-se pequenos conflitos iniciais.

Embora não haja espaços de convivência no condomínio ou no bairro, não verificamos demandas espontâneas para tal. Notadamente as mulheres e idosos não frequentam a quadra, único espaço de convivência disponível ali. Os adolescentes e crianças utilizam a quadra em pelo menos dois dias da semana aos fins de tarde. Os homens adultos utilizaram média três vezes ao mês, segundo os moradores. Os idosos, eventualmente, colocam uma cadeira na entrada do bloco e apreciam o cotidiano e a paisagem do lugar. As mulheres visitam os apartamentos vizinhos, embora seja pequena a frequência. As crianças brincam nas calçadas, na quadra, no gramado em frente à churrasqueira e, eventualmente, no *hall* ou nas escadas dos blocos. São poucas as crianças e adolescentes circulando no espaço externo.

A bicicleta é utilizada dentro do condomínio e nas redondezas, seja pelas crianças ou por adultos. Para as crianças é também uma forma de socialização, já que pedalam em pequenos grupos.

Notamos que a socialização entre os moradores foi prejudicada pelos conflitos iniciais, quando da ocupação do condomínio. A utilização da churrasqueira era motivo de discussão, quer seja pelo barulho das músicas e das conversas, quer pelos trajes utilizados no momento das festas. A territorialidade também é uma dimensão determinante destes conflitos. Essa área compõe-se pelo gramado, pela área coberta que abriga a churrasqueira, e os dois lavabos próximos à quadra. Os moradores que reservavam a churrasqueira sentiam-se invadidos pela circulação de outros moradores naquele espaço. Era frequente o acionamento da polícia

militar em face de conflitos e iminência de brigas corporais. Os próprios moradores acionavam o 191.

A área coberta da churrasqueira fora interditada por problemas construtivos, pois a estrutura do telhado corria risco de desabar, face à ação de cupins na madeira e, conseqüentemente, rachaduras nas paredes. No entanto, mesmo após a liberação para o uso pela equipe da construtora responsável, o ex-síndico continuava impedindo sua utilização, dados os conflitos e ruídos. Alguns moradores, por terem conhecimento da resolução técnico construtiva, estavam insatisfeitos com o posicionamento do ex-síndico. Houve um desentendimento entre um morador que utilizou a área, mesmo sem o consentimento da administração à época da sua liberação técnica. Em face disso, há uma demanda na justiça criminal ainda em tramitação. Hoje, após a troca do síndico, há liberdade para sua utilização, conforme informação dos moradores. Porém, no período em que realizamos a observação *in loco* não houve festas no local.

Uma configuração espacial que delimite melhor os espaços, atenuando a presença de estranhos ou de não convidados para as festas, talvez seja uma boa alternativa para se evitar o sentimento de invasão de território.

Um assunto que sempre retornava era o rapaz que tentou incendiar a porta do apartamento acima do seu, uma vez que as filhas do morador de baixo faziam barulhos constantes, impedindo-o de dormir o necessário, pois acordava muito cedo para o trabalho. A mãe do agressor optou por se mudar do Residencial para que os conflitos cessassem. Durante a pesquisa, observamos que esta família reunia-se às tardes no portão do bloco, a mãe e os filhos adultos. Eles pareceram-nos insatisfeitos com o estilo de vida do lugar. Incomodavam-se com a presença do pesquisador e parecia uma família coesa e de hábitos simples, remetendo-nos a famílias de comunidades rurais.

O histórico de conflitos nos primeiros meses de ocupação do Residencial pode ser associado à contração das relações sociais atuais entre os condôminos. Nesse sentido, uma ação específica para a aproximação dos vizinhos é prescrita no âmbito do Trabalho Social. A dimensão sociabilidade na dinâmica de provisão da

habitação social deve merecer maior atenção face aos estudos apontados quanto à sua importância na qualidade do cotidiano.

Entendemos que houve uma lacuna do Trabalho Social em relação à aproximação dos moradores, como forma de se evitar o estranhamento inicial. Ações com vistas à socialização deram-se, oportunamente, nos encontros do Trabalho Social para tratar de outros assuntos. Não houve atividades específicas para a socialização. Os moradores reconhecem, atualmente, que a tensão e os conflitos decorreram da falta de “se conhecerem”. Os conflitos que ocorriam no início entre as crianças e adolescentes são imputados, pelos próprios moradores, à falta de uma aproximação mínima entre as famílias. Após três anos não se observam os conflitos diários, foi necessário um período para que as famílias dos adolescentes pudessem se conhecer.

Ainda existe um distanciamento entre os vizinhos do Residencial tributário, provavelmente, dos conflitos anteriores. Agora, não se demanda um trabalho de socialização simplesmente. Não podemos dizer que há desconhecimento de um vizinho em relação ao outro, mas, uma tensão provocada pelos conflitos ocorridos nos primeiros meses de ocupação. Percebe-se a necessidade de um trabalho psicossocial que os aproxime por identificação ou por empatia, pois o discurso dos moradores é que os vizinhos seriam muito diferentes entre si.

As caminhadas dos moradores aos armazéns, padaria ou bares oportunizam a socialização. Porém, funcionalmente ressentem-se da falta de mais opções de produtos de consumo diário no comércio do bairro. A poucos metros do Residencial há uma igreja evangélica e uma católica. O hábito de frequentar a missa ou cultos é importante no cotidiano dos moradores. Além do aspecto religioso dá-se a socialização entre os fiéis daquelas instituições religiosas.

A satisfação com os vizinhos do bairro parece ser tributária da integração estabelecida nos encontros religiosos e nas idas ao comércio. Observamos que aqueles vizinhos do Residencial que frequentam os mesmos encontros religiosos estreitam seus laços intramuros e identificam-se. Ao retornarem dos cultos ou missas mantêm conversas na caminhada até o Residencial ou mesmo no espaço

interno dos apartamentos. Veem-se esses vizinhos agendando atividades sociais entre si.

A aproximação entre os moradores do Residencial e os vizinhos do bairro Atalaia é um aspecto positivo de vinculação ao lugar, se nos remetemos a estudos que afirmam a importância das relações de vizinhança para a autoestima do sujeito (TUAN, 1980), e porque há uma mútua determinação entre a comunidade e o sujeito (WEIL, 2001). Segundo percepção do assistente social responsável pelo Trabalho Social, o qual acompanhou o período de adaptação dos moradores no novo território, a recepção entre os condôminos e os vizinhos do bairro foi positiva desde o início.

Os fluxos cotidianos dos moradores não se circunscrevem à ida e vinda do trabalho ou às caminhadas para a igreja ou comércio. Como nas proximidades não há equipamentos públicos próprios para exercícios físicos, alguns moradores utilizam a rua paralela à BR-116 para as caminhadas diárias, como forma de manter o bem-estar físico, em dia com o imperativo contemporâneo do cuidado de si. O lugar não é próprio, por haver fluxo de veículos ali, embora pequeno.

Nos fins de semana, percebe-se um retorno aos bairros de origem ou mesmo a locais de encontros sociais extra novo território. Os moradores aproximavam do pesquisador para dar testemunho da satisfação de ter conseguido o benefício da casa própria, ao tempo em que se ressentiam da distância dos seus laços sociais e da estrutura urbana com a qual estavam habituados. O comércio e a antiga vizinhança eram os elementos trazidos à tona por grande parte dos moradores ao nos identificarem como pesquisador do PMCMV.

Há confluência (GUIMARÃES, 2005) entre as práticas socioespaciais e o espaço representado. Não se veem conflitos importantes, mas as possibilidades de vínculo com o lugar reduzem-se, face à ausência de alguns elementos – como espaço para a socialização e comércio suficiente – e às distâncias dos laços familiares e sociais estabelecidos antes da mudança.

Como já dissemos, o cotidiano é feito de cesuras e não apenas de adequação ao representado. Um espaço de criação é possível dentro de certos limites. Na origem

das representações do espaço há mesmo uma lacuna em face daquilo que é desejado e necessário, e que a abstração ou a ideologia não alcançam.

Há um vazio às margens da BR-116, ao lado do Residencial Atalaia. Esta área de domínio da rodovia apresenta árvores frondosas em que se instalaram balanços para as crianças e um pequeno campo de futebol. O síndico anterior foi quem instalou os balanços, e os moradores as traves do “campinho”. Alguns problemas importantes são apontados, como pessoas estranhas utilizando a área próxima ao condomínio e crianças às margens da BR-116. Embora o espaço de lazer para as crianças seja um desejo dos moradores, o que de certa forma foi atendido, há o problema da segurança já que o fluxo de pessoas é pequeno no local – quando acontece é de andarilhos – e a proximidade da rodovia se torna perigosa – a rodovia é bastante movimentada e corre-se o risco de acidentes. Dessa forma, torna-se desaconselhável a manutenção do *playground* improvisado, notadamente se os pais não puderem acompanhar os filhos.

Moradores do bloco 6 plantaram uma horta no espaço gramado contíguo ao bloco, o qual originalmente foi planejado para o lazer coletivo. A horta tem servido aos moradores em geral. Não há nenhum elemento arquitetônico que hierarquize aquele espaço, o que pode ter motivado sua apropriação por alguns moradores. Isso corrobora outros estudos de habitação de interesse social, quando se observou que a falta de hierarquização dos espaços – público, semipúblico e privado – por marcas físicas ou equipamentos que possam definir a área enquanto espaço social coletivo impele à sua utilização indevida (LAY; REIS, 2005). A área em questão não estava sendo utilizada coletivamente. Esta área tem sido apropriada de forma quase privativa pelos moradores do bloco 6.

Os hábitos anteriores – residenciais unifamiliares em bairros populares – ao morar em apartamento e a própria configuração do espaço – contiguidade entre o apartamento e a área livre – parecem potencializar seu uso como quintal de uma casa. Os hábitos de criação de pássaros ou realização de churrascos em fins de semana foram oportunizados e assim acontecem.

Segurança urbana não é muito frequente no discurso dos moradores. Ouvimos falar de furtos de bicicletas por pessoas de fora do condomínio. Mas, para o

morador, o território não é mais inseguro que qualquer outro lugar. A relação do morador com esse dado situa-se entre o tabu sobre segurança pública e a percepção de segurança no interior do apartamento. Por serem originários de bairros que também são estigmatizados pela violência, de forma geral, os moradores não se sentem confortáveis ao falar sobre segurança no bairro.

O muro, o porteiro e a proximidade de um posto de polícia rodoviária federal são elementos físicos que contribuem para a segurança. No entanto, não podemos afirmar que o território é seguro. O conforto, a autoestima e a privacidade são sentimentos relacionados, estreitamente, ao espaço interno do apartamento. Neste caso, é referido como um lugar de sonho, de felicidade e dignidade.

Há traços de um estilo de vida anterior à mudança. Como sustenta Bourdieu (2011b), o *habitus* enquanto razão prática atualiza-se no ato de morar, revelando que práticas são possíveis face à leitura e disposição do espaço social, desde manutenção de práticas à inovação. A rigor, encontramos no comportamento dos moradores adesão a um repertório de práticas socioespaciais que correspondem à configuração do novo habitat, portanto, uma adequação do comportamento de forma geral; mas, também, resistência socioespacial e, pontualmente, criação de práticas que embora infrinjam o estabelecido em projeto proporcionam qualidade de vida coletiva por adaptação.

De modo geral, o clima do lugar é de tranquilidade. O estilo de vida e a configuração espacial não apresentam incongruência importante. Houve adequação comportamental com pequenos pontos de inflexão subjetiva às regras e/ou ao desenho do morar coletivo. Entretanto, para além da configuração espacial do Residencial Atalaia, tem-se a história de vida, longitudinalmente, e o seu reflexo no espaço percebido e vivido. Transversalmente, então, não podemos deixar de considerar a atualidade ou virtualidade do enraizamento e apego ao lugar.

Nas próximas seções do capítulo analisaremos a funcionalidade do espaço, a percepção e satisfação do morador dadas as diversas escalas e dimensões subjetivas do habitar.

6.2 Espaço concebido X Uso do lugar

Na seção anterior privilegiamos uma leitura que extrapolou a verificação da funcionalidade do lugar, pois o cotidiano foi analisado no registro simbólico da subjetividade. Mas, agora, analisamos o Residencial Atalaia quanto à organização, limpeza, funcionamento e gestão das áreas e, ainda, o impacto dessas questões na convivência dos moradores.

O Residencial localiza-se próximo à BR-116 e há um posto da Polícia Rodoviária Federal a poucos metros dele. Para alguns moradores a presença do posto de polícia rodoviária oferece maior segurança. O Residencial é murado e conta com porteiro à noite. Embora haja, eventualmente, notícias de homicídios no bairro e redondezas, os muros e o porteiro são elementos que estabelecem sensação de segurança nos moradores. As características fiscoespaciais do Residencial, de fato, proporcionam proteção, desde os hábitos de apropriação do lugar pelos moradores às barreiras físicas, elementos apontados por Vieira (2002).

O comércio do bairro é precário. As padarias e bares situam-se próximos ao Residencial atendem minimamente às demandas diárias. No entanto, há outros tipos de comércio e serviços nos bairros vizinhos, Jardim Ipê e Azteca, que suprem parcialmente as demandas. Os moradores adaptaram-se, e aproveitam o trajeto de vinda do trabalho para fazer suas compras de supermercado e outras no Centro ou no bairro Vila Isa, este situa-se a aproximadamente 3 km do Residencial. Os moradores utilizam bicicletas, automóveis, motocicletas e o transporte público para as compras nos supermercados.

Há uma unidade básica de saúde e um hospital nas proximidades. As escolas no bairro Jardim Atalaia e em bairros próximos atendem à demanda, segundo os moradores. No bairro há uma escola municipal. São poucos os moradores em idade escolar, dessa maneira, o impacto relacionado à oferta de vagas foi pequeno. Quanto aos equipamentos de saúde, boa parte dos moradores são servidores do município, sendo atendidos pelo serviço de saúde municipal. Em entrevista, o responsável pelo Trabalho Social do FAR, da prefeitura, afirmou ter acompanhado a integração das políticas públicas naquele território e que os equipamentos oferecidos atendem às demandas.

O ônibus do bairro Atalaia tem seu ponto final defronte ao Residencial. O intervalo entre os ônibus que circulam pela manhã é de 20 minutos e o trajeto até o Centro é feito em 40 minutos. À noite o intervalo é de aproximadamente 40 minutos, segundo tabela de horários da empresa de transporte urbano. O transporte público atende às demandas dos moradores, muitos dos quais utilizam motocicleta, automóvel e bicicletas para a locomoção. No período logo após a mudança houve rejeição dos moradores ao bairro, em função do transporte público, pois, segundo o assistente social responsável pelo Trabalho Social, havia apenas um ônibus para atender aos moradores do Residencial. Pouco tempo depois, após demandas dos moradores, a prefeitura trabalhou para ampliação do atendimento do transporte, o que foi atendido.

A mobilidade urbana não se apresenta objetivamente como um problema, uma vez que existe o transporte público que atende ao bairro. Mas, a distância parece ser referida aos laços de vizinhança e à rotina anterior à mudança, portanto, a satisfação com as formas e experiência diária de idas e vindas ao trabalho dependem de uma predisposição às mudanças ou da adaptação.

Na calçada externa frontal ao conjunto de edifícios, vê-se preocupação com o paisagismo, a estética. Grandes vasos indicam a apropriação. O portão social não é usado, e os pedestres utilizam o portão de entrada do estacionamento.

Uma vez que há um porteiro durante o dia, mantém-se o portão do estacionamento aberto, mas é fechado à noite. O porteiro é quem abre para a entrada das motos e automóveis. Como o orçamento do condomínio não permite a manutenção de porteiros 24 horas, opta-se por manter um porteiro a partir das 20h até a manhã, e um porteiro diurno para recebimento de correspondências, encomendas e controle da entrada dos visitantes.

Não há interfone em funcionamento, porquanto opta-se por manter o portão da garagem aberto, garantindo a entrada e saída de pessoas. O portão passou a ser fechado aos fins de tarde, horário em que não havia porteiro. Alguns moradores sentiam-se desconfortáveis, pois como não há interfone, dificultava-se a entrada de um visitante ou as entregas de supermercado e dos Correios. Esse fechamento do portão não vigeu por muito tempo.

O interfone é talvez o problema mais grave quanto ao funcionamento do condomínio, pois há mais de um ano não funciona, tendo sido cobrado o valor para sua manutenção. A empresa contratada ainda não realizou o reparo e não demonstra nenhuma vontade de resolver a questão, o que se arrasta por mais de um ano. Em uma das assembleias agendou-se uma reunião entre o síndico e o conselho fiscal para que o problema fosse solucionado. Alguns moradores são a favor da demissão dos atuais porteiros, a partir da instalação dos interfones e do portão eletrônico, para que se economize e o condomínio possa quitar suas dívidas. Há duas ações trabalhistas em tramitação, em função de irregularidades na contratação dos porteiros – falta do registro em carteira e não pagamento de horas extras. As ações são motivo de apreensão e insatisfação em relação às contas do condomínio. Opta-se por contratar os próprios moradores para a função de porteiro, no entanto, isso não tem evitado as ações trabalhistas e, ainda, potencializa o clima negativo no condomínio, já que os autores das ações convivem com os demais condôminos.

Há apreensão por parte de alguns moradores quanto à ausência de porteiro, em função dos furtos de bicicleta que já ocorreram ali. Porém, segundo parte dos moradores, o condomínio não teria como arcar com o pagamento dos porteiros. Mas, em uma das reuniões do condomínio, acompanhada pela equipe do Trabalho Social complementar, alguns moradores entenderam que a solução financeira seria o reparo no interfone, instalação de um portão eletrônico e a demissão dos porteiros atuais.

No que tange à organização do espaço, a portaria representa um ponto importante quanto ao diagnóstico de viabilidade entre a tipologia arquitetônica proposta e o perfil socioeconômico dos condôminos. O aspecto financeiro de manutenção do espaço e de competência para a gestão condominial são fundamentais para a funcionalidade da portaria. No caso em questão, a manutenção dos porteiros parece inviável pela renda dos moradores. O valor mais recente da taxa de condomínio é R\$ 40,00. Alguns moradores não concordam com o aumento do valor, pois entendem que a taxa de condomínio não pode ser mais cara que a prestação de seu apartamento. Hoje, a prestação do apartamento é de 5% do valor

da renda familiar, face ao subsídio do Governo Federal, variando de R\$ 25,00 a R\$ 80,00. O Trabalho Social tem sensibilizado os moradores para o pagamento. Segundo o síndico, atualmente tem-se 104 condôminos adimplentes. Antes, a média era de 70. Isso deveu-se, também, à atual transparência na apresentação das despesas e receitas do condomínio.

O valor da taxa do condomínio está diretamente ligado à manutenção dos porteiros. Atualmente, por inadimplência de parte dos condôminos, até mesmo a manutenção de apenas dois profissionais na portaria torna-se inviável. A instalação de portão eletrônico, o conserto do interfone e a instalação da caixa de correios apresentam-se como as soluções mais viáveis para o funcionamento integral da portaria.

Em três dias da semana há coleta de lixo realizada pela prefeitura municipal. As lixeiras são postas na calçada do Residencial, distante da entrada. Os moradores depositam seu lixo regularmente e de forma apropriada. Veem-se no início da noite os pais ou seus filhos realizando essa tarefa. A regularidade da coleta associada à posição da lixeira e à conscientização dos moradores quanto ao lixo qualificam a limpeza do lugar. A calçada externa também se mantém limpa.

O estacionamento não é coberto. Alguns vizinhos demandam a cobertura para a proteção do seu veículo. Não há bicicletário, no entanto, é grande o número de bicicletas no condomínio, de modo que elas são frequentemente guardadas naqueles espaços dos blocos – em “H” – que permitem a entrada de luz e ventilação nos corredores e nas unidades habitacionais. Alguns desses espaços foram fechados com portões, como forma de evitarem-se os furtos das bicicletas que, segundo moradores, aconteceram face à entrada de pessoas estranhas ao condomínio. Essa solução tem sido suficiente na percepção dos moradores, no entanto, prejudica a estética do lugar, já que o espaço não é apropriado para alocação de muitas bicicletas.

Entre os blocos veem-se o gramado e jardins mantidos pelos moradores. É visível o cuidado com o lugar. Muitos se mostram orgulhosos do cuidado que eles próprios têm com o patrimônio, mas demonstram desapontamento com a falta de manutenção da quadra, já que as telas de proteção estão danificadas. A crítica à

falta de manutenção direciona-se à gestão do local e não aos moradores. Por outro lado, o assistente social do município afirma que os adolescentes não usam com cuidado a quadra de esportes.

Quanto aos fundos dos blocos, observamos pequenas sacolas de lixo no chão. Segundo os moradores, são lançadas pelas janelas dos apartamentos, bem como alguns pequenos objetos pessoais. O síndico atual reclama que boa parte dos moradores joga o lixo em lugares indevidos, restos de cigarros e sacolas de lixos pela janela. Nos 20 dias de observação da limpeza do condomínio, o lixo foi jogado pelas janelas de fundos por algumas vezes, no entanto, sublinha-se que a aparência geral é de organização e limpeza com alguns aspectos pontuais a serem trabalhados. Por exemplo, as escadas e corredores dos blocos apresentam, frequentemente, poeira em alguns pontos.

As janelas de frente são usadas adequadamente. Os blocos ao fundo apresentam roupas ou toalhas nas janelas. Os últimos blocos – 6 e 8 – infringem com mais frequência a regra que proíbe a colocação de objetos nos peitoris das janelas. No entanto, há o cuidado de não utilizar as janelas frontais dos blocos. Não são muitas as roupas nos peitoris.

Nas primeiras visitas ao Residencial, na lateral da área social – churrasqueira – via-se pequeno entulho e uma pequena horta plantada pelos moradores. A área coberta apresentava poeira e folhas das árvores dos terrenos limítrofes. Em nossas recentes visitas ao local, não se viam mais o pequeno entulho e a área coberta encontrava-se limpa. Os moradores, nas reuniões do TS complementar, demandaram pelo acompanhamento da gestão condominial quanto à limpeza das áreas comuns. O TS parece ter contribuído com a questão.

Não existe faxineiro para a limpeza regular das áreas de circulação dos blocos. Com uma frequência de 15 em 15 dias contrata-se um profissional para a limpeza das áreas externas aos blocos, bem como para a jardinagem. Internamente, ou seja, nos *halls* e escadas, a limpeza é realizada pelos próprios moradores. Não há uma escala e, segundo os moradores, fica-se à mercê da consciência dos vizinhos. Embora haja insatisfação com os vizinhos que não cooperam, o ambiente permanece limpo, a exceção da poeira nas escadas. Em entrevista, o síndico

afirma que embora alguns moradores não tenham cuidado com a limpeza, as atitudes ambientais dos demais compensam a deficiência, e o resultado é positivo.

Como a contratação de mais empregados no momento é inviável financeiramente, a solução foi contar com a colaboração dos moradores para que se revezem na limpeza e busquem sua manutenção. Houve tentativa de se instituir escalas de limpeza, mas não funcionou. As sacolas de lixo aos fundos dos blocos têm sido objeto de advertência por parte dos síndicos. Identificamos essas sacolas em cinco dias – de uma a três, dos 20 dias de observação específica da limpeza do lugar, e em quatro blocos.

O assistente social que coordena o Trabalho Social do FAR em Governador Valadares afirma que a primeira síndica realizava ações para complementação da receita do condomínio com vistas à manutenção do lugar, tornando possível a contratação de profissional da limpeza.

Alguns varais de chão são utilizados pelos moradores de todos os andares e blocos. Aqueles são postos nas laterais e fundos dos blocos. A área de serviço do apartamento é pequena, o que dificulta a secagem de roupas no interior do apartamento. Entendemos que a solução encontrada atende funcionalmente à secagem das roupas e tenta impactar o mínimo possível na estética. A utilização do varal de chão pode ser considerada um movimento de adaptação à configuração do espaço cotidiano. As roupas penduradas nas janelas de fundos e na parte lateral e posterior dos blocos são esteticamente indesejáveis, mas o tamanho da área de serviço é um determinante para tal. Os moradores cumprem as regras do lugar e observam, no possível, as orientações do Trabalho Social. Porquanto a própria configuração do espaço atualiza necessidades e desejos de usos, como mencionado na revisão bibliográfica, decide-se por uma utilização improvisada ou imprópria.

Segundo o assistente social, as dimensões do apartamento são o ponto de maior insatisfação dos condôminos, uma vez que não permitem muitos convidados para uma reunião social, por exemplo, para comemoração de um aniversário ou mesmo para o uso cotidiano. Não ouvimos essas demandas dos moradores, exceto quanto ao tamanho da cozinha/área de serviço por alguns no *walkthrough*.

Embora tenha havido um trabalho de orientação quanto à utilização dos espaços, algumas ocorrências só podem ser identificadas no ato da ocupação do lugar. Havia moradores que utilizavam a tomada dos corredores para atividades pessoais, como o uso de “chapinha” e de secador de cabelo. Nessa época, a conta de luz do condomínio foi emitida com um valor muito superior ao previsto. O síndico foi avisado daquele comportamento inadequado e optou pela desinstalação da tomada dos corredores e sua reinstalação no alto da parede, impedindo seu uso indiscriminado. O resultado foi a diminuição exponencial da conta de energia elétrica. Nesse caso, a atuação do gestor foi fundamental para o equilíbrio dos gastos condominiais.

A área social descoberta próxima ao bloco 6 é onde se verifica maior incongruência entre a utilização e o projeto arquitetônico. A relação de contiguidade com este bloco induz seus moradores a utilizá-la como um quintal. Ali são deixados objetos, tais como, gaiolas de pássaros, varal de secagem de roupas, motocicletas, entre outros. Há também, como dissemos na seção anterior, uma horta e plantas ornamentais. O fato é que este espaço poderia ser usado para a socialização dos moradores idosos, os quais não utilizam a quadra e, possivelmente, têm maior dificuldade para percorrer distâncias maiores até espaços de socialização do entorno.

Nesse bloco é onde duas famílias do térreo e dos apartamentos frontais mantêm, frequentemente, as suas portas abertas. A ocupação da área coletiva pelos vizinhos do bloco 6 não tem sido objeto de reclamações frequentes. Há movimentos de insatisfação, mas, como a produção da pequena horta é dividida entre todos, admite-se que há um benefício que compensaria o uso privado por alguns.

Embora a gestão condominial tivesse sido o principal eixo do Trabalho Social realizado – conforme diretrizes do FAR – alguns pontos ainda necessitam de ajustes. Os maiores problemas enfrentados, atualmente, pelos moradores dizem respeito diretamente ao aspecto financeiro e ao funcionamento do condomínio. Na perspectiva do assistente social do município, há ampla adesão às regras. O TS, desde as reuniões nos “núcleos dos sem casa” do município, tratou das questões

do morar coletivamente, uma vez que quase a totalidade é originária de habitação unifamiliar. Corroboramos a avaliação do assistente social na observação direta.

A capacitação dos moradores para a atuação como síndicos é um item que merece investimento, já que o resultado positivo da dinâmica socioespacial passa pela capacitação e competência da gestão. O síndico atual afirma que o Trabalho Social foi efetivo na capacitação para a gestão condominial. Desde conhecimentos específicos à orientação quanto à postura e aos aspectos “emocionais” envolvidos na condução de reuniões. O assistente social também compreende a importância do TS para a organização do espaço. Um item apontado pelo síndico atual e o assistente social foi a abordagem para a cobrança das taxas condominiais em atraso. Na perspectiva de ambos, isso é uma ação delicada, face à falta de sensibilidade e consciência de alguns moradores no que tange o bem estar coletivo.

O síndico relata sua postura de transparência na apresentação das contas, o que tem contribuído para a diminuição da inadimplência.

Os problemas relacionados ao interfone, à contratação regular dos porteiros e à instalação do portão eletrônico têm sido motivo de insatisfação. A partir da situação financeira do condomínio e seus desdobramentos, o síndico deve ouvir e propor soluções eficazes e factíveis para os problemas que impactam na ordem local. No caso da portaria, está em jogo a segurança, organização e funcionamento do Residencial.

O ideal seria a possibilidade de manutenção dos porteiros, os reparos nos interfones e a instalação do portão eletrônico. A segurança seria mantida, a comodidade do interfone e do portão eletrônico comporia o índice de satisfação com o lugar. Além disso, o problema que envolve o conserto do interfone dá-se também na dimensão moral. Os condôminos sentem-se lesados, uma vez que houve o pagamento para a contratação dos serviços de manutenção do interfone os quais não foram realizados.

As ações trabalhistas movidas por falta de pagamento de horas extras ou pela ausência do registro em carteira impactam financeiramente. A inadimplência se

aproximou de 60%, conforme dados da assembleia em setembro de 2014; mas, em março de 2015, o percentual de inadimplência é próximo de 16%⁵⁹, segundo o assistente social do município. O novo síndico, atuando conjuntamente com a equipe do Trabalho Social suplementar, tem obtido êxito na conscientização para o pagamento. Alguns moradores deixavam de efetuar o pagamento em face de críticas ao síndico anterior, o qual não teria pago integralmente os salários dos porteiros, gerando passivo trabalhista, e, ainda, em função da omissão quanto à solicitação do conserto do interfone.

A unidade habitacional, real e simbolicamente, é o elemento de maior satisfação, como veremos nos resultados do questionário na próxima seção. Observa-se, nesta escala, a proteção, o aconchego e a segurança na percepção dos moradores, a despeito do atendimento pleno aos hábitos e desejos do morador. No entanto, como veremos, o apartamento é considerado adequado ao perfil dos moradores segundo a avaliação destes.

Os apartamentos visitados apresentam-se organizados, limpos e bem mobiliados. São poucos os elementos arquitetônicos inseridos. Os moradores optaram por cerâmica para os pisos, mas, identificamos apartamentos com outros tipos de pisos. Em alguns apartamentos substituíram-se a porta de entrada do apartamento em função da estética e/ou segurança, pois a porta original não é resistente.

Verifica-se a instalação de toldos em um apartamento, respeitando-se o modelo padrão pactuado em assembleia. Os gradis foram instalados em 15 apartamentos do térreo, em todas as suas janelas. Dois apartamentos de outros andares também contam com estes gradis para proteção das crianças. Há um modelo padrão, também observado por aqueles que os instalaram. Importante anotar a adesão às regras do condomínio e a preocupação com a segurança ao instalarem-se os gradis.

Quanto à circulação, apenas em dois apartamentos visitados observamos inadequação. Em um apartamento visitado, onde há filhos adolescentes, o espaço

⁵⁹ Informação do assistente social da prefeitura de Governador Valadares, Responsável Técnico do ente público na execução do projeto social em suas duas fases.

não é adequado para que haja uma área de estudos, por exemplo. Este móvel impediria a circulação. Nesta mesma UH não há uma mesa de jantar. Há, sim, uma mesinha retrátil que é utilizada para algumas das refeições. Esta ao ser utilizada obstrui a circulação. Neste apartamento, os móveis são tipicamente de classe média, no entanto, os sofás são robustos para o tamanho da sala, a qual deveria ser utilizada também enquanto sala de jantar, como previu o projeto.

Em um dos apartamentos em que reside o casal e mais duas crianças, a inadequação se dá em função do par de caixas de som na sala, o tamanho da mesa de jantar e da organização do apartamento. Há, também, além da desorganização, um problema de higiene. Nesse caso, não apontamos para a particularidade ou perfil dos moradores, mas para uma característica própria à família em questão.

Embora nos outros apartamentos observados não houvesse incompatibilidade relacionada à obstrução dos espaços, nos quartos dos casais as áreas de circulação são estreitas. E em muitos dos apartamentos a porta do armário não se abre totalmente em função da cama muito próxima a aquele. Se o tipo de cama for cama-box e as portas dos armários forem de trilho, o problema é resolvido, com o observamos em alguns dos apartamentos.

A configuração espacial desde a escala da cidade e sua determinação da mobilidade urbana ao espaço privativo do apartamento atende parcialmente aos moradores. No espaço interno do Residencial a lacuna dá-se quanto aos equipamentos de socialização e aqueles específicos para as práticas esportivas ou de ginástica com vistas à saúde. Notadamente os idosos e as mulheres, por não utilizarem a quadra, não são atendidos na dimensão sociabilidade. Embora haja um espaço, quer seja o gramado frente ao espaço da churrasqueira e a área de lazer próxima ao bloco 6, não existem bancos, cadeiras, mesas para jogos, e, ainda, não há árvores que possam protegê-los do sol nestes espaços. Na verdade, as crianças menores também não têm um *playground*. Dessa forma, há que se avaliar uma possibilidade de instalação de brinquedos para as crianças no espaço disponível na área próxima ao bloco 6, ou o atendimento aos idosos e mulheres. Se este espaço social fosse arborizado e com assentos, serviria tanto aos idosos quanto às mulheres, homens, adolescentes e crianças, além de impedir que a área

seja privatizada. A horta poderia ser remanejada para os fundos do Residencial ou mesmo mantê-la no espaço social tornando-o bifuncional.

De certa forma, a apropriação, o cuidado, e a usabilidade dos espaços decidem pela congruência entre os modos de uso e a configuração socioespacial. Isso não sem lacunas importantes a serem atendidas: espaços de socialização na escala do bairro e do condomínio, o *playground* das crianças, e um comércio mais diversificado complementariam a função de cada escala.

As Figuras 16, 17, 18 e 19 contêm a síntese dos aspectos apontados no Residencial e nas UH.

FUNCIONALIDADE DO LUGAR - CARTOGRAFIA - RESIDENCIAL ATALAIA

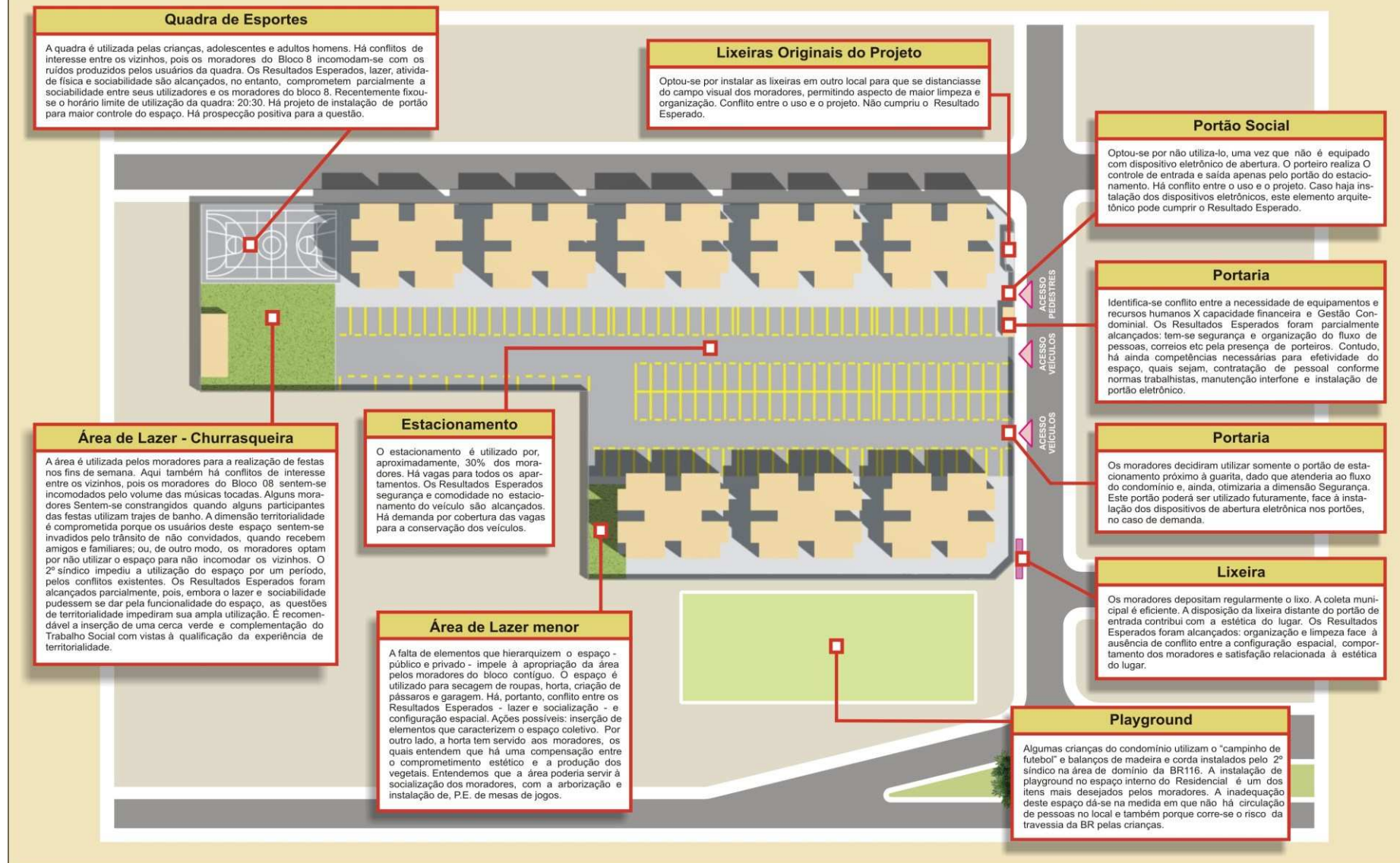
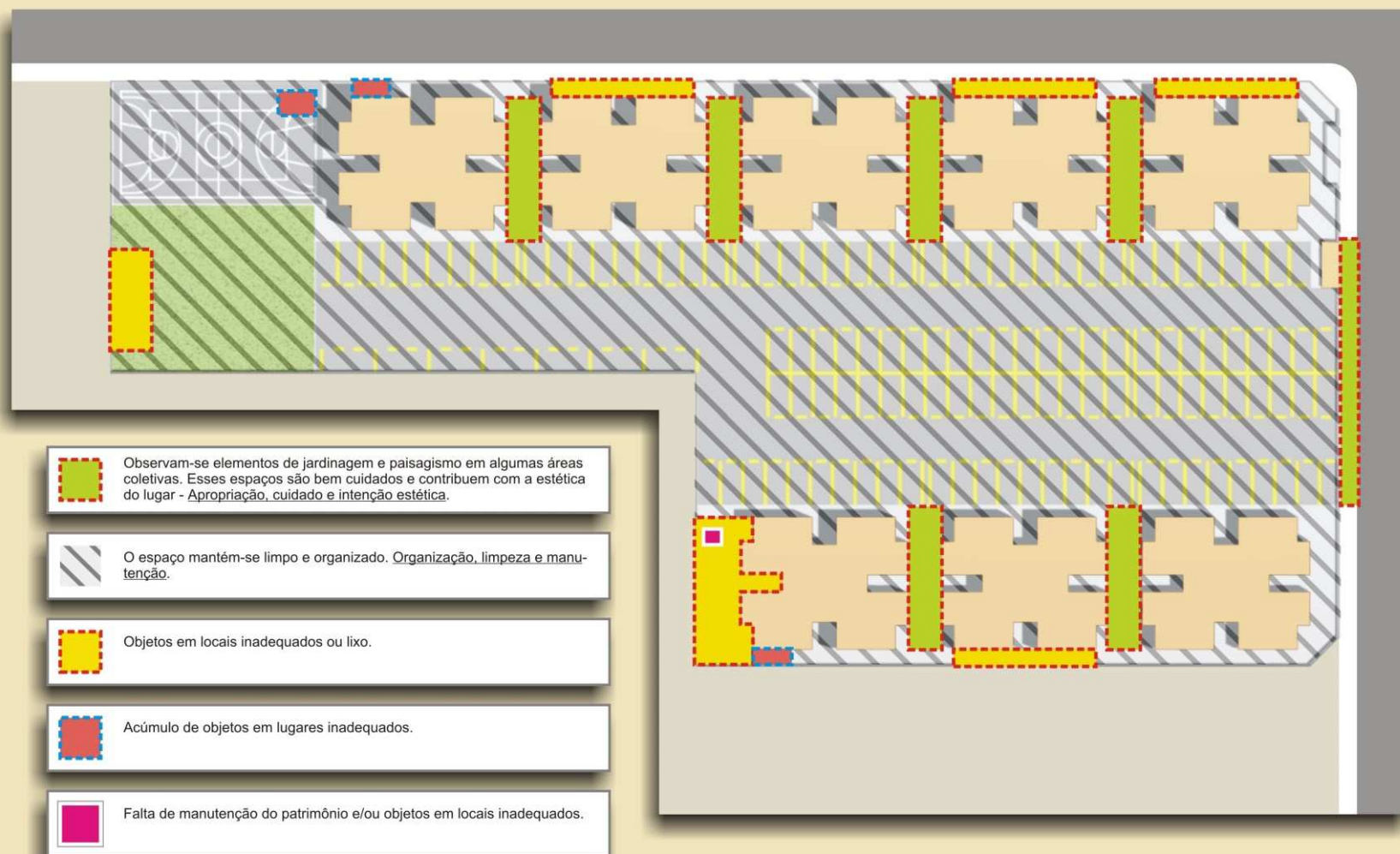


Figura 16 – Funcionalidade do Lugar. Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014.

ORGANIZAÇÃO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO - CARTOGRAFIA - RESIDENCIAL ATALAIA



Observamos a Organização, Limpeza e Manutenção do espaço sistematicamente durante 10 dias, segundo a frequência, volume e visibilidade dos objetos espacializados.

Figura 17 – Organização, limpeza e manutenção do lugar. Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014.

ORGANIZAÇÃO, LIMPEZA E MANUTENÇÃO - CARTOGRAFIA - RESIDENCIAL ATALAIA

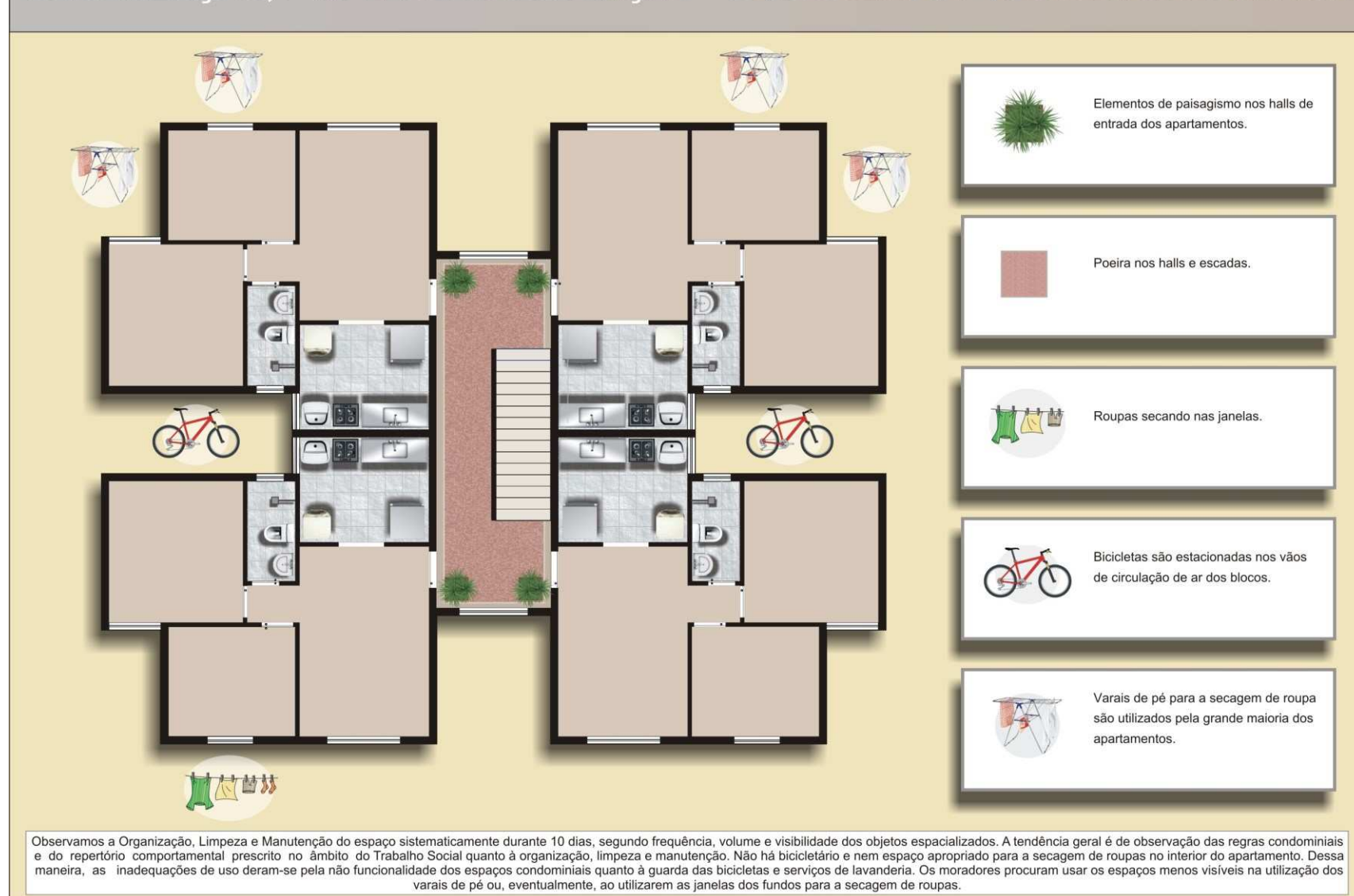


Figura 18 – Organização, limpeza e manutenção do lugar. Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014.

SOCIABILIDADE DO LUGAR - CARTOGRAFIA - RESIDENCIAL ATALAIA

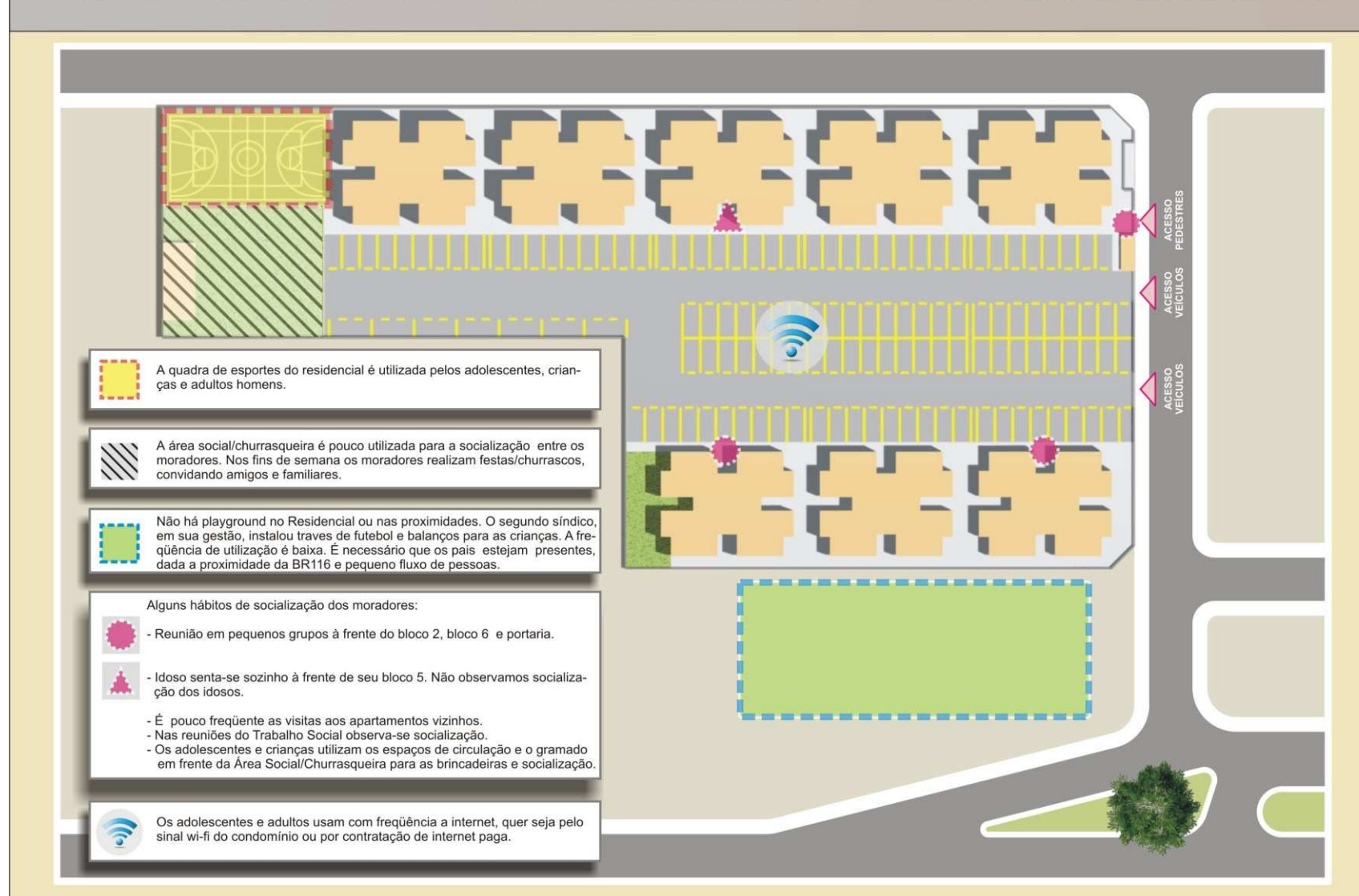


Figura 19 – Sociabilidade do Lugar. Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG, 2014.

6.3. Lugar desejado?

Esta seção apresenta os resultados do questionário aplicado em 59 moradores, correspondendo a 59 unidades habitacionais. Inicialmente, investigou-se a preferência entre a moradia anterior e a atual. As outras questões referiram-se às variáveis de habitabilidade eleitas, nas escalas bairro, residencial e apartamento. Dessa maneira, têm-se a percepção e o índice de satisfação do morador quanto ao novo espaço. Ao final, investiga-se a perspectiva de vínculo do morador ao novo território.

6.3.1 *Preferência do morador entre a moradia anterior e a atual*

Investigando a preferência entre a moradia anterior e a atual, 52,54% dos entrevistados manifestaram preferência pela nova moradia, e 33,91% pela anterior, determinada pela localização, e/ou pela tipologia, e/ou pelos vizinhos e/ou pela adequação da unidade habitacional às suas necessidades. Dentre os entrevistados, 13,55% não manifestaram sua preferência, dos quais 11,86% apenas declararam que a moradia anterior era pequena ou inadequada à família (Tabela 1).

Tabela 1 – Preferência do morador entre a moradia anterior e a atual, 2014

Preferência entre a Moradia Atual e a Anterior	Porcentagem (%)
Gosta mais da moradia atual	52,54
Gostava mais da moradia anterior	33,91
Não declarou preferência	11,86
Não respondeu à questão	1,69

Os moradores são originários de bairros periféricos da cidade de Governador Valadares, MG, onde pagavam aluguel, coabitavam ou residiam em imóveis de familiares. Alguns estudos afirmam que a satisfação dos moradores da habitação social deriva-se também da vulnerabilidade socioespacial anterior à mudança (KOWALTOWSKI *et al.*, 2006, 2009). A questão pode ser mais bem compreendida pelo desdobramento analítico dos vários aspectos do habitar, o que este trabalho pretende. Os resultados apresentados na Tabela 1 sinalizam maior percentual de relação positiva com o lugar. Aqueles que não manifestaram sua

preferência – 13,56% – ocupam um lugar subjetivo de incerteza quanto à preferência ou optaram por não declarar.

Apenas 11,86% expressaram sua situação de vulnerabilidade quanto a morar “de favor” ou em relação ao tamanho e desconforto da unidade habitacional anterior. Quanto ao elemento determinante da preferência pela moradia anterior temos que 16,95% afirmam que sua preferência pela moradia anterior é determinada pela comparação entre as unidades habitacionais, 15,25% pela comparação entre os bairros, 6,78% relacionado aos vizinhos e 5,08% porque não gostam de viver em condomínio. Alguns moradores apontaram mais de um determinante, desdobrando-se os percentuais anteriores assim: 11,86% determinado pela unidade habitacional; 10,17% somente pelo bairro; 3,39% somente pelos vizinhos; 1,69% pela tipologia; 1,69% pela unidade habitacional e vizinhos; 1,69% pela unidade habitacional e bairro; 1,69% pela unidade habitacional, bairro e tipologia, e, por fim, 1,69% pelo bairro, vizinhos e tipologia.

O reduzido número de moradores que expressaram preferência determinada pela tipologia unifamiliar – 5,08% – revela adaptabilidade em relação ao espaço multifamiliar, o que nos remete ao *habitus* (BOURIDEU, 2011b), o qual possibilita ao sujeito aceder a novas situações em termos de práticas sociais. Esse dado do questionário corrobora nossa observação em campo, quando considerados o discurso dos moradores sobre o lugar.

Aqueles que ainda preferem o bairro e vizinhos anteriores remetem-nos aos conceitos de *enraizamento* e *apego ao lugar* (WEIL, 2001). São laços construídos pela memória e experiência comunitária no cotidiano. Nestes três anos no Residencial, já houve laços de amizade entre os moradores do Residencial e os vizinhos do bairro, os percentuais de preferência corroboram o aspecto positivo relacionado à prospecção de topofilia (TUAN, 1980) no novo morar.

Mas, o modelo financeiro do financiamento habitacional subsidiado põe o usuário face à dubiedade fundamental da relação com o espaço. O subsídio do governo federal, o qual impõe um tempo mínimo de residência no Residencial – dez anos –, fixa o sujeito pelo valor de troca e não necessariamente pelo valor de uso. A relação por seu valor de uso é condição para o estabelecimento da topofilia,

desejável para o bem-estar do beneficiário do programa e para a sustentabilidade do empreendimento. A rigor, o horizonte de uma política de bem-estar social deve estabelecer sempre melhoria no *status* social, cujo contraponto é a vulnerabilidade. Isso quer dizer que a possibilidade de mudança para uma habitação ainda melhor é desejável, enquanto o que caracterizaria o malogro da política habitacional é o retorno à situação anterior.

6.3.2 Satisfação e demandas relacionadas ao apartamento

A satisfação com a estética do apartamento é de 86,44% (Tabela 2). Mas as inserções de elementos compositivos da arquitetura e a escolha dos móveis pelos próprios moradores determinaram a satisfação em 37,29% dos respondentes (Tabela 3); 47,46% afirmaram ter gostado do apartamento antes mesmo da mudança; 13,56% afirmaram ter inserido elementos compositivos no apartamento, tais como, colocação de pisos, detalhes do banheiro, gesso no teto entre outros. A estética do ambiente interno é mais valorizada quanto à satisfação do morador do que a fachada, como observado por Reis e Lay (2003). Podemos afirmar que o alto índice de satisfação com a estética do apartamento aponta para a vinculação com o lugar.

Tabela 2 – Identificação dos moradores do Residencial Atalaia com a estética do apartamento, 2014

Satisfação com a Estética do Apartamento	Percentagem (%)
Gosta do apartamento	86,44
Não gosta	6,78
Não respondeu	6,78

Tabela 3 – Satisfação dos moradores do Residencial Atalaia com a estética do apartamento. Razões apontadas pelos moradores, 2014

Nuances da Satisfação com a Estética do Apartamento	Percentagem (%)
Sempre gostei da aparência mesmo antes de morar	33,90
Sempre gostei, mas gosto principalmente pelos moveis/objetos	13,56
Gosto, principalmente, porque escolhemos os móveis/objetos.	20,34
Gosto da Aparência	1,69
Fiz modificações para me sentir à vontade e gostando de morar	13,56
Fiz modificações [...] e, principalmente, pelos móveis e objetos.	3,39

O processo de identificação ou personalização do ambiente também foi apontado como relevante na determinação da satisfação com a UH. A personalização do ambiente relaciona-se com a poética do espaço (BACHELARD, 1993), ou com um habitar sensível a partir do que o morador cria um traço formal próprio (LEFEBVRE, 2006). Nesse sentido, a capacidade financeira do morador para personalizar seu ambiente figura como variável importante a ser considerada na política.

A satisfação garantida pelo valor estético do espaço interno (REIS; LAY, 2003) associada à relação positiva com a vizinhança do bairro, como veremos em uma próxima seção, compõem a prospecção de vínculo com o lugar. A autoestima garantida pelo laço social (TUAN, 1980) conta no estabelecimento de bem-estar do sujeito.

O desconforto quanto à territorialidade e segurança no apartamento foi expresso por 23,73% (Tabela 4). O percentual daqueles que se sentem confortáveis ou pelo menos não expressaram desconforto – 71,19% – demonstra adequação para a maioria das pessoas, quer seja pela própria configuração espacial ou capacidade de adaptação subjetiva. Cabe anotar que o impacto de uma melhoria no funcionamento da portaria, por exemplo, poderia desdobrar-se em percepção positiva na experiência de ocupação até mesmo da unidade habitacional, aumentando o número de moradores que se sentem confortáveis quanto à territorialidade e segurança.

Tabela 4 – Territorialidade nos apartamentos do Residencial Atalaia segundo a percepção dos moradores. 2014

Territorialidade no Apartamento	Porcentagem (%)
Sinto-me confortável	49,16
Não me sinto confortável	23,73
Tenho tranquilidade em relação aos vizinhos	10,17
O apartamento é protegido em relação às pessoas indesejadas	10,17
Fiz modificações para assegurar a territorialidade	1,69
Não respondeu	5,08

A falta de privacidade no interior do apartamento em relação aos vizinhos e familiares foi apontada por 8,47% e 16,96% dos respondentes, respectivamente.

Apenas 5,08% apontaram incômodo de forma geral quanto à privacidade. A insatisfação em algum nível quanto à privacidade é de 30,51% (Tabela 5). Embora exista insatisfação quanto à privacidade por parte dos moradores, essa não foi uma queixa frequente em nossa observação direta ou *walkthrough*. De certa forma, podemos entender que nessa dimensão os problemas não são de grande impacto para a maioria dos moradores.

Tabela 5 – Privacidade nos apartamentos do Residencial Atalaia, segundo a percepção dos moradores, 2014

Privacidade no Interior do Apartamento	Percentagem (%)
Tenho privacidade em relação aos membros da minha família	40,68
Tenho privacidade na utilização das portas/janelas, embora não seja perfeita.	23,73
Não tenho privacidade em relação aos membros da minha família	8,47
Não tenho privacidade em relação aos vizinhos	16,96
Incomoda-me a falta de privacidade no espaço interno	5,08
Mudei meus hábitos para manter a minha privacidade	5,08

A ambiência no interior do apartamento também satisfaz os moradores, e apenas 18,65% expressaram insatisfação em algum dos itens apontados (Tabela 6). Na observação direta e *walkthrough* a acústica figura como o mais citado entre as demandas por modificações na ambiência.

Tabela 6 – Ambiência dos apartamentos do Residencial Atalaia segundo a percepção dos moradores, 2014

Ambiência do Apartamento	Percentagem (%)
Amplamente confortável	37,29
Confortável embora não totalmente	28,82
Algum item não confortável	18,65
Confortável em relação aos quatro itens apontados	5,08
Fez modificações para se sentir confortável	5,08
Confortável em relação aos 04 itens e circulação	3,39
Confortável quanto à disposição dos móveis	1,69

Quanto ao atendimento do apartamento aos hábitos e necessidades dos moradores, apenas 11,86% (Tabela 7) demonstraram insatisfação. A demanda pelo aumento do tamanho da cozinha foi de 62,72%, e sobressaiu-se como a mais importante (Tabela 8). O problema funcional do apartamento é, pois, relativo às dimensões da

Tabela 7 – Funcionalidade dos apartamentos do Residencial Atalaia, segundo a percepção dos moradores, 2014

Funcionalidade e <i>Layout</i> Apartamento	Percentagem (%)
A divisão do apartamento me atende	25,42
Embora não seja perfeito, o apartamento me atende	32,21
O apartamento não atende	11,86
Não respondeu	30,51

Tabela 8 – Funcionalidade dos apartamentos do Residencial Atalaia. Adequações ou inadequações apontadas pelos moradores, 2014

Principais Demandas Quanto aos Cômodos	Percentagem (%)
Cozinha deveria ser maior possibilitando as refeições nela	62,72
Deveria haver mais quartos	21,12
Preferia que não houvesse a abertura entre a cozinha e sala	10,17
Satisfação	
O tamanho da sala é adequado às funções	32,20
O banheiro é adequado às funções	23,73

cozinha/área de serviço. O programa poderia rever as especificações mínimas dessa área, qualificando-a funcional e esteticamente. Dessa maneira, os produtos de lavanderia e de limpeza estariam menos expostos e seria garantido maior conforto na utilização das áreas.

O alto índice de abstenção da resposta relacionada à funcionalidade e *layout* do apartamento (30,51%) pode ser interpretado pelo lugar subjetivo de adaptação em processo ou, ainda, porque há satisfação de forma geral com o apartamento – apenas 16,95% apontaram preferência pelo endereço anterior em função da unidade habitacional.

O tamanho da sala e a funcionalidade do banheiro foram os elementos mais apontados enquanto adequação da unidade habitacional (Tabela 8). Nossa observação direta corrobora a percepção dos moradores. De fato, a sala e o banheiro são os espaços que apresentam maior adequação ao cotidiano dos moradores.

6.3.3 Satisfação e demandas relacionadas ao Residencial Atalaia

Há satisfação de 74,58% dos moradores em relação à estética do Residencial (Tabela 9). Já em relação aos vizinhos, apenas 11,86% demonstraram identificação entre si (Tabela 10). Aqueles que dizem não se identificar – 52,55% – com os vizinhos afirmam conviver bem. Alguns moradores que não expressaram identificação com os vizinhos qualificaram sua relação social como cordial, formal, educada, respeitosa e, ainda, pelo silêncio. Podemos classificar o comportamento social desses moradores como adaptados ou em adaptação. Apenas 3,39% afirmaram não gostar dos vizinhos.

Tabela 9 – Identidade dos moradores do Residencial Atalaia com a estética do Residencial, 2014

Identificação do Morador com o Residencial Atalaia – Estética	
Estética	Porcentagem (%)
Gosta de sua estética	74,58
Não gosta de sua estética	3,39
Não respondeu	22,03

Tabela 10 – Identidade dos moradores do Residencial Atalaia com a vizinhança do Residencial, 2014

Identificação do Morador com o Residencial Atalaia – Vizinhos	
Vizinhos	Porcentagem (%)
Identifica-se com os vizinhos	11,86
Não se identifica com os vizinhos/boa convivência	52,55
Não gosta da convivência no residencial	3,39
Não respondeu	32,20

Se o comportamento atual é amistoso, possivelmente a resistência ao convívio mais estreito tenda a atenuar-se, dado maior distanciamento do período em que havia conflitos. O número de respondentes que se abstiveram de responder sobre a vizinhança do Residencial é de 32,20%. Este número pode referir-se a posicionamentos negativos ou mesmo dúvida quanto à sua percepção quanto aos vizinhos.

Quanto à funcionalidade das áreas e equipamentos coletivos associados ao cotidiano dos moradores, a percepção de inadequação está associada à gestão condominial, e não propriamente à configuração espacial. O problema do

interfone foi citado por 74,58% dos respondentes e 27,12% declararam inadequado o funcionamento do portão de entrada do condomínio (Tabela 11). As escadas e os corredores foram citados por 16,95% dos respondentes. Neste item, o problema relaciona-se, propriamente, à limpeza correlacionada à gestão condominial. A falta de abertura eletrônica do portão dos blocos, associada ao comportamento irregular daqueles que não o mantêm fechado após as 20h, conforme estabelecido em assembleia, também é motivo de insatisfação dos moradores – 13,58%. Os moradores expressavam com frequência o desejo que houvesse um portão social com dispositivo eletrônico de abertura.

Tabela 11 – Equipamentos e espaços do conjunto com problemas quanto à funcionalidade segundo os moradores do Residencial Atalaia, 2014

Funcionalidade e Conforto - Áreas e Equipamentos Coletivos	Porcentagem (%)
Interfone	74,58
Corredores e escadas	16,95
Estacionamento	18,64
Portão de entrada dos blocos	13,58
Lixeiras	13,58
Portão do estacionamento	6,78
Todos os equipamentos não funcionam adequadamente	1,69
Não apontaram problemas	10,17

Os 18,64% de insatisfação quanto ao estacionamento referem-se diretamente ao desenho arquitetônico (Tabela 11). Os estacionamentos são individualizados, no entanto, alguns moradores estão insatisfeitos com a distância da sua vaga em relação ao seu bloco (Figura 20). Esta queixa é referida muito mais à comodidade do que à funcionalidade.

Quanto ao desejo de modificação ou inserção de itens nos espaços coletivos destacam-se as coberturas no estacionamento e na quadra. A instalação de equipamentos de ginástica foi citada espontaneamente por 15,25% dos moradores (Tabela 12).



Figura 20 – Vista do estacionamento descoberto. Residencial Atalaia, 2014.

Tabela 12 – Demandas dos moradores do Residencial Atalaia quanto a funcionalidade das áreas e equipamentos do conjunto, 2014

Demandas por Adequação	Porcentagem (%)
Estacionamento coberto	55,93
Quadra coberta	33,90
Árvores	22,03
Aparelho de Ginástica	15,25
Área de festas maior	11,86
Quadra em outro local	6,78

Observamos que não houve manifestação espontânea quanto à instalação de bicicletário no condomínio, embora a solução de alocar as bicicletas nas áreas de iluminação/circulação dos blocos prejudique a estética e, possivelmente, a privacidade dos moradores do térreo. Grande percentual de moradores utiliza esse veículo, quer seja para locomoção para o trabalho ou mesmo para movimentar-se no bairro.

Com relação às áreas coletivas, 79,66% declararam que elas são importantes. (Tabela 13). Dentre os moradores que reconhecem a importância destas áreas, 54,23% não as utilizam. Este percentual de moradores que declara não utilizar as áreas, provavelmente, reflete principalmente os adultos e idosos. O perfil do morador atendido pelas áreas de uso coletivo pode ser definido assim: crianças e adolescentes usuários da quadra, e algumas famílias que mantêm o hábito de

Tabela 13 – Sociabilidade dos moradores do Residencial Atalaia. Percepção quanto aos espaços coletivos, 2014

Sociabilidade no Residencial Atalaia	Porcentagem (%)
Pensam que os espaços coletivos são muito úteis ou importantes	79,66
Declararam que não utilizam	54,23
Pensam que os espaços são mais problemáticos que vantajosos	15,25
Demanda por <i>playground</i> para as crianças	62,71
Demanda por espaços de lazer e sociabilidade inexistentes no condomínio	23,73
Demanda por mais socialização no condomínio	8,47
Declararam que a quadra é bem utilizada	23,73
Declararam que a área de churrasco é bem utilizada	13,56
Declararam que os espaços são subutilizados	3,39

realizar festas na área da churrasqueira. Mas os moradores reconhecem a utilidade da área para outras faixas etárias. Apenas 8,47% dos moradores demandaram maior socialização no condomínio, embora os espaços e dinâmica socioespacial informe-nos quanto à necessidade de maior interação. Este percentual pode ser atribuído a acomodação em relação a pouca interatividade ou porque estão satisfeitos com a situação.

Não há áreas específicas para a socialização no cotidiano dos adultos, Não podemos afirmar em que nível isso contribua para o distanciamento entre os vizinhos, mas, como é sabido, o lazer e laço social humanizam o espaço, constituem uma necessidade psicossocial (AUGÉ, 1994; SIMMEL, 2006), correspondem estruturalmente a propósitos sociais (SIMMEL, 1993), enfim, são constituidoras de qualidade de vida.

O montante de 62,71% (Tabela 13) de demanda por um *playground* coincide com a criação de um espaço improvisado para as brincadeiras e o futebol no terreno vazio contíguo ao Residencial. Nota-se que o aporte de recursos que atenda a esta lacuna socioespacial não deve ser muito representativo, o que poderia ser atendido pelos programas habitacionais. O balanço improvisado no terreno ao lado poderia ser transferido para o espaço interno do condomínio. Há aqui uma solução possível pela gestão do espaço, que se adequaria ao espaço concebido.

Dentre os entrevistados, 33,90% (Tabela 14) têm percepção negativa quanto à territorialidade no Residencial. Desses, 20,34% atribuem sua insatisfação à inadequação das áreas.

Tabela 14 – Territorialidade no Residencial Atalaia, segundo a percepção dos moradores, 2014

Territorialidade no Residencial Atalaia	Porcentagem (%)
Sinto-me confortável em relação à utilização das áreas coletivas	38,98
Não me sinto confortável	13,56
Não me sinto confortável/inadequação das próprias áreas/invasivo	20,34
O muro e o porteiro são eficazes quanto à territorialidade	54,24
Inseri elementos para me sentir mais confortável quanto ao espaço	8,47
Não é comum ver pessoas estranhas no condomínio	6,78
Não respondeu à questão	5,08

Os moradores apontaram as inadequações que mais incomodam: a área da churrasqueira associada ao incômodo que causa aos vizinhos e a utilização das áreas externas para secagem de roupas, uma vez que não há espaço no interior do apartamento para tal, são apontadas por 13,56% e 8,47% respectivamente (Tabela 15). As respostas dos moradores demonstram que o comportamento do morador é secundário quanto ao aspecto da territorialidade, pois podemos relacionar o tamanho da área de serviço e a falta de barreira visual ou de hierarquização espacial não espaço social ao incômodo.

Tabela 15 – Territorialidade no Residencial Atalaia. Percepção dos moradores quanto à inadequação das áreas de uso coletivo, 2014

Territorialidade Residencial Atalaia – Respostas Espontâneas Quanto à Inadequação na Utilização das Áreas	Porcentagem (%)
A utilização da churrasqueira em função do incômodo que causa aos vizinhos	13,56
A utilização das áreas externas para secagem de roupas	8,47
A utilização da quadra por moradores e visitantes	6,77
Festas fora do local e utilização privada de espaço coletivo	5,08
Respostas que conotam preocupação com segurança	5,08

Embora o percentual de respondentes que expressam seu incômodo relacionado à utilização das áreas externas para a secagem de roupas e quanto à experiência da territorialidade na utilização da área de churrasco não seja grande, no primeiro

caso há uma desqualificação funcional e estética, área de serviço; e, no segundo caso, uma desqualificação na dimensão territorialidade que reverbera na socialização dos moradores. Mesmo aqueles que não a utilizam ou são, primariamente, afetados por sua utilização colateralmente sofre seus efeitos.

6.3.4 Satisfação e demandas relacionadas ao bairro e entorno

69,46% não se manifestaram quanto à estética do bairro, e apenas 16,95% demonstraram satisfação quanto a este item (Tabela 16). Um percentual relativamente alto – 61,01% – demonstrou satisfação com a vizinhança (Tabela 17). Dentre aqueles que não responderam sobre satisfação ou insatisfação com a aparência (69,46%, Tabela 16) e/ou vizinhança (33,14%, Tabela 17), 37,29% (Tabela 18) apresentaram disposição para gostar do bairro. Esse último dado também é relevante na consideração de disposição para um processo de adaptação ao bairro.

Tabela 16 – Identificação do morador do Residencial Atalaia com a estética do bairro, 2014

Identificação do Morador com o Bairro – Estética	Percentagem (%)
Gosto da aparência do bairro	16,95
Não gosto da aparência do bairro	13,59
Não se manifestaram	69,46

Tabela 17 – Identificação do morador do Residencial Atalaia com a Vizinhança do Bairro, 2014

Identificação do Morador com o Bairro – Vizinhos	Percentagem (%)
Gosto da vizinhança do bairro	18,64
Gosto da vizinhança do bairro e fiz amigos	42,37
Não gosto da vizinhança do bairro	5,85
Não se manifestaram	33,14

Tabela 18 – Identificação do morador do Residencial Atalaia com o Bairro de forma geral, 2014

Identificação do Morador com o Bairro	Percentagem (%)
Procuram gostar do bairro	37,29
Não respondeu a nenhum item da questão	3,39

O alto percentual de abstenção da resposta sobre a estética pode ser compreendido pelas características formais do bairro mesmo – típico bairro de periferia – e suas

reverberações no simbólico da cidade, pois, por um processo de estereotipia, são associados à violência e à pobreza. Nesse sentido, podemos compreender a ausência de respostas, as quais poderiam ser negativas. De outro modo, a socialização dos moradores tem sido estabelecida no bairro, dimensão socioespacial importante na determinação de autoestima (TUAN, 1980).

Se considerarmos que a autoestima do morador está relacionada muito mais à amizade e respeito cultivados na relação com os vizinhos (TUAN, 1980), podemos dizer que potencialmente dar-se-á a tofília dos moradores ao bairro. Afinal, autoestima deve ser associada a uma sensação de bem-estar atrelada ao lugar, reforçando o gosto por este.

Associando os dados coletados pelo questionário ao observado diretamente, vimos que não há demandas expressas dos moradores quanto à aparência do bairro. Alguns moradores manifestaram vontade de maior proximidade com os vizinhos. Se associarmos este desejo com o nível de satisfação com os vizinhos, mais uma vez prospectamos o vínculo com o lugar fomentado. A ausência de áreas sociais na escala do Residencial e do bairro pode ser considerada uma das maiores deficiências do lugar concebido.

Conforme Tabela 19, 57,63% dos moradores sentem-se seguros no bairro. Do percentual restante, ou expressaram sentimento de insegurança ou apenas reconhecem insegurança no território; alguns não se manifestaram claramente quanto a esta dimensão. Como anotamos em outra seção, os lugares de origem dos moradores têm o estigma da violência, portanto, o aspecto de segurança do lugar não é de fácil abordagem pelos moradores se houver a comparação entre os lugares. Possivelmente, houve um ganho quanto a este aspecto. No entanto, esta pesquisa não investigou com profundidade os dados objetivos da violência no local.

Consideramos que há uma relação da insegurança urbana com a compacidade a vivência do espaço público. Primeiramente porque há o medo de sofrer violência a que estamos sujeitos nos espaços públicos, mas, também, porque a falta de circulação de pessoas em determinado lugar compõe o índice de elementos

Tabela 19 – Satisfação dos moradores do Residencial Atalaia com a segurança pública no conjunto e no bairro, 2014

Segurança no Bairro	Porcentagem (%)
Sentem-se seguros	57,63
Sentem-se inseguros	25,42
Reconhecem violência	6,78
Não identificada segurança ou insegurança	3,39
Declararam não saber responder	3,39
Não responderam	3,39

determinantes da violência urbana (VIEIRA, 2002). Os moradores vinculam sua tranquilidade ao âmbito estritamente privado da unidade habitacional. Ouvimos com frequência que eles vivem no aconchego do seu apartamento, onde se sentem seguros de fato. Não nos parece que a dimensão segurança seja um problema que determine resistência ou inadaptação ao espaço. Porém, 46,87% dos moradores do térreo instalaram grades nas janelas de seus apartamentos, o que pode indicar uma preocupação com a segurança e, correlativamente, a decisão de qualificar o espaço neste aspecto.

A criminalidade das cidades brasileiras é determinada em boa medida pelo tráfico e uso de drogas, o que se concentra nos bairros mais pobres (ZALUAR, 2004; RIBEIRO, 2011), sendo este tipo de território mais vulnerável à violência. No Residencial não se apresentaram problemas de segurança importantes. Foi relatado apenas um roubo de bicicleta no local. No bairro e entorno a segurança não foi investigada de forma ampla. Ribeiro (2011) apresenta uma cartografia de crimes violentos em 2009 e 2010 em Governador Valadares, a qual corrobora a vinculação da violência a bairros cuja segregação social é evidente.

Moradores do entorno do Residencial Atalaia dão depoimento de que há violência no bairro Atalaia vinculada ao tráfico de drogas. No entanto, os moradores referiam-se a outros bairros da redondeza como mais violentos.

Quanto aos aspectos relacionados à localização e à mobilidade urbana, 67,79% consideram o bairro distante do centro ou do trabalho; 20,33% utilizam o transporte público, mas não sentem desconforto quanto a isso; os demais – 11,88% – não utilizam o transporte público e não consideram difícil a mobilidade

urbana (Tabela 20). Uma das respondentes, professora de escola municipal, solicitou transferência para a unidade do trabalho no próprio bairro. Inferimos que o alto índice de insatisfação com a localização deve-se, objetivamente, à distância (9 km até o Centro), perfazendo uma média de distância superior à média do trajeto entre o bairro antigo e os locais de trabalho.

Tabela 20 – Satisfação dos moradores do Residencial Atalaia com a mobilidade urbana, 2014

Mobilidade Urbana	Porcentagem (%)
Consideram muito distante do trabalho e/ou do centro da cidade	67,79
Não consideram longe ou desconfortável o deslocamento	20,33
Não utilizam transporte público	11,88

Os equipamentos públicos – saúde, educação – e, também, o comércio são deficientes ou precários pelo menos quanto a algum dos itens para 74,58% dos moradores do Residencial Atalaia (Tabela 21).

Tabela 21 – Satisfação dos moradores do Residencial Atalaia com os equipamentos públicos no entorno do conjunto, 2014

Equipamentos Públicos	Porcentagem (%)
Atendem plenamente	18,64
Pelo menos um não atende plenamente	52,54
Pelo menos um atende precariamente	22,05
Atendem, mas, demandam por pequenas adequações.	5,08
Não responderam	1,69

A implantação dos empreendimentos do PMCMV é autorizada, se viável quanto aos elementos mínimos habitabilidade urbana dispostas pelo Ministério das Cidades. No entanto, os moradores do Residencial Atalaia demandam por melhorias nos equipamentos de saúde, de educação e também por um comércio mais rico. Quanto à integração de políticas públicas para o atendimento às demandas dos novos moradores no bairro Atalaia, constatamos que não houve problemas para absorção da procura por vagas em escolas, uma vez que os moradores, em sua maioria, não estão em idade escolar; ou quanto aos equipamentos de saúde porque utilizam estes serviços no Centro. Grande parte das

famílias tem plano de saúde municipal ou, por trabalhar no Centro, utilizam os serviços desta região, bem como seu comércio.

Verificamos na observação direta que, na escala do bairro, os moradores expressam insatisfação principalmente em relação ao comércio.

Embora apenas 5,08% tenham declarado que existem espaços de socialização no bairro, 45,78% dos moradores estão satisfeitos com o nível de socialização por adaptação (Tabela 22). Observa-se que este percentual pode ser atribuído a identificação com os vizinhos. 71,19% manifestaram demanda por espaços e equipamentos afetos à sociabilidade no bairro – espaços comunitários e aparelhos de ginástica.

Tabela 22 – Satisfação dos moradores do Residencial Atalaia com os equipamentos de socialização no entorno do conjunto, 2014

Sociabilidade no Bairro e Entorno	Porcentagem (%)
Oferece espaços/equipamentos	5,08
Não oferece espaços/equipamentos	42,37
Não oferece, mas, há sociabilidade por adaptação.	45,78
Oferece, mas não os utilizo	1,69
Demandou equipamento sem declarar se há ou não	5,08
Demandas por equipamentos sociais – aparelhos de ginástica e espaços comunitários.	71,19

A ausência de espaços de socialização, praças e parques possivelmente tornaria menos célere e forte a vinculação com o local. Entretanto, muitos dos moradores se adaptam ao existente. E, mais ainda, consideramos que se há demanda específica por equipamentos sociais é porque o morador vislumbra um horizonte de fixação no lugar.

6.3.5 Percepção dos moradores relacionada à utilização das áreas coletivas e a efetividade do trabalho social

O comportamento requerido dos moradores implica manutenção, limpeza, organização do espaço e boa convivência. Nossa análise associa o comportamento e demandas dos moradores à configuração espacial, mas, também, à efetividade do Trabalho Social desenvolvido com os moradores.

Em relação à utilização das áreas coletivas e do apartamento e à eficácia do trabalho de educação sanitária, ambiental e patrimonial, temos que 67,79% consideram o Trabalho Social importante; 8,47% afirmam que mesmo sem o Trabalho Social haveria consciência quanto à boa utilização do patrimônio; 23,73% não se manifestaram quanto à importância do Trabalho Social (Tabela 23).

Tabela 23 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto à importância do Trabalho Social para a conservação do patrimônio, 2014

Percepção Quanto à Importância Trabalho Social	Porcentagem (%)
TS importante quanto ao bom uso do patrimônio	64,41
TS importante/ mas não indispensável bom uso do patrimônio	3,39
TS dispensável quanto à boa utilização do patrimônio	8,47
Não se manifestaram quanto à importância do TS	23,73

A organização e a estética do condomínio na percepção de 8,47% dos entrevistados são prejudicadas pelo uso inadequado dos espaços, desde o interior do apartamento às áreas externas; 16,95% não veem problemas no comportamento quanto à manutenção, organização e estética; 47,46% percebem algum problema comportamental quanto ao uso dos espaços e 22,05% não responderam à questão (Tabela 24).

Tabela 24 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto à utilização das áreas relacionada à manutenção, organização e estética do conjunto, 2014

Utilização das Áreas – Manutenção, Organização e Estética	Porcentagem (%)
Apropriadamente quanto à manutenção	15,25
Apropriadamente quanto à manutenção, mas inadequadamente quanto à organização/estética	1,69
Utilizam inadequadamente e impacta na estética e/ou organização	30,51
Utilizam inadequadamente e impacta na estética e/ou organização, mas sempre tem havido necessidade de reparos, às vezes são realizados	5,08
Utilizam inadequadamente e impacta na estética e/ou organização impacta na estética e/ou organização; e reparos às vezes não são realizados	8,47
Utilizam apropriadamente as áreas externas	3,39
Por falta de recursos financeiros é que há problemas	13,56
Não se manifestaram quanto à utilização das áreas	22,05

O impacto do Trabalho Social nas práticas de limpeza foi reconhecido por 33,91%, desde a consideração de sua indispensabilidade até sua relevância pontual das práticas relacionadas ao lixo; 13,56% afirmaram não ter sido efetivo ou ser dispensável o Trabalho Social realizado; 45,74% não se manifestaram. Sobre o comportamento dos moradores em relação à limpeza, 44,06% manifestaram-se positivamente (Tabelas 25 e 26).

Tabela 25 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto à limpeza do conjunto e sua relação com o Trabalho Social, 2014

O Trabalho Social e a Limpeza	Porcentagem (%)
Trabalho Social foi indispensável	23,73
Trabalho Social ajudou muito	10,17
Trabalho Social tratou do lixo	6,78
Trabalho Social não ajudou muito	13,56
Não se manifestaram quanto ao Trabalho Social	45,76

Tabela 26 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto ao comportamento relacionado à limpeza no Residencial, 2014

Percepção dos Moradores Quanto à Limpeza	Porcentagem (%)
Cuidam bastante da limpeza	15,25
Têm bons hábitos de limpeza	28,81

Esses números remetem-nos à gestão condominial e suas deficiências. Nota-se que consideramos o aspecto financeiro como principal elemento na questão. Se o valor do condomínio recobrisse as despesas com a contratação de faxineiro, a percepção de limpeza e organização, provavelmente, seria mais positiva.

Sobre a coleta de lixo municipal, 45,76% responderam que funciona bem, 5,08% afirmaram que não funciona, e 49,16% não responderam a essa questão específica. Quanto à disposição da lixeira do condomínio, 30,51% afirmaram que ajuda no comportamento relacionado ao lixo doméstico (Tabela 27). No período de observação a coleta de lixo foi realizada regularmente e o comportamento dos moradores relacionado ao condicionamento e depósito do lixo também foi adequado.

A utilização do espaço de acordo com as regras formais ou pactuadas em assembleias é um fator importante na qualidade da socialização do condomínio. O

Tabela 27 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto aos serviços de limpeza urbano e seu impacto no conjunto, 2014

Serviços Urbanos – Coleta de Lixo	Porcentagem (%)
Coleta de lixo municipal funciona	45,76
Coleta de lixo municipal não funciona	5,08
Não se manifestaram quanto à coleta de lixo	49,16
Configuração Espacial e a Limpeza	
Disposição da lixeira ajuda na limpeza	30,51

Trabalho Social tem em seu escopo a contribuição para a observância de utilização do espaço com vistas à boa convivência. Segundo 33,90% dos moradores, o Trabalho Social foi importante para a boa convivência correlacionada à adequada utilização do espaço e equipamentos; 6,78% afirmaram a ineficiência do Trabalho Social quanto à questão, e 6,78% o consideraram desnecessário (Tabela 28). Alguns moradores abstiveram-se de responder a questão, o que pode ser associado ao percentual de participação nas reuniões do Trabalho Social em sua primeira fase. Segundo os moradores, boa parte dos beneficiários não participavam de suas atividades.

Tabela 28 – Percepção dos moradores quanto à eficácia do Trabalho Social para a adequada utilização das áreas e equipamentos relacionada à boa convivência, 2014

Importância Trabalho Social Utilização Adequada Equipamentos e seu Impacto na Boa Convivência	Porcentagem (%)
Trabalho Social foi importante	33,90
Trabalho Social não foi eficaz	6,78
Trabalho Social foi desnecessário	6,78

A boa convivência foi um dos itens privilegiados pelos técnicos envolvidos com o TS. O reconhecimento deste trabalho foi grande, 71,73% afirmam ter sido importante.

Ainda sobre a sociabilidade relacionada ao comportamento dos moradores na utilização das áreas e equipamentos coletivos temos: 55,43% afirmaram que utilização da água no condomínio é adequada, 38,98% manifestaram sobre a boa utilização da energia elétrica, 38,98% afirmaram que não há problema de convivência em relação à presença de animais no condomínio, 35,59%

consideraram que os objetos de paisagismo ou decorativos utilizados nas áreas coletivas estão de acordo com as regras, 23,53% consideraram que as janelas e corredores não são utilizados inadequadamente, 13,56% afirmaram que não há problema quanto ao barulho após as 22:00, e 11,86% não veem problemas relacionados a objetos sendo deixados em lugares inadequados. Quanto à convivência, de forma geral, apenas 23,73% não consideram que seja boa (Tabela 29).

Tabela 29 – Percepção dos moradores quanto à sociabilidade relacionada com a boa utilização das áreas e equipamentos coletivos, 2014

Utilização Adequada Equipamentos e seu Impacto na Boa Convivência	Porcentagem (%)
Moradores utilização a água de forma adequada	54,43
Moradores utilização a energia elétrica de forma adequada	38,98
Não há conflitos relacionados à presença animais domésticos	38,98
Itens de paisagismo e decorativos utilizados adequadamente	35,59
Não há problemas relacionados ao barulho após 22 horas	13,56
Não há problemas relacionados a objetos em lugares indevidos	11,86
Impacto negativo na convivência	23,73

Os percentuais acima referem-se à manifestação dos moradores quanto aos comportamentos adequados e seu impacto na convivência. Aqueles que não responderam positivamente à questão não necessariamente percebem negativamente estes itens comportamentais, pois podem simplesmente desconhecer estas variáveis. Cabe notar, no entanto, que apenas 23,73% consideram que os comportamentos referidos aos itens acima impactam negativamente na convivência de forma geral.

O funcionamento e gestão condominial foram objeto de ações do Trabalho Social, desde a preparação para a gestão à apresentação do conteúdo do Regimento Interno aos moradores. Dentre os entrevistados, 13,56% responderam que os moradores foram preparados para a gestão condominial; 27,12% consideraram a atuação dos síndicos como “competente”, e/ou competente e exercem papel importante na organização do condomínio – perfazendo 27,12% de manifestação positiva quanto à atuação dos gestores. Para 47,76% houve orientação aos

moradores quanto ao papel do síndico e a importância de se respeitar sua administração (Tabela 30).

Tabela 30 – Declaração dos moradores do Residencial Atalaia quanto ao funcionamento do condomínio e sua relação com o Trabalho Social, 2014

Gestão e Funcionamento do CONDOMÍNIO	Porcentagem (%)
Os moradores foram preparados para a gestão	13,56
Os moradores foram orientados quanto ao papel do síndico	47,76
Síndicos competentes; ou competentes e exercem papel importante	27,12
Regras internas revistas em função de demanda interna	6,78
Não há ou há poucos problemas quanto à gestão	11,86
Moradores não lidam bem com o funcionamento/gestão /condomínio	11,86
Não há necessidade do TS quanto ao funcionamento do condomínio	3,39

Embora os percentuais acima informem apenas parcialmente percepção positiva dos moradores relacionada à efetividade do Trabalho Social relacionado à gestão e funcionamento condomínio – desde a competência do síndico à adesão ao repertório comportamental adequado dos condôminos –, apenas 11,86% dos moradores afirmam que os moradores não lidam adequadamente com a questão. Nesse caso, a falta de reconhecimento de que o Trabalho Social foi efetivo quanto à gestão e funcionamento condominiais pode ser em função da não participação do respondente em suas atividades.

Relativamente à Tabela 31, constatou-se que menos da metade dos entrevistados (45,76%) afirmaram que o valor do condomínio é compatível com a renda e, ainda, que houve informações sobre a necessidade do pagamento do condomínio no TS, no entanto, apenas 11,86% consideram que os moradores não lidam bem com a gestão do condomínio e que não houve esclarecimentos para tal. De fato, o valor atual de R\$ 40,00⁶⁰ adequa-se à renda familiar. Entretanto, alguns moradores entendem que o pagamento do condomínio não tem trazido benefícios, e que é superior ao pagamento da prestação do apartamento. Há um erro de avaliação quanto aos benefícios do pagamento de condomínio, uma vez que este tem funcionado relativamente bem.

⁶⁰ Corresponde a 0,05 do salário mínimo (1º de janeiro de 2015).

Um pequeno percentual (22,03%) considerou alta a inadimplência do condomínio, e 38,98% afirmaram que a inadimplência tem diminuído, pois os gestores e moradores têm tido consciência da necessidade de pagamento. Alguns entrevistados (33,90%) manifestaram que as contas negativas se devem à má administração. Os números demonstram que há envolvimento com as questões condominiais, pois, de fato, a inadimplência tem diminuído.

Tabela 31 – Percepção dos moradores do Residencial Atalaia quanto à inadimplência no condomínio, 2014

Aspecto Financeiro do Condomínio	Percentagem (%)
Valor do condomínio compatível com a renda	45,76
Contas negativas pela má administração	33,90
A inadimplência é alta sem ações para reverter a situação	22,04
A inadimplência tem diminuído pela consciência de todos	38,98
O trabalho social tratou de aspectos da economia doméstica	8,47

Outra demanda que se relaciona com a incompreensão relacionada à necessidade de pagamento da taxa condominial é a apresentação das “contas”, ou seja, receitas e despesas mensais. A transparência requerida poderá servir pedagogicamente para a conscientização daqueles que resistem ao pagamento, por não identificarem benefício no pagamento da taxa.

Embora a renda permita o pagamento da taxa atual de R\$ 40,00, o valor arrecadado não tem permitido manter profissional de limpeza e porteiros 24 horas; ou mesmo a economia para a solução de instalação de dispositivos eletrônicos nos portões, a partir do que seria possível a dispensa dos porteiros, como pontuamos anteriormente.

Quanto à organização formal do condomínio e adesão dos moradores às suas regras, o percentual de respondentes que afirmam conhecer o Regimento Interno do condomínio é de 54,24% (Tabela 32), o que demanda um trabalho de sensibilização para o conhecimento/reconhecimento das regras para as práticas socioespaciais. Os demais dados da tabela demonstram certo envolvimento do morador quanto às suas responsabilidades com a organização do lugar. O Trabalho Social, conforme relatórios de participação, estabeleceu espaço para que

os moradores pudessem participar ativamente das questões condominiais. Há uma disposição e capacidade subjetiva para tal identificada em nossa observação.

Inferimos que há reconhecimento do Trabalho Social quanto ao envolvimento com as regras condominiais estabelecidas ao verificarmos que apenas 3,39% afirmam que o TS é desnecessário.

Tabela 32 – Percepção dos moradores dos moradores quanto à Gestão Condominial e às regras formais do condomínio, 2014

Envolvimento e Estabelecimento das Regras Condominiais	Porcentagem (%)
Conhecem o Regimento Interno Condomínio	54,24
Contribuo para o cumprimento do Regimento interno/sugere revisão	13,56
Reconhecem revisão regras em função de demanda interna	6,78
Reconhecem efeito positivo das reuniões condominiais	20,34
Consideram desnecessário o Trabalho Social para Gestão Cond.	3,39
Não se manifestaram quanto às questões acima	1,69

6.4. Do pertencimento ao lugar

Um pequeno percentual de beneficiários (13,56%) expressou desejo de morar em outro lugar, identificado na Tabela 33 enquanto posição subjetiva de resistência dos moradores relacionada ao novo morar. 67,80% mantêm relação positiva com o Residencial Atalaia – o que inclui também a escala do bairro e da unidade habitacional –, considerando aqueles adaptados e em adaptação. A questão relacionada ao pertencimento permitiu respostas abertas ou abstenção, em 18,64% dos respondentes não foi possível apreender se havia perspectiva de viver ali por muito tempo.

Tabela 33 – Relação dos moradores com o novo espaço, 2014

Perspectiva de Pertencimento ao Lugar	Porcentagem (%)
Pertencimento	45,76
Adaptação	22,04
Resistência	13,56
Indeterminado	15,25
Não respondeu à questão	3,39

A questão proposta permitiu-nos, ainda, inferir se o vínculo com o local dera-se pelo *valor de uso* ou *valor de troca*. No último caso, não compondo o índice de

vinculação com o lugar. Lembramos que se trata de moradores fiduciantes⁶¹, os quais devem esperar dez anos para que não haja perda do valor subsidiado conforme contrato.

Elegemos aqui duas variáveis para a compreensão da relação do morador quanto ao lugar: a preferência entre a atual e a antiga moradia, e a qualidade relação subjetiva com o novo morar.

Primeiramente, deve-se notar que 33,90% (Tabela 1) expressaram preferência pela moradia anterior em função da unidade habitacional, da vizinhança, do bairro e/ou da tipologia. Dentre aqueles que não manifestaram sua preferência, há os que se encontram na fase de adaptação ao lugar. A situação de vulnerabilidade social em que muitos dos moradores se encontravam anteriormente – conforme dados da Secretaria de Assistência Social e, ainda, pelas manifestações dos moradores em nossa observação direta: ou moravam de aluguel ou em imóveis de familiares, o que causava insegurança em função do pagamento do aluguel ou por sentirem-se humilhados por residirem “de favor” – deve ser levada em conta.

Uma das questões propostas no questionário foi que os moradores pudessem expressar em palavras sua relação com o Residencial Atalaia, cuja análise partiu da distinção entre *valor de uso* e *valor de troca*.

A questão para verificarmos a vinculação com o lugar foi composta por respostas fechadas – múltipla escolha – e abertas. Poderia ser identificado se a relação com o lugar é positiva ou negativa e, também, se o valor dado pelo morador seria *valor de uso* ou *valor de troca*. O percentual de relação positiva com o Residencial foi de 67,80%, tal qual na análise da perspectiva de vínculo a longo prazo, ou seja, o mesmo que a soma daqueles que demonstram uma relação de pertencimento e em processo de adaptação, conforme mostrado na Tabela 33. A relação negativa foi de 6,78% e 25,42% não se expressaram quanto ao proposto ou não foi possível interpretar a resposta.

⁶¹ Termo do Contrato de Compra e Venda do FAR que identifica o devedor da transação em que há alienação fiduciária.

Foi possível, ainda, identificar 40,68% de respostas denotando o *valor de uso* do apartamento, o que pode ser inferido pelos adjetivos ou expressões como: “aconchegante”, “amo meu lar”, “eu amo meu apartamento” e “meu paraíso”. Este percentual aproxima-se daquele referente ao pertencimento ao lugar – 45,76%; 5,08% dos moradores deram respostas que sugeriram uma relação com o Residencial por seu valor de troca, tais como, “oportunidade”, “um bem adquirido” e “paguei aluguel a vida inteira”; 54,24% das respostas não nos permitiram correlacioná-las ao *valor de uso* ou *troca*. A frase ou palavra utilizada para a análise do valor dado ao Residencial compuseram a nossa interpretação quanto ao pertencimento ao lugar, associadas, pois, às questões de múltipla escolha do questionário anexo.

Os percentuais apresentados não nos permitem afirmar que a grande parte dos moradores terá uma relação com o lugar para além do *valor de troca*. Podemos dizer, no entanto, que os números corroboram a perspectiva de adaptação dos moradores à configuração do espaço, quer seja pelo repertório comportamental aderente ao espaço concebido ou pela experiência socioespacial de satisfação relacionada à grande parte das dimensões subjetivas e urbanas. No entanto, a distância e o transporte público são um item que merece atenção da política urbana local.

7. HABITABILIDADE E ADEQUAÇÃO DO RESIDENCIAL AO PERFIL DOS MORADORES

A proposta de análise da adequação entre o perfil dos moradores e a configuração espacial implica a satisfação do morador e o repertório de práticas socioespaciais. Veremos em nosso quadro analítico (Quadro 4), a partir da relação de complementaridade e validação qualitativa e quantitativa, que a adesão dos moradores foi ampla e apenas pontualmente observamos resistência ou movimentos criativos na dinâmica socioespacial.

A observação e análise dos elementos arquitetônicos e urbanos circunscreveram-se à identificação de presença/ausência de elementos de qualificação da habitação atrelados às demandas dos moradores. Não se trata, portanto, da análise técnica e funcional próprias de uma APO.

Sublinhamos que os quadros abaixo foram elaborados considerando todos os instrumentos de coleta de dados da pesquisa. A interpretação dos dados comunicados e observados gerou uma síntese da adequabilidade entre morador e o Residencial. Ao final da seção, retornamos ao conceito de habitabilidade estabelecido no presente trabalho.

Quadro 4 – Análise da adequação da configuração espacial ao perfil do morador, 2014

Adequação das Práticas Socioespaciais à Configuração Espacial	
Apartamento	
Ambiência	
Descritor de adequabilidade: Satisfação quanto à luminosidade, acústica, ventilação, temperatura e circulação; comportamento do morador e inserções de elementos que estabeleçam maior conforto.	
✓	18,65% consideram algum item não confortável. Os apartamentos apresentam-se adequados quanto à ambiência segundo nossa observação, exceto, o conforto térmico natural, dada as condições climáticas da cidade, temperatura elevada e pouca circulação de ar. Os moradores utilizam ventiladores e ar-condicionado; as janelas são mantidas abertas e optam por utilizar cortinas de tecido leve; utilizam lâmpadas fluorescentes, as quais liberam menos calor no ambiente. Adequação.

Continua...

Adequação das Práticas Socioespaciais à Configuração Espacial	
Apartamento	
Estética	
Descritor de adequabilidade: Satisfação do morador relacionada aos aspectos arquitetônicos e decorativos da unidade habitacional; organização, limpeza, cuidado estético e manutenção da unidade habitacional.	
✓ 86,44% dos moradores afirmaram gostar da estética do apartamento; os apartamentos observados apresentam organização, limpeza e cuidado estético, com raras exceções. Apenas 6,8% responderam que não gostam da estética do apartamento. 6,78% não responderam. O processo criativo do morador pode ser identificado em elementos compositivos da arquitetura, tais como, cores nas paredes, texturas e decoração. Consideramos que houve ampla adesão ao espaço proposto. Adequação.	
Funcionalidade	
Descritor de adequabilidade: Satisfação do morador quanto à configuração do apartamento e as funções de cada cômodo; dimensões do apartamento e de cada cômodo e suas divisões adequadas às necessidades e expectativas dos moradores.	
✓ 57,63% consideram o apartamento adequado às suas funções no cotidiano, mas apenas 11,86% responderam diretamente que não atende às demandas em algum nível. A demanda pelo aumento da cozinha foi o item mais relevante – 62,72%. Este percentual pode ser associado às demandas identificadas quanto à impossibilidade de realizar todas as funções a que se destina o cômodo – cozinha e lavanderia. Não há espaço adequado para secagem de roupas. As áreas de circulação – ao lado ou detrás dos blocos – são utilizadas para tal e em alguns quartos de casal a proximidade entre o armário de roupas e a cama impede que a portas daquele móvel seja totalmente aberta. Parcialmente adequado.	
Privacidade	
Descritor de adequabilidade: Percepção de privacidade relacionada aos membros da família e aos vizinhos; disposição para hábitos que assegurem privacidade e/ou inserção de barreiras visuais.	
✓ A falta de privacidade no interior do apartamento em relação aos membros da família e vizinhos é de 8,47% e 16,96%, respectivamente. Ou seja, os moradores incomodam-se com barulhos produzidos nos apartamentos vizinhos ou por que dentro do seu apartamento ouve-se ruídos desconfortáveis quanto à privacidade. Apenas 5,08% apontaram incômodo de forma geral quanto à privacidade. A insatisfação em algum nível é, portanto, de 30,51%. Não verificamos comportamentos inadequados ao espaço; há cortinas nos apartamentos. As reclamações quanto a esta dimensão circunscreveram-se à falta de isolamento acústico dos espaços internos. Adequação.	

Continua...

Adequação das Práticas Socioespaciais à Configuração Espacial	
Apartamento	
Territorialidade e segurança	
Descritor de adequabilidade: Percepção de que o espaço interno é protegido da presença indesejada de terceiros; adequações comportamentais dos moradores do Residencial e modificações no espaço para garantir experiência positiva quanto à territorialidade e segurança; presença de barreiras físicas como forma de controle/segurança.	
✓ 23,73% responderam que não se sentem confortáveis quanto aspectos da territorialidade; os demais responderam que se sentem confortáveis ou deram respostas positivas em relação à territorialidade – 69,50%; apenas 1,69% responderam que realizaram modificações na configuração espacial para assegurar sua territorialidade; e 5,08% não responderam à questão. Não observamos comportamentos invasivos no local ou de desproteção quanto às unidades habitacionais, ou seja, resistentes às regras tácitas e formais do lugar. A hierarquização espacial relacionada à unidade habitacional é legível. Adequação.	
Residencial	
Identificação com a estética do lugar	
Descritor de adequabilidade: Satisfação relacionada à estética do Residencial; composição arquitetônica satisfatória, organização e limpeza.	
✓ Há satisfação quanto à estética em pelo menos 74,58% dos respondentes e apenas 3,39% declararam não gostar da aparência do Residencial. A arquitetura não é rica quanto à composição, caracterizando-se pela monotonia dos projetos-tipo da habitação social, no entanto, há o cuidado desde a limpeza ao paisagismo do lugar. Adequação.	
Identificação com os vizinhos	
Descritor de adequabilidade: Identificação com os vizinhos do Residencial; relações interpessoais amigáveis.	
✓ Em relação aos vizinhos, apenas 11,47% dos pesquisados demonstraram identificação, no entanto, qualificaram sua relação social como cordial, formal, educada, respeitosa e, ainda, pelo silêncio. Podemos classificar o comportamento social desses moradores como adaptados ou em adaptação, embora 50,84% expressarem insatisfação com os vizinhos ou com a convivência. Corroboramos a descrição dos moradores quanto à convivência interna. A resistência verificada pode ser atribuída aos conflitos de convivência quando da ocupação do local. Inadequação.	

Continua...

Adequação das Práticas Socioespaciais à Configuração Espacial
Residencial
Funcionalidade Descritor de adequabilidade: O espaço e o conjunto de equipamentos atendem às demandas dos moradores; oportunidade/frequência do/no uso dos espaços. ✓ De forma geral há um bom funcionamento dos espaços do condomínio. No entanto, o interfone não funciona há mais de um ano. 74,58% dos moradores apontaram o problema do interfone; depois do interfone os corredores e escadas foram os mais criticados, o que deve ser associado à falta de revestimento do piso, como relatado por alguns moradores. Houve insatisfação relacionada à ausência do porteiro ao anoitecer, pois, além da ausência do interfone e portão eletrônico, o portão estava sendo trancado, o que impedia a entrada de pessoas e serviços de <i>delivery</i>. Uma variável fundamental para a questão é a capacidade financeira dos moradores para o pagamento das despesas com os porteiros e manutenção/instalação de equipamentos para o funcionamento adequado do condomínio. Parcialmente adequado.
Sociabilidade Descritor de adequabilidade: O espaço oportuniza a socialização dos moradores; adequação do comportamento social e expectativas dos moradores relacionadas à tipologia do Residencial. ✓ Os espaços existentes são considerados importantes para 79,66% dos moradores, embora 54,23% afirmem não utilizá-lo. Os adolescentes e as crianças são aqueles que utilizam com frequência a quadra, os homens adultos utilizam-na aproximadamente uma vez a cada 15 dias. A área projetada para festas – churrasqueira – é utilizada eventualmente. Há demandas por aparelhos de ginásticas e um <i>playground</i> para as crianças. Há outra área projetada para o lazer, no entanto, sem hierarquização, o que determinou seu uso privado por alguns moradores. Parcialmente adequado.
Territorialidade Descritor de adequabilidade: Percepção de que o espaço do Residencial é protegido de terceiros face à configuração espacial e hábitos dos vizinhos; espaços delimitados e hierarquizados. ✓ 38,98% afirmaram sentir-se confortável com a territorialidade vivida no Residencial. 33,90% afirmam não se sentir confortáveis. Notadamente no espaço da churrasqueira há constrangimento dos moradores quanto à presença de vizinhos não convidados; a ausência de elementos que identifiquem a função de uma das áreas de lazer, a qual fora privatizada por alguns dos vizinhos, também determina incômodo nos demais; os moradores reclamam da utilização da quadra por crianças e adolescentes do bairro. Não adequado.

Continua...

Adequação das Práticas Socioespaciais à Configuração Espacial
Residencial
Gestão Condominial
Descritor de adequabilidade: Gestão dos espaços estabelecem bom funcionamento, organização, limpeza, manutenção e recepção positiva dos moradores relacionados às suas ações; adequação do perfil socioeconômico ao espaço. ✓ Os síndicos que atuaram até então apresentaram competências para a gestão condominial. No entanto, há alguns pontos críticos: inadimplência, falta de manutenção de equipamentos e, ainda, as contratações de porteiros sem a devida formalização trabalhista. Há prospecção de resolução dessas pendências. Os números apresentados quanto à satisfação dos moradores com a gestão e funcionamento do condomínio são baixos. Tem-se diminuído a inadimplência e o passivo contábil do condomínio. O lugar permanece organizado e limpo. Os problemas encontrados são também tributários de soluções contingenciais para o funcionamento do condomínio com os recursos disponíveis. Parcialmente adequado.
Bairro e Entorno
Identificação – Estética
Descritor de adequabilidade: Satisfação relacionada à estética do bairro; observação de aspectos urbanísticos e arquitetônicos qualificados. ✓ 69,46% dos moradores não se manifestaram em relação à estética do bairro, no entanto, apenas 13,59% afirmaram não gostar desse aspecto. Objetivamente, o bairro apresenta características de bairros periféricos, sem elementos paisagísticos e arquitetônicos que causem bem estar, mas suas ruas são calçadas e mantêm-se limpas. Não adequado.
Identificação – Vizinha
Descritor de adequabilidade: Identificação com os vizinhos do bairro; relações interpessoais amigáveis. ✓ 61,01% afirmaram gostar da vizinhança, alguns já tendo feito amigos no entorno; apenas 5,85% afirmaram não gostar da vizinhança do bairro. 33,14% não se manifestaram quanto a este aspecto. Embora não sejam estreitos os laços sociais ali, os moradores manifestavam espontaneamente quanto a gostar da vizinhança. Adequado.
Equipamentos Urbanos e Sociais
Descritor de adequabilidade: Presença de equipamentos urbanos para atendimento às demandas de saúde e educação; comércio diversificado; práticas socioespaciais dos moradores que resultam em adaptação aos equipamentos urbanos. ✓ O comércio é precário. As unidades básicas de saúde são distantes para a locomoção a pé. As escolas atendem às demandas, no entanto, são relativamente distantes. 22,05% consideram precário o atendimento destes equipamentos urbanos e sociais; 52,54% consideram que pelo menos um dos itens não atende às necessidades da família. Os moradores adaptam-se ao lugar, o que pode ser observado nas caminhadas diárias e na instalação de playground improvisado e, ainda, na utilização de unidades básicas de saúde da região central. Não adequado.

Continua...

Adequação das Práticas Socioespaciais à Configuração Espacial
Residencial
Mobilidade Urbana Descritor de adequabilidade: O transporte público e/ou veículos dos moradores permitem o deslocamento diário para o trabalho e lazer; percepção de comodidade quanto às distâncias e aos transportes utilizados. ✓ 67,79% consideram longe ou desconfortável o trajeto até o trabalho e o centro da cidade. Há transporte público regular. O trajeto é de aproximadamente 40 minutos. Comparando-se com os endereços de origem, o Residencial é mais distante que a média entre aqueles bairros e o centro. 11,88% não utilizam transporte público. Inadequado.
Segurança Descritor de adequabilidade: Relato e/ou observação de segurança – não violência – urbana; presença de policiamento na área; percepção de segurança pelos moradores; comportamentos adequados à segurança. ✓ Não houve eventos de violência no bairro que tenha atingido os moradores do Residencial; há percepção de insegurança em 25,42% dos moradores; alguns moradores relatam não sair à noite como medida de segurança. Não verificamos policiamento na área. No entanto, não houve observação sistemática ou pesquisa específica quanto a dados de segurança no bairro. Não há dados suficientes para análise.
Sociabilidade Descritor de adequabilidade: Existência de estrutura de lazer que oportunize a socialização dos moradores; adequação do comportamento social e expectativas dos moradores relacionadas às possibilidades de socialização no bairro; diversidade socioeconômica representada. ✓ Não há espaços destinados ou qualificados para a socialização no entorno. Os moradores apresentam relação positiva com os vizinhos, portanto, os laços sociais têm sido estabelecidos nas idas aos comércios ou igrejas do bairro. É nítida a segregação socioespacial. Parcialmente adequado.

A síntese destes resultados é apresentada no Quadro 5.

Podemos afirmar, a partir da síntese (Quadro 5) que houve parcial compatibilidade entre o perfil socioeconômico e cultural dos beneficiários e a nova morada.

Retomando o estabelecido em seção anterior, havíamos considerado hipoteticamente e, depois, corroborado na análise documental que o parecer de viabilidade do empreendimento pelos técnicos responsáveis – atendimento às especificações exigidas pelo programa – fosse correlato da presença de todos os itens mínimos que pudessem perfazer a habitabilidade. Não obstante, na exploração empírica identificamos elementos ausentes ou funcionalmente inadequados, notadamente nos equipamentos urbanos, essenciais para o bem-

Quadro 5 – Síntese da análise da adequação da configuração espacial ao perfil do morador, 2014

Síntese da Adequação das Práticas Socioespaciais à Configuração Espacial	
Apartamento	
Estética	Adequação
Funcionalidade	Parcialmente adequado
Privacidade	Adequação
Territorialidade e segurança	Adequação
Residencial	
Identificação com a estética do lugar	Adequação
Funcionalidade	Parcialmente adequado
Sociabilidade	Parcialmente adequado
Territorialidade	Não adequado
Gestão condominial	Parcialmente adequado
Bairro e Entorno	
Identificação – Estética	Não adequado
Identificação – Vizinhança	Adequado
Equipamentos Urbanos e Sociais	Não adequado
Mobilidade urbana	Inadequado
Segurança	Não há dados suficientes para análise
Sociabilidade	Parcialmente adequado

estar dos moradores. Nesse sentido, e de forma complementar, apresentamos o Quadro 6 que analisa a habitabilidade retomando o conceito estabelecido nesta pesquisa.

Quadro 6 – Síntese dos resultados da análise – configuração espacial x habitabilidade no Residencial Atalaia, 2014

Indicadores de Qualidade	Habitabilidade		
	Escala		
	Apartamento	Residencial	Bairro
Autoestima	Sim	Sim	Sim
Comodidade	---	Sim	Não
Conforto	Sim	Sim	---
Funcionalidade	Sim*	Sim	Não
Segurança	Sim	Sim	/
Sociabilidade	---	Não	Não

--- Não verificável na escala.

* Apenas a área de serviço não é funcional.

/ Não pesquisado de forma ampla.

Em última instância, o morar deve responder a indicadores de qualidade que, a partir do momento em que elementos mínimos não estão disponíveis em

determinado lugar, devem ser investigados.

Habitabilidade pressupõe que o ambiente deva estabelecer autoestima, comodidade, conforto, funcionalidade, segurança e laço social. Trata-se de valores requeridos no ato mesmo de morar. Conforto refere-se à ambiência e a outros aspectos, tais como, privacidade, territorialidade e estética; comodidade relaciona-se à experiência das distâncias e disponibilidade dos elementos arquitetônicos e urbanos (comércio, equipamentos de saúde, coleta de lixo, estacionamento, etc.). A integração e mobilidade urbanas devem ser destacadas no estabelecimento da comodidade; e por fim, autoestima relaciona-se com a satisfação pela convivência com a vizinhança além dos aspectos estéticos do apartamento, do Residencial e do bairro. Aqui deve ser tomada como sentimento de dignidade face ao novo *status*. Os demais indicadores de qualidade coincidem com as dimensões subjetivas do habitar: funcionalidade, sociabilidade e segurança.

A unidade habitacional apresenta os aspectos da habitabilidade desejáveis, embora parcialmente quanto à funcionalidade da área de serviço. O Residencial também atende a alguns indicadores, mas as áreas de lazer não atendem a todas as faixas etárias e, ainda, apresentam pequenos problemas quanto à configuração espacial – ruído e territorialidade prejudicada. E o bairro não oferece importantes indicadores da habitabilidade urbana, quais sejam, comodidade relacionada às distâncias para a ida ao trabalho, comércio e serviços compatíveis com as demandas dos moradores; e equipamentos urbanos – lazer, educação e comércio com algumas deficiências.

Vimos que a estética do espaço interno da unidade habitacional é a de maior relevância na determinação da satisfação com o espaço do que a fachada (REIS, 1992). O resultado apurado da satisfação com a estética da unidade habitacional foi de 88,84% (Tabela 16). Os demais aspectos do apartamento foram amplamente aprovados – ambiência, privacidade e territorialidade (Ver Tabelas 4 a 6).

O Residencial Atalaia apresentou uma característica desejável nos empreendimentos que é a baixa densidade populacional – 2,3 moradores/uh. Esse

aspecto qualifica a experiência do espaço interno do apartamento. Nota-se, claramente, que a satisfação com o espaço interno é superior a que se refere às outras escalas do habitar.

Uma vez que as demais escalas não se apresentam em pleno atendimento às demandas daqueles sujeitos sociais, isso pode contribuir para o retorno dos moradores ao *status* anterior. As maiores demandas relacionam-se à sociabilidade e comodidade. São fatores que podem comprometer o vínculo com o novo território e, em última instância, a sustentabilidade do empreendimento. As noções de enraizamento, apego ao lugar (WEIL, 2001) e topofilia (TUAN, 1980), mostraram que o laço social e as práticas comunitárias estabelecidas no cotidiano são potências de qualificação na experiência social.

Se as diretrizes programáticas de provisão habitacional sustentam o viés econômico, a espacialização das habitações sociais promove a segregação e fragmentação do espaço urbano, o que em alguma medida pôde ser verificado no nosso recorte.

Cabe anotar que, embora a identificação com a forma do bairro seja comprometida (ver Tabela 2), 61,01% expressaram gostar da vizinhança do bairro (ver Tabela 3). Por outro lado, a sociabilidade no espaço interno do condomínio apresenta índices inferiores, pois apenas 11,47% disseram identificar-se com os vizinhos do Residencial e, aproximadamente, 30% abstiveram-se de se manifestar sobre a vizinhança nas duas escalas (Tabela 3 e 10). Cabe sublinhar que a autoestima está estreitamente associada à satisfação com a sociabilidade (TUAN, 1980).

A apropriação do espaço pelos moradores é, inequivocamente, visível, embora apenas 40,68% expressem uma relação pelo valor de uso do imóvel. Associado ao grande número de moradores que estão no estágio de adaptação ao lugar, o uso adequado do espaço, conforme as boas práticas patrimoniais, sinalizam para a sustentabilidade do empreendimento.

O índice de satisfação com o lugar que aponte para a sustentabilidade do empreendimento, ou seja, uma vinculação positiva e em longo prazo, pode ser

alimentada por boas práticas de convivência e utilização dos espaços e, ainda, pela melhoria na gestão dos equipamentos e espaços.

O que foge ao alcance específico da intervenção em questão é a qualificação do bairro em termos de equipamentos públicos, o que engendra a sociabilidade no território. O que está em jogo é a espacialização dos capitais no tecido urbano. A política habitacional deve manter laços estreitos com as diretrizes da cidade como direito. Mesmo a cidade média já sofre com a segregação dos espaços, dado o protagonismo do mercado no desenho da cidade.

Quanto aos elementos compositivos, reproduz-se o padrão da habitação social no Brasil, preocupa-se com o baixo custo, não privilegiando a arquitetura de qualidade. A falta de arborização no condomínio pesquisado contribui com a monotonia da paisagem. Os moradores inseriram elementos de paisagismo desde a entrada do condomínio, contudo, há áreas que poderiam ser arborizadas para o conforto ambiental.

O morar coletivo pressupõe adaptar-se às regras de convivência e responsabilizar-se com o bem comum. A manutenção e cuidado com o patrimônio coletivo e o pagamento da taxa condominial são elementos novos para os moradores do Residencial Atalaia. Alguns ajustes na gestão condominial ainda são necessários, o que diz respeito não só à *expertise* para a gestão, mas, também, à conscientização quanto ao pagamento da taxa condominial.

Na verdade, a capacidade financeira para a majoração da taxa que cumpra as obrigações atuais e prospectivas do condomínio é um elemento que levanta a questão da viabilidade dos empreendimentos verticais para a habitação social. No caso em questão, os moradores podem arcar com a atual despesa, pois há pelo menos um morador empregado em cada apartamento.

O funcionamento e manutenção condominiais são variáveis importantes para o estabelecimento de qualidade de vida. Consideramos que os programas de habitação social devem optar por tipologias adequadas ao perfil socioeconômico dos moradores, já que a empregabilidade não pode ser sempre garantida. Um dos eixos do TS no PMCMV, Geração de Trabalho e Renda, foi executado de forma

pouco efetiva, pois as capacitações não atenderam amplamente aos beneficiários do Programa.

O trabalho social é o terceiro termo na interface subjetividade e ambiente construído, o qual foi fundamental para adaptação ao morar em condomínio. A competência e recepção positiva das ações da gestão impactam diretamente na organização, funcionamento, manutenção do lugar e na convivência dos moradores.

Um trabalho de aproximação entre os vizinhos, dado que houve conflitos quando da ocupação do Residencial, é prescrito para o estreitamento dos laços sociais. A resistência às vezes manifestada não é referida à incompatibilidade intrínseca ou não identificação entre os vizinhos, pois os moradores mantêm hábitos similares e apresentam mesmo perfil socioeconômico.

Desse modo, há um indicativo de que os técnicos sociais envolvidos no processo de apropriação habitacional devam realimentar suas ações pela leitura psicossocial da dinâmica do condomínio e, se necessário, reprogramar o Trabalho Social de modo que as relações de vizinhança sejam mais bem trabalhadas. Não obstante, o Trabalho Social mostrou-se importante para o bom funcionamento e convivência amistosa, o que reforça sua indispensabilidade. Podemos dizer que este trabalho é um potencializador de adaptação.

É importante rever a área mínima da cozinha/área de serviço prevista pelo PMCMV, uma vez que não comporta as demandas funcionais, mesmo dos apartamentos em que o número de moradores é pequeno.

No caso dos equipamentos públicos, a distância tem se mostrado um problema quanto à comodidade e funcionalidade. Quanto ao *playground* improvisado tem-se um problema de segurança para as crianças que o utilizam, já que não há circulação de pessoas na área onde foi instalado e é próximo à rodovia.

A instalação de portão eletrônico e interfone resolve a questão quanto ao acesso e, pelo menos parcialmente, quanto à segurança. No entanto, não podemos afirmar que há dispensabilidade dos porteiros. Não podemos afirmar, peremptoriamente,

que os condôminos não deem conta do pagamento dos porteiros 24 horas, mas, parece-nos inviável financeiramente.

O *gap* entre o espaço concebido e as necessidades do cotidiano do morador pôde ser identificado notadamente na escala do bairro. Em menor intensidade na escala do Residencial. O valor representado no programa para a concepção da unidade habitacional aproximou-se dos valores desejados, os quais compõem o índice de satisfação com o habitar.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que medida a habitação produzida pelo Programa Minha Casa, Minha Vida estaria adequada ao estilo de vida dos moradores do Residencial Atalaia?

A partir desse questionamento, a pesquisa procurou compreender a relação entre o espaço produzido e o cotidiano do morador, e identificando elementos presentes e ausentes na Representação do Espaço.

O *habitus* apresentou sua razão prática, produzindo repertório de comportamentos socioespaciais adequado. Houve, portanto, ampla adesão dos moradores às exigências da configuração espacial. Embora os moradores do conjunto fossem originários de residências unifamiliares, alguns traços do perfil socioeconômico – 50% possuem ensino médio; origem urbana; os adultos têm vínculo empregatício formal – os aproximam das características de moradores de condomínios verticais, típicos da classe média brasileira. Provavelmente o distanciamento entre os vizinhos, o que os distingue de outros moradores de bairros populares mantenedores de um convívio próximo entre si, seja também tributário desse perfil.

No processo de apropriação identificamos, também, posicionamentos criativos ou resistentes às exigências e regras tácitas e formais estabelecidas para o morar em condomínio. A mais radical incongruência foi o morador “carroceiro” cuja atividade profissional impediu que ele continuasse residindo ali. Aspectos simbólicos que precipitaram no discurso dos moradores, tais como, sentirem-se em “gaiolas” ou em uma “prisão” foram pontuais. Dessa maneira, a expressão de desconforto ou inadequação quanto à tipologia arquitetônica não compromete a sustentabilidade daquele empreendimento.

O Trabalho Social teve seu papel reconhecido na percepção dos moradores, o que foi corroborado em nossa análise, reafirmando sua importância no âmbito das políticas públicas. Não obstante, a intervenção técnico social justifica-se pela repetição das fragilidades dos empreendimentos de habitação social: não preservação da relação de territorialidade entre os beneficiários e a nova moradia, a ausência dos equipamentos sociais, a escolha tipológica multifamiliar e o grande

número de unidades em um mesmo empreendimento. Essa caracterização pressupõe um processo de adaptação assistido.

O que se vislumbra tecnicamente, a partir desta pesquisa, é a possibilidade de ações no âmbito do TS após um período maior de ocupação, e voltado para a identificação dos problemas relativos ao registro comportamental e simbólico da subjetividade dos moradores – razão prática, dadas as dimensões subjetivas de habitabilidade. Atualmente, o TS acontece desde pouco antes da ocupação estendendo-se a mais alguns meses pós-ocupação e executado por empresa contratada. Aos profissionais da assistência social dos entes públicos caberia este novo trabalho.

Outra variável investigada foi a satisfação dos moradores. No levantamento bibliográfico e em nossa inferência, esta aparece como dado que se relaciona com a vulnerabilidade social anterior, ou seja, determinada não somente pela presença e ausência de elementos que estabeleçam qualidade de vida aos moradores, mas, também, pela comparação entre a condição anterior e o novo *status*. Ao seccionarmos a apreensão da satisfação, considerando as escalas e dimensões de habitabilidade, e observarmos diretamente o espaço, pudemos oferecer um resultado aproximado das reais necessidades e desejos dos moradores referidos à sua habitação, a propósito, ao valor de uso do habitar.

Procuramos identificar soluções criativas e adaptações realizadas pelos moradores, o que corresponderia aos valores desejados mas não representados na concepção do espaço. *Playground* improvisado, uso da rua pouco movimentada para as caminhadas e cultivo de hortaliças em área coletiva do condomínio são exemplos das soluções face às ausências na Representação do Espaço.

A identificação dos problemas para os quais não cabe apenas a disposição do morador em sua resolução deve realimentar as diretrizes e regras dos programas habitacionais. Espaços de lazer próximos ao residencial que atendam a todas as faixas etárias dos moradores, aparelhos de ginástica, qualificação dos serviços de saúde e ampliação do comércio demandam capital financeiro e articulação entre política urbana e política habitacional.

Outras soluções estariam atreladas à gestão condominial. Elementos arquitetônicos de baixo custo e fácil execução poderiam resultar em bem-estar social. Cercas verdes nas áreas de socialização e elementos que clarifiquem sua funcionalidade/hierarquização, por exemplo, mesas de jogos ou bancos, seriam soluções adequadas à legibilidade e funcionalidade dos espaços coletivos.

A arquitetura tem um papel de instrumento de bem-estar social, o que pode se efetivar por meio de melhoria em seus processos tecnológicos, da gestão de projetos e de novos conceitos ou ideias. A repetição dos mesmos modelos tipológicos e compositivos em vigor na habitação social, correlata das especificações mínimas do PMCMV, deve encontrar resistência criativa e política dos demiurgos da arquitetura. Estes profissionais, a partir de uma ideia de arquitetura, devem interpelar os agentes das políticas públicas, inclusive por soluções técnicas exequíveis face à ética do lucro presente no desenho da cidade.

Ao investigarmos a atualidade ou virtualidade da relação de pertencimento ao lugar, associada à forma de apropriação da habitação, ampliamos a análise da relação sujeito x espaço. Há também um lugar subjetivo de adaptação em processo. Embora, comportamental e simbolicamente, o percentual de relação positiva com o lugar seja representativo, não há garantia de que todos os adaptados ou em adaptação possam ter vínculo de uso para além do valor de troca.

Dado que a satisfação deve ser relativizada, o presente trabalho, ainda que de forma seminal, contribui na avaliação da política habitacional ao privilegiar a compreensão da qualidade do vínculo com o espaço. Essa constatação traz consigo a necessidade de estudos que estabeleçam variáveis que perfaçam um índice de sustentabilidade dos empreendimentos habitacionais. Satisfação, valor desejado e perspectiva da topofilia apresentam-se em sua importância na formação do valor de uso do lugar.

De outro modo, a manutenção do patrimônio atrelada à valorização do bairro e do entorno pode fazer frente ao possível retorno à vulnerabilidade social, se não se estabelecer vínculo com o lugar. Se a opção for pela venda do imóvel, transcorrido o prazo de dez anos, o valor de mercado do apartamento poderia permitir a compra de outro imóvel. No Residencial identificamos conscientização

para a manutenção do patrimônio, o que tem determinado organização, zelo e cuidado estético. A capacidade financeira para os reparos e substituição de itens da arquitetura deve ser mais bem investigada.

Historicamente o capital econômico que domina o urbano põe a reboque a valorização do espaço do cotidiano. O espaço onde acontecem os fluxos de produção e consumo é privilegiado dada a ética da sociedade urbana. O *logos* domina o espaço em detrimento do *ethos* grego. A nostalgia deste espaço impregnado do simbólico precipita nos modos singulares de sua utilização, não obstante, cada vez mais se compactam.

A heteronomia da política habitacional aparece como necessária à produção habitacional em escala, afinal, há que se tornar interessante o negócio para as construtoras, bem como instrumento de fomento econômico. O mínimo da habitabilidade e a grande escala na produção explicitam-se nas Representações do Espaço. E não se pergunta por que não se lança mão dos instrumentos urbanísticos previstos para delimitar os vazios urbanos como áreas de interesse social. Em Governador Valadares não há legislação que assegure a utilização dessas áreas. Isso não transparece nas planilhas de custos ou na geometria do espaço. Há, portanto, opacidade nas representações e no discurso recalcando outro modelo de cidade.

Há o sujeito que habita, seus desejos e necessidades enquanto cidadão; há as políticas habitacionais do Estado; e os interesses de mercado. Há uma dialética na produção da cidade que implica esses atores no tempo histórico e no espaço. Nossa opção metodológica, no entanto, foi uma análise transversal da habitação produzida por um programa do Estado, embora lançássemos mão de conceitos lefebvrianos que, fundamentalmente, pudessem remeter-nos a uma análise também histórica.

A *ideologia da casa própria*, ou seja, difusão da necessidade de se possuir a “casa própria” para a segurança econômica e social do cidadão como estratégia de legitimação do governo populista de Getúlio Vargas, não deixa de realizar suas inflexões na forma de se prover habitação social e na percepção ou satisfação do morador ainda na contemporaneidade. A realidade da casa própria no PMCMV

não torna estéril uma representação anterior da casa enquanto condição de integridade social, reverberando, por exemplo, na avaliação da nova morada.

O espaço vivido é, pois, amálgama da experiência corpórea, simbólica e imaginária e as exigências do cotidiano. A cesura no ideal do lugar de abrigo e poético advém da disputa entre o que Lefebvre denomina ordem distante e ordem próxima. Ordem distante do discurso hegemônico e ordem próxima do lar, da família, do abrigo. Civitas e ethos, espaço absoluto e abstrato, valor de uso e valor de troca são lugares antitéticos da experiência que disputam sua prevalência. O espaço vivido é atravessado pelos valores históricos, mercadológicos, afetivos, cognitivos, culturais e pela experiência sensível.

Pensar a relação sujeito/espaço pelo valor de uso, ao nível dos planejadores urbanos, onde são forjadas as ideologias, seria considerar uma aproximação do espaço concebido ao espaço vivido, o espaço do encontro, da festa, diferentemente do que acontece nas *representações do espaço* geométrico e dos fluxos de produção e reprodução do regime capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AALBERS, M. The double function of the gate: social inclusion and exclusion in gated communities and security zones. **Eurex Semmnar**, Amsterdam, 2001. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/2/18875>>. Acesso: em 20 dez. 2014.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Revisão da tradução e tradução dos novos textos de Ione Castilho Benedetti. Trad. de Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABIKO, A. K. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP, 1995.

ALMEIDA, L. Plano de desenvolvimento territorial. In: **Trabalho social em programas de habitação de interesse social: curso de capacitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2014.

ALMEIDA, M. M. **A análise das interações entre o homem e o ambiente: estudo de caso em agência bancária**. 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

ALMEIDA, M. M. **Da experiência ambiental ao projeto arquitetônico: um estudo sobre o caminho do conhecimento em arquitetura**. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico da UFSC, Florianópolis, 2001.

ALMEIDA, M. M. Experiência ambiental: elementos para projeto arquitetônico. In: Del RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Org.). **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PROARQ, 2002.

ALMEIDA, M. M. Uma análise da sociabilidade, cotidiano, e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa, PB. **Ponto Urbe (on-line)**, nº 9, 2011. Disponível em: <<http://pontoures.revues.org/287DOI:10.4000/pontourbe.287>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

AMORIM & LOUREIRO. Dois mundos, uma só espacialidade. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 59-75, dez. 2005.

ANGLO SOCIAL – CONSULTORIA E PROJETO. **Relatório de acompanhamento do trabalho técnico social**. Residencial Atalaia. Belo Horizonte, mar. a ago. 2014.

_____. **Relatório final do trabalho técnico social**. Residencial Atalaia. Belo Horizonte, set. 2014.

ARAUJO, F. de S.; ARAGÃO, T. A. **O programa minha casa minha vida – Quem ganha, quem perde?** 2011. Disponível em: <<http://bentorubiao.org.br/habitacao/wp-content/uploads/2011/11/6.-O-Programa-Minha-Casa-Minha-Vida.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2013.

ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSESSORIA SOCIAL E PESQUISA (ASP). **Projeto de intervenção do trabalho técnico social**. Residencial Atalaia, 2011.

_____. **Relatório de acompanhamento do trabalho técnico social**. Residencial Atalaia. Belo Horizonte, ago. 2011 a jan. 2012.

_____. **Relatório final do trabalho técnico social**. Residencial Atalaia. Belo Horizonte, fev. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ABRAMO, P. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, S. (Org.). **Pesquisa social**: projeto e planejamento. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Trad. de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARBO, A. R. C.; SHIMBO, I. Uma reflexão sobre o padrão mínimo de moradia digna no meio urbano brasileiro. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 8, n. 2, nov. 2006. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/sistemas/pvanet/geral/inicio.php>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

BARCELOS, K. A. **Método para avaliação de projetos de habitação social: mobiliamento, espaciosidade e funcionalidade**. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Edificações e Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Edificações e Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

BAUDRILLARD, J. The System of Objects. In: POSTER, M. (Ed.) **Selected writings**. Cambridge: Polity Press, 1988. Disponível em: <http://www.humanities.uci.edu/mposter/books/Baudrillard,%20Jean%20-%20Selected%20Writings_ok.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

BLANK, G. O trabalho social e a Caixa Econômica Federal. In: GOMES, M. de F. C. M.; PELEGRINO, A. I. de C. (Org.). **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 167-176.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, São Paulo, v. 24, n. 27, p. 711-732, 1994. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no brasil**: lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq. Urb. Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 17. fev. 2011.

BOTTON, B. F. O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade. **Antíteses**, v. 3, n. 5, p. 623-633, jan.-jun. de 2010.

BOUERI, J. J.; PEDRO, J. B.; SCOARIS, R. O. Análise das exigências de área aplicáveis às habitações do programa «Minha Casa Minha Vida». In: PEDRO, J.; BOUERI, J. J. (Coord.). **Qualidade espacial funcional da habitação**. Lisboa: LNEC, 2012. p. 89-106.

BOURDIEU, P. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Journal of Sociology**, Berkeley, n. 32, p. 1-17, 1987. Disponível em: <https://moodle.csun.edu/pluginfile.php/3340205/mod_resource/content/1/P.%20Bourdieu%20--20What%20Makes%20a%20Social%20Class%20-%20On%20The%20Theoretical%20and%20Practical%20Existence%20Of%20Groups.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2016.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da acção. Oeiras: Celta, 1997.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço apropriado. Trad. de Ana Cristina Arantes Nasser. Revisão técnica de Fraya Frehse. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, 2013.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011a.

_____. Efeitos de Lugar. In: BOURDIEU, Pierre (coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 8. ed., 2011b.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011c.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jul. 2001.

BRASIL. Congresso. Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário oficial da União**, Brasília, 17 jun. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 jul. 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Avanços e desafios: Política nacional de habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010a.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 93, de 25 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a aquisição e alienação de imóveis sem prévio arrendamento no âmbito do programa de Arrendamento Residencial – PAR e do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 fev. 2010b.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 140, de 5 de março de 2010. Dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, conforme disposto no art. 2, 4, do Decreto nº 6.962, de 17 de setembro de 2009, que regulamenta a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 mar. de 2010c.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 479, de 29 de setembro de 2010. Dispõe sobre a aquisição e alienação de imóveis sem prévio arrendamento no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial – PAR e do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 set. 2010d.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria 465, de 3 de outubro de 2011. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 out. 2011.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização das cotas no Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 jan. 2014.

BRASIL. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Números**: acompanhe o maior programa habitacional brasileiro. Disponível em: <<http://mcmv.caixa.gov.br/numeros/>>. Acesso em: 17 set. 2015.

CACCIARI, M. **A cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

_____. **As encruzilhadas do labirinto 3**: o mundo fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CARVALHO, A. W. B.; OLIVEIRA, M. E. M.; WURDIG, R. Q. S. O papel do Trabalho Técnico Social na apropriação do espaço em conjuntos habitacionais do Programa ‘Minha Casa, Minha Vida’: um estudo de caso. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ), 3., 2014. São Paulo/Campinas: Universidade Presbiteriana Mackenzie/Pontifícia Universidade Católica de Campinas, v. 1. p. 1-13, 2014.

COHEN, S. C.; BODSTEIN, E.; KLIFWEM, D. C.; MARCONDES, W. B. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 191-198, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n1/18.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DAMÉ, Livia de Moraes. **Habitação PAR, Desempenho Ímpar?** Uma avaliação funcional de unidades multifamiliares em Pelotas, RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DAVIES L. **Safer places**: The planning system and crime prevention. Office of the Deputy Prime Minister. London: Thomas Telford Limited, 2004. Disponível em: <http://www.securedbydesign.com/pdfs/safer_places.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

D’INCAO, M. A. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. **Tempo Social, Rev. Sociologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 95-109, 1992.

ELALI, G. A. Processo projetual e estresse ambiental: explorando aspectos que podem influenciar a relação usuário-ambiente. In: FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (Org.). **Qualidade no projeto de edifícios**. São Paulo: ANTAC, 2010.

FERREIRA, I. A. M. P. **O bairro na cidade: a relação entre satisfação residencial e a insegurança percebida nos moradores de um bairro urbano.** Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia, Lisboa, 2011.

FERNANDES, L. L. Trabalho social e habitação para população de baixa renda: desafios a uma ação profissional democrática no início do século XXI. In: GOMES, M. de F. C. M.; PELEGRINO, A. I. de C. (Org.). **Política de habitação popular e trabalho social.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 217-237.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n. 55, não paginado, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300027&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 30 set. 2014.

FURTADO, J. L. Fenomenologia e crise da arquitetura. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2005000200022>>. Acesso em: 10 set. 2013.

GAMBIM, Paula Silva. **A influência de atributos espaciais na interação entre grupos heterogêneos em ambientes residenciais.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2007.

GAMBIM, P. S. Habitação popular e padrão arquitetônico. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO. UFRN, Natal, RN, 2010. In: **Anais do Seminário de Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano.** Natal, 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/seminariogovernanca/cdrom/ST3_Paula_Gambim.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2014.

GELIL, N. A. Less space, more spatiality for low-income housing units in Egypt: ideas from Japan. **Archnet-IJAR – International Journal of Architectural Research**. v. 5, n. 2, July of 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2007.

GOFFMAN, E. The self and is other. In: **Stigma: notes on the management of spoiled identity.** Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice–Hall, 1963, p. 126-140.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2004.

GONÇALVES, R. B. O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, n. 1, jan.-jun. 2008.

GOVERNADOR VALADARES. **Lei nº 95, de 27 de dezembro de 2006**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Governador Valadares, Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camaragv.mg.gov.br/upload/legislacao/%7B2C983C8A-246E-46-E4-A69F-FF4ABE3FFE56%7D.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2011.

GRANJA, A. D.; KOWALTOWSKI, D. C. C. K.; PINA, S. A. M. G.; FONTANINI, P. S. P.; BARROS, L. D. F.; PAOLI, D. D.; JACOMIT, A. M.; MAÇANS, R. M. R. A natureza do valor desejado na habitação social. **Revista Ambiente Construído**, v. 9, n. 2, p. 87-103, abr.-jun. 2009.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre: PENSO-ARTMED, 2011.

GUERRA, I. Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do “modo de vida”. **Sociedade e Território**, Lisboa, n. 25/26, p. 118-128, 1998.

GUIMARÃES, E. C. Espaços urbanos e habitação: globalização e identidade. In: GOMES, M. de F. C. M.; PELEGRINO, A. I. de C. (Org.). **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 59-76.

HEIMSTRA, N. W.; MC FARLING, L. H. **Psicologia ambiental**. São Paulo: EPU, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?minas-gerais|juizde-fora|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

KOWALTOWSKI, Dóris; GRANJA, A. D.; PINA, S. A. M. G.; BARROS, L. A. F. **Os conceitos de satisfação e valor desejado na avaliação pós-ocupação em habitação social**. In: X ENCONTRO NACIONAL e VI ENCONTRO LATINO AMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, Natal, 2009.

LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Relume Dumarã, Brasília, DF: SEBRAE, 2004

LAY, M. C. D.; REIS, A. T. Habitação social: diferenças no papel dos espaços abertos comunitários segundo tipos habitacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., Salvador, 2005. **Anais...** Salvador: ANPUR, 2005.

LAY, M. C. D.; REIS, A. T. Análise quantitativa na área de estudos ambiente comportamento. **Ambiente construído**, Porto Alegre, v. 5, n. 52, p. 21-26, 2005.

LAY, M. C. D.; REIS, A. T. O projeto da habitação de interesse social e a sustentabilidade social. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, jul.-set. 2010

LEFEBVRE, H. Níveis e dimensões. In: **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 77-98.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Trad. de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2001. p. 35-41.

_____. **A produção do espaço**. Trad. de Grupo As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, do original *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Editions Anthropos, 2000). Belo horizonte, 2006.

_____. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, Edición conmemorativa 70 aniversario (1983, 1. ed. FCE), 2006. Trad. de Oscar Barahona e Uxo Doyhamboure. Título original: *La présence et l'absence: contribution à la théorie des représentations*. Paris: Casterman, 1980.

LEITE, L. C. R. **A avaliação de projetos habitacionais**: determinando a funcionalidade da moradia social. São Paulo: Ensino Profissional, 2006.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C. Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In: LIMA, A. F. (Org.). **Psicologia social crítica: Paradoxos do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 11-30.

LIN, N. Social Networks and Status Attainment. **Annual Reviews Sociology**, Palo Alto, CA, USA, v. 25, p. 467-87, 1999. Disponível em: <<http://smg.media.mit.edu/library/Lin.SocialNetworksStatus.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

LOUREIRO, C.; AMORIM, L. Dois mundos, uma só espacialidade. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 59-75, dez. 2005. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20070514090920.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

MALARD, M. L. **O método em arquitetura**: conciliando Heidegger e Popper. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/eva/art013.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

MALARD, M. L. **Os objetos do cotidiano e a ambiência**. In: ANAIS DO 2º ENCONTRO DE CONFORTO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO. Florianópolis, 1993.

PROJECON ENGENHARIA. **Manual do proprietário do Residencial Atalaia**, 2011.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.

MARGUTI, B. O. Conjuntos habitacionais. Estruturação socioespacial e acesso à cidade no município de Santo André. In: CARDOSO, L. A. **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 227-253.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MARQUES, E. C. L. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. 2007. 176 f. Tese (Livre Docência em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MEDVEDOVSKI, N. S. **A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos em conjuntos habitacionais de interesse social**. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MEDVEDOVSKI, N. S.; COSWIG, M. T.; SÁ BRITO, J. N.; ROESLER, S. **Gestão condominial e satisfação do usuário: estudo de caso para o programa PAR em Pelotas, RS**. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 6, n. 4, p. 33-49, 2006.

MEDVEDOVSKI, N. S. Gestão de espaços coletivos em HIS – a negação das necessidades básicas dos usuários e a qualidade do cotidiano e do habitat. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO; WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, 9., 2009. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 18 a 20 nov. 2009.

MELLO, S. L. de. Classe populares, família e preconceito. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 3, n. 1/2, p. 123-130, 1992.

MINEIRO, E. H.; RODRIGUES, E. Do crédito solidário ao MCMV entidades: uma história em construção. In: LAGO, L. C. do. **Autogestão – habitação no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2012, p. 19-48.

MIRON, L. I. G. **Gerenciamento dos requisitos dos clientes de empreendimentos habitacional de interesse social: proposta para o programa integrado entrada da cidade em Porto Alegre, Porto Alegre**. 2008. 351 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, 12 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>>. Acesso em: 2 out. 2014.

OLIVEIRA, A. B. M. da S. de. **Habitabilidade e subjetividade: uma perspectiva de intervenção em assentamentos urbanos irregulares no Rio de Janeiro**. 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

OKANO, M. Fronteira e diálogo na arte japonesa. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 6., 2010. São Paulo. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2010/michiko_okano.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2014.

PEIXER, K. T. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Dissertação. 2014. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128851>>. Acesso em: 1º set. 2015.

OZEKI, J. H. O único e o homogêneo na produção do espaço. In.: MARTINS, J.de S. (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PALERMO, C. **Sustentabilidade Social do Habitar**. Florianópolis: Ed. Da autora, 2009.

PALLINI, L. A. Dimensiones urbanas del problema habitacional. El caso de la ciudad de Resistencia. **Revista INVI**, Argentina, v. 22, n. 59, p. 35-68, maio 2007.

PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. Metodologias do trabalho social em habitação. In: **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação. Ministério das Cidades, 2010.

PINHEIRO, F. L. C. M. Projeto de Trabalho Social de intervenções destinadas à demanda aberta. In: **Trabalho social em programas de habitação de interesse social: curso de capacitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES (PMGV). **Projeto de trabalho técnico social do Residencial Atalaia**. Governador Valadares, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/governador-valadares_mg> Acesso em: 11 set. 2015.

RABINOVICH, E. P.; BASTOS, A. C. de S. Famílias e projetos sociais: analisando essa relação no caso de um quilombo em São Paulo. **Psicol. Estud.** [online], São Paulo, v. 12, n. 1, p. 3-11, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000100002>. Acesso em: 31 out. 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RESIDENCIAL ATALAIA. **Regimento interno**: 2011. Governador Valadares, 2011.

REGINO, T. Projeto de Trabalho Social em intervenções territorializadas. In: **Trabalho social em programas de habitação de interesse social**: curso de capacitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2014.

REINGEINTZ, P. A. *et al.* **Observando o comportamento ambiental**: procedimentos para avaliação de pós-ocupação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

REIS, Antônio Tarcísio; LAY, Maria Cristina Dias. As técnicas de APO como instrumento de análise ergonômica do ambiente construído. In: ENCONTRO NACIONAL, 3., e ENCONTRO LATINOAMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO (ANTAC), 1., Grupo de Conforto Ambiental e Conservação de Energia, 1995, Gramado, RS.

REIS, A. T. L.; LAY, M. C. Privacidade na habitação: atitudes, conexões visuais e funcionais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 7-19, out./dez. 2003.

REIS, A. T. L.; LAY, M. C. Habitação social: diferenças no papel de espaços abertos comunais segundo tipos habitacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANPUR), 11., 2005. Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUR, 2005.

REIS, A. T.; FREITAS, J.; LAY, M. C. Privacidade visual em relação aos vizinhos e privacidade acústica em conjuntos habitacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (ENTAC), 12., 2008. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ENTAC, 2008.

RESCHILIAN, P. R. A constituição do *habitus* na produção do habitat. **Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo: FAUUSP, v. 18, n. 29, jun. 2011. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/posfau/article/view/43730>>. Acesso em: 16 out. 2012.

RIBEIRO, A. F. **Gestão espacial de segurança preventiva: a experiência em Governador Valadares, MG**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ROCA, Z. Paisagem, identidade territorial, desenvolvimento e terrafilia. **Sessão de Debate e Reflexão sobre Política Nacional de Arquitetura e Paisagem**. Sintra: Palácio de Monserrate, 11 mar. 2009. Disponível em: <<http://tercud.uluso fona.pt/index.php/pt/documentos-on-line/category/5-2009?download=278:roca-2009b>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

RODRIGUES, E. Mobilização, organização, fortalecimento social e acompanhamento e gestão social da intervenção. In: Curso de capacitação. **Trabalho social em programas de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2014.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R.; NAKANO, K. **Solo urbano e habitação de Interesse Social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. 2002. [on-line] Disponível em: <www.usp.br/srhousing/rr/docs/solo_urbano_e_habitacao_de_interesse_social.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

ROMÉRO, M.; ORSNTEIN, S. W. (Coord.) **Avaliação pós-ocupação**: métodos e técnicas aplicadas à habitação social. (Coleção Habitare). Porto Alegre: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, 2003.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEADE. **Diagnóstico das condições habitacionais do estado de São Paulo**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2001. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: 1º out. 2014.

_____, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2009, p. 73-94.

SANCHES, D.; MORETTI, R. Gestão condominial da habitação social. **Arquitextos – Vitruvius**, São Paulo, ano 1, v. 13, n. 153, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.153/4661>>. Acesso em: 9 nov. 2013.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Trad. de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERPA, Â. Por uma geografia das representações sociais. **OLAM**, Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 232, 2005.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **Geo USP**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SETTON, Maria da Graça J. Família escola e mídia: um campo com novas configurações. Educação e Pesquisa. **Revista Brasileira de Educação**, USP, São Paulo, n. 20, p. 60-70, maio-ago. 2002.

SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo da sociologia pura ou formal. In: _____. **Simmel**: Sociologia: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1993, p. 165-181.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SOARES, I. O.; AZEVEDO, M. L. P.; STEPHAN, Í. I. C.; CARVALHO, A. W. B.; ARANTES, P. T. L. A instituição de ZEIS na legislação municipal: estudo de seis cidades médias de Minas Gerais. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** [on-line], São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/48873/52948>>. Acesso em: 1º out. 2014.

SOARES, I. O.; CARVALHO, A. W. B.; RIBEIRO FILHO, G. B.; PINTO, N. M. A. Interesses especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do programa Minha Casa Minha Vida em Uberaba (MG). **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, p. 119-131, 2013.

SOMMER, R. O desenvolvimento e a aplicação dos conceitos de espaço pessoal. In: Del RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Org.). **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PROARQ, 2002.

TREPTOWCOSWIG, M. **Segurança e satisfação interesse social dos usuários de habitação de social: um estudo de caso para o PAR em Pelotas, RS**. Mestrado Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

TORRES, N. R. *Habitus*, planejamento e governança urbana. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 115-133, jan.-jun. 2012.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topophilia: A study of environmental perceptions, attitudes, and values**. New York: Morningside Edition, 1990. p. 92-101. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2014.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

VIEIRA, L. B. **Influência do espaço construído na ocorrência de crimes em conjuntos habitacionais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

WACQUANT, L. Esclarecer o *habitus*. **Educação e Linguagem**, [on-line], São Paulo, n. 16, p. 63-71, jul.-dez 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/.../136>>. Acesso em: 17 out. 2012.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. São Paulo: EDUSC, 2001.

WERNER, E.; ABIKO, A. K.; COELHO, L. O.; SIMAS, R.; KEIVANI, R.; HAMBURGER, D. S.; ALMEIDA, M. A. P. **Pluralismo na habitação** (Baseado nos resultados do Projeto “O Novo Papel do Estado na Oferta de Habitação: Parceria entre agentes públicos e não-públicos, convênio 63.96.0737.00 – Finep. São Paulo: Annablume, 2001.

YIN, R. Y. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZLUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZEISEL, J. Observing environmental behavior. In: _____. **Inquiry by design: Environment-Behavior Research**. Belmont: Cambridge, 1990, p. 111-136.

ANEXOS

Anexo A – Questionário aplicado aos moradores do Residencial Atalaia, Governador Valadares, MG

Esse questionário é parte da pesquisa intitulada “*Habitus* e produção da habitação de interesse social: modos de uso e configuração espacial no Residencial Valadares – Programa Minha Casa, Minha Vida em Governador Valadares, MG”.

Agradecemos sua colaboração e caso o (a) Sr. (a) queira receber mais informações sobre esta pesquisa, favor entrar em contato conosco. Por tratar-se de pesquisa científica, informamos que os nomes não serão divulgados em nenhuma hipótese.

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:

Entrevistador: _____ Data: ____ / ____ /2014

A. CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

- 1. Nome:** _____
- 2. Número de residentes em casa:**
☐ uma pessoa ☐ duas pessoas ☐ três a quatro pessoas ☐ mais de cinco pessoas
- 3. Renda familiar em salários mínimos**
☐ menos de 1 ☐ 1 a 2 ☐ 2 a 3 ☐ Mais de 3
- 4. Tempo de moradia no conjunto residencial atalaia:**
☐ menos de 1 ano ☐ desde a inauguração ☐ mais de 1 ano
- 5. Qual transporte o Sr. (Sr^a) ou membro de sua família utiliza para ir para o trabalho?**
☐ transporte coletivo ☐ motocicleta ☐ carro ☐ bicicleta ☐ Outros:
- 6. Em que bairro que o Sr. (Sr^a) morava anteriormente?**
- 7. Como foi morar lá?**
☐ muito bom ☐ bom ☐ razoável ☐ não gostava de morar lá porque
☐ não era tão seguro ☐ não gostava da vizinhança ☐ era distante do trabalho ☐ outros motivos
- 8. O Sr. (Sr^a) morava em casa ou apartamento?** ☐ casa ☐ apartamento
- 9. Como era sua moradia anterior? pode marcar mais de uma resposta.**
☐ muito adequada às necessidades da minha família
☐ muito pequena e não atendia às necessidades da minha família
☐ gostava mais dela do que da moradia atual porque não gosto de morar em condomínio
☐ gostava mais dela do que da moradia atual por causa dos vizinhos
☐ gostava mais dela do que da moradia atual por causa do bairro
☐ gosto mais da casa/apartamento anterior
☐ gosto mais da moradia atual

**B. ADEQUAÇÃO DO PROJETO DO CONJUNTO RESIDENCIAL ATALAIA AO
MODO DE VIDA DOS MORADORES**

(Relação de conflito/congruência com o projeto arquitetônico e trabalho social)

Relação com o saber arquitetônico

B1. Espacialização do Residencial Floresta:

10. Identificação do Morador com o bairro

- ☐ gosto da vizinhança do bairro ☐ não gosto da vizinhança do bairro ☐ gosto e já tenho amigos no bairro ☐ gosto da aparência do bairro ☐ não gosto da aparência do bairro ☐ procuro gostar de morar aqui

11. Em relação à segurança no bairro:

- ☐ me sinto à vontade ao transitar no bairro
☐ é necessário o porteiro no residencial, pois há violência no bairro
☐ mesmo com o porteiro não me sinto seguro
☐ falta policiamento nas ruas, por isso não ando pelo bairro
☐ o bairro é seguro
☐ mudei minha rotina para me sentir seguro(a) no bairro, mas não me incomoda mudar alguns hábitos. O que mudou?

12. Em relação à mobilidade urbana

- ☐ muito distante do centro da cidade e do trabalho, e demoro bastante para chegar
☐ não é longe porque eu vou de carro ou de moto para o trabalho ou para o centro da cidade
☐ eu utilizo a bicicleta para me locomover e não acho desconfortável nem longe
☐ eu utilizo o transporte público para me locomover, e não acho desconfortável ou longe
☐ tenho utilizado formas de transporte antes não utilizadas por mim, tais como, caronas entre vizinhos ou outros. Quais?

13. Equipamentos públicos e sua funcionalidade

- ☐ o comércio, os serviços de saúde e as escolas do bairro atendem a mim e à minha família
☐ os serviços de saúde do bairro não atendem plenamente às nossas expectativas mas as utilizamos
☐ as escolas do bairro não atendem plenamente às nossas expectativas mas nós as utilizamos
☐ o comércio do bairro não atende plenamente nossas expectativas mas nós o utilizamos:
☐ Pelo menos um desses equipamentos públicos é precário. Qual(s)
☐ Mudamos alguns hábitos para que mesmo com alguns desses serviços não funcionando possamos morar aqui sem maiores problemas. Descrever?

14. Sociabilidade e lazer no bairro:

- ☐ o bairro atalaia não oferece equipamentos de lazer ou de encontros sociais, tais como, grêmio recreativo, clubes sociais acessíveis à população do bairro, grupos da terceira idade, parques, quadras esportivas e outros
☐ o bairro oferece equipamentos tais quais os acima listados
☐ o bairro oferece equipamentos, tais como os acima listados, no entanto, eu e minha família não utilizamos. Por que:

- ☐ o bairro não oferece equipamentos, tais quais os acima listados, no entanto, utilizo frequentemente outros espaços, pois temos veículo que nos permite os deslocamentos necessários
- ☐ gostaria que houvesse esses equipamentos, pois sinto falta de maior contato com os vizinhos e novas amizades
- ☐ Embora não haja os equipamentos, faço amigos nas minhas caminhadas pelo bairro, quando vou ao comércio, à igreja, etc.
- ☐ gostaria que houvesse equipamentos públicos para exercícios físicos e encontros sociais mais adequados ao meu estilo de vida
- ☐ Sugeri equipamentos para o bairro. Tais como:

B2. Tipologia do Residencial Valadares

15. Identificação do morador com o Residencial Valadares

- ☐ gosto da aparência do residencial
- ☐ não gosto da aparência do residencial
- ☐ Preferiria morar em casa, no entanto,
- ☐ as pessoas que residem aqui são parecidas com aquelas com quem convivia antes, e me sinto confortável com isso
- ☐ as pessoas que residem aqui não se parecem com meus antigos vizinhos e amigos, no entanto, convivo bem com meu vizinhos
- ☐ não gosto da convivência no residencial
- ☐ tenho menos contato com vizinhos, por serem diferentes de mim. No entanto, compensamos esse tipo de convivência com:

16. Funcionalidade e conforto das áreas do condomínio

Quanto às áreas de lazer do condomínio:

- ☐ são utilizadas, pois são espaços adequados e importantes para o nosso dia a dia
- ☐ são importantes, no entanto, não funcionam como deveriam. Quais os problemas que você destacaria?
- ☐ portão de entrada do condomínio. Por quê?
- ☐ portão do estacionamento. Por quê?
- ☐ interfone. Por quê?
- ☐ corredores e escadas. Por quê?
- ☐ a garagem. Por quê?
- ☐ portões de entrada dos blocos. Por quê?
- ☐ lixeiras. Por quê?
- ☐ preferiria morar em casa, pois não gosto de ter que usar esses espaços coletivos
- ☐ a(s) seguinte(s) área(s) funciona(m) adequadamente, exceto:
- ☐ a(s) seguinte(s) área(s) causam mais problemas do que vantagens aos moradores: Como? _____

Se pudesse modificar alguma coisa nas áreas coletivas do Residencial Atalaia, eu mudaria:

- ☐ a área de estacionamento seria em outro local
- ☐ a área de estacionamento seria coberta
- ☐ a área de festas/churrasqueira seria em outro local
- ☐ a área de festas/churrasqueira seria maior
- ☐ plantaria árvores
- ☐ a quadra seria em outro local

- ☐ a quadra seria coberta
 - ☐ criaria outros espaços de lazer, como:
 - ☐ gostaria que existissem áreas diferentes dessas, tais como:
 - ☐ cite ação(s) para lidar com essas inadequações das áreas do condomínio:
-

17. Sociabilidade e lazer no condomínio

- ☐ as áreas de lazer existentes são espaços importantes para os moradores.
- ☐ não utilizo as áreas de lazer do condomínio
- ☐ são espaços desnecessários
- ☐ são espaços necessários mas subutilizados
- ☐ a quadra é bem utilizada
- ☐ a área de festas/churrasqueira é bem utilizada
- ☐ a área de lazer coletiva é muito útil, concordo que deva existir
- ☐ deveria ter outros tipos de lazer, além do existente
- ☐ o tipo de lazer não interessa aos moradores
- ☐ as áreas de lazer trazem mais problemas do que vantagens para os moradores
- ☐ falta um parquinho para as crianças
- ☐ sinto falta de espaço para encontros com a vizinhança
- ☐ embora não sejam espaços adequados, aproveitamos de diversas formas, tais como:

18. Territorialidade no Residencial Valadares

- ☐ me sinto confortável em relação à utilização das áreas por mim e pelos moradores
- ☐ não me sinto confortável, pois, acho incômoda a utilização de alguma áreas do condomínio. Quais e por quê?
- ☐ uma vez que as áreas internas do condomínio não são adequadas às nossas atividades, algumas áreas do residencial são utilizadas de forma inadequada ou invasiva. Descreva:
- ☐ O muro, o porteiro, a porta dos blocos são elementos eficazes para me sentir confortável morando em condomínio
- ☐ é incomum pessoas estranhas transitarem nas áreas do condomínio
- ☐ Inseri elementos, tais como, gradis, cercas, marcas de modo a manter nosso espaço.

Caso tenha utilizado outros elementos para essa função, descrever.

B3. O apartamento

19. Identidade

- ☐ sempre gostei da aparência do apartamento, mesmo antes de vir morar aqui
 - ☐ gosto da aparência do apartamento, principalmente, porque escolhemos os moveis e objetos contidos nele
 - ☐ inicialmente, não gostava da aparência do apartamento, no entanto, fiz modificações para que eu me sentisse à vontade e gostando de morar aqui. O que foi feito?
 - ☐ não gosto/não acho bonito o apartamento, mas, moro aqui por uma necessidade
- Se pudesse mudar o aspecto do apartamento, o que você faria?

20. Ambiência

- ☐ () sinto-me confortável no meu apartamento em todos os sentidos, inclusive, para receber meus amigos e familiares
- ☐ () meu apartamento é confortável quanto à luminosidade, acústica, ventilação e temperatura.
- ☐ () meu apartamento não é confortável em relação a algum(s) item(s) acima. Qual(s)?
- ☐ () A disposição dos moveis e a circulação no apartamento me permitem conforto ao usar as áreas do apartamento
- ☐ () fiz algumas modificações no meu apartamento para me sentir mais confortável. Qual(s)?
- ☐ () penso que nada que eu tenha condições de fazer, no momento, possa melhorar o meu conforto
- ☐ () embora não seja totalmente confortável, me sinto bem aqui, pois sinto prazer em morar aqui

21. Territorialidade e segurança

- ☐ () me sinto seguro quando estou em meu apartamento, pois é protegido de maneira geral de estranhos
- ☐ () não me sinto tão seguro no apartamento. Por quê?
- ☐ () tenho tranquilidade em relação aos vizinhos, pois há respeito em relação aos espaços de cada apartamento
- ☐ () o apartamento permite que nosso espaço seja bem cuidado de modo a evitar pessoas indesejadas
- ☐ () fiz algumas modificações ou inserções de elementos que me ajudam nessa questão. Quais?

22. Privacidade

- ☐ () tenho privacidade em meu apartamento em relação aos demais membros da família.
- ☐ () o uso das portas e janelas dos apartamentos não prejudica a privacidade, pois temos consciência de que não devemos ser invasivos
- ☐ () gostaria que as portas e janelas fossem em posições diferentes ou que fossem usados de maneira que não nos sintamos invadidos
- ☐ () embora a privacidade não seja perfeita, não me incomodo com as maneiras de uso ou da posição de portas e janelas no condomínio
- ☐ () utilizo cortinas e/ou divisórias no apartamento para manter nossa privacidade
- ☐ () gostaria de manter as portas e janelas abertas em períodos em que são fechadas, mas, opto sempre pela minha privacidade, e isso não é desconfortável para mim
- ☐ () acho muito difícil conviver em apartamento, pois não temos muita privacidade entre os vizinhos
- ☐ () em família, pelo dimensionamento e divisão dos cômodos, não temos muita privacidade
- ☐ () me incomoda a falta de privacidade no espaço interno do apartamento
- ☐ () mudei alguns hábitos para manter minha privacidade. Tais como:

23. Funcionalidade

- ☐ () a divisão do apartamento me atende em relação ao meu dia a dia
- ☐ () o tamanho dos cômodos é bom para nossa família
- ☐ () teria que haver mais quartos para atender à minha família
- ☐ () a cozinha é pequena, pois, gostaria de fazer as refeições nesse espaço

- ☐ a sala tem um bom tamanho para receber visitas, assistir a televisão ou para outras atividades
- ☐ preferiria que não houvesse abertura entre a cozinha e a sala. Por quê?
- ☐ o banheiro é adequado à minha família.
- ☐ acrescentei alguns elementos no apartamento para atender às minhas atividades diárias e ao meu estilo de vida. Quais? _____
- ☐ o apartamento não atende às minhas expectativas em relação ao uso diário. Por quê?
- ☐ embora não seja perfeito, o apartamento me atende de maneira satisfatória, e não acrescentei nenhum elemento compositivo

C. RELAÇÃO COM O SABER DO TRABALHO SOCIAL

C1. Eixo de educação sanitária, ambiental e patrimonial

24. Em relação à utilização das áreas coletivas e do apartamento

- ☐ os moradores do residencial utilizam apropriadamente as áreas e equipamento para que sejam conservados
- ☐ o trabalho social foi importante para a conscientização dos moradores em relação ao seu bom uso do nosso patrimônio
- ☐ penso que mesmo que não tenha havido o social, os moradores saberiam e teriam consciência da necessidade da boa utilização e manutenção do nosso patrimônio
- ☐ os moradores não utilizam inadequadamente áreas externas ao apartamento de forma inapropriada.
- ☐ os moradores utilizam inadequadamente essas áreas com frequência, e impacta negativamente na organização e/ou estética do condomínio. Como?
- ☐ os moradores não utilizam apropriadamente as áreas coletivas e o apartamento, pois sempre tem havido necessidade de reparos , o que às vezes nem é realizado
- ☐ se não fosse a falta de dinheiro para a manutenção, tudo funcionaria, perfeitamente.

Cite ações do Trabalho Social que foram importantes para a manutenção das áreas coletivas e do apartamento.

25. Em relação à limpeza das áreas coletivas e do apartamento

- ☐ os moradores cuidam bastante da limpeza/higiene
- ☐ os moradores cuidam bastante da limpeza/higiene, e o trabalho social ajudou muito.
- ☐ não fosse o trabalho social, os hábitos seriam outros, portanto, acho o trabalho social indispensável
- ☐ o trabalho social não ajudou muito
- ☐ quanto ao lixo, os moradores têm bons hábitos de higiene/organização
- ☐ a disposição de lixeiras ajuda na manutenção da limpeza
- ☐ o trabalho social tratou dessa questões do lixo no dia a dia do condomínio
- ☐ a coleta de lixo na cidade funciona bem para os moradores daqui
- ☐ não há coleta ou o serviço de coleta é muito ruim e não ajuda na limpeza do condomínio

Quais ações do trabalho social quanto ao aspecto acima?

Cite boa(s) prática(s) dos moradores quanto á limpeza/higiene:

O social contribuiu para essa boa prática?

Cite má(s) prática(s) dos moradores quanto á limpeza/higiene:

O social contribuiu para essa má prática?

C2. Mobilização e organização comunitária

26. comportamento dos moradores quanto ao espaço, equipamentos e sua implicação na convivência

- ☐ os moradores utilizam os espaços e equipamentos de forma adequada, independentemente do Trabalho Social
- ☐ os moradores utilizam bem o espaço e equipamentos, e o Trabalho Social foi muito importante
- ☐ a convivência não é boa porque não se respeita o espaço de cada um

- ☐ os moradores agem educadamente no residencial, pois não se houve barulhos após 22 horas
- ☐ os moradores são conscientes que deve haver organização e regras, portanto, não se vê a utilização indevida dos espaços, tais como, deixar objetos em lugares
- ☐ a utilização dos seguintes espaços e equipamentos é adequada no residencial: portaria, portão de entrada, interfone, quadra esportiva, antenas de tv, internet, espaço da churrasqueira, gramado descoberto, estacionamento, portões dos blocos, espaços internos dos blocos, o próprio apartamento, áreas coletivas sem fins específicos, exceto:
(caso a inadequação impacte negativamente no dia a dia, descreva o problema; caso não haja atritos/insatisfação apenas cite os itens não utilizados adequadamente)
Caso tenha citado e descrito as inadequações, responda qual o papel do trabalho social em relação a esses itens. Houve um trabalho que tratasse das questões? A que você atribui à inadequação?
- ☐ não há inconveniente quanto à instalação de equipamentos, tais como, antena externa de TV, toldos, grades nas janelas entre outros, pois as regras e o comportamento dos moradores contribuem para que tudo ocorra bem.
- ☐ é verdade a resposta acima, e o Trabalho Social teve papel importante nisso
- ☐ os moradores não utilizam as janelas ou corredores de forma inadequada, tal como, colocar roupa para secar nesses espaços
- ☐ não fosse o trabalho social, os moradores utilizariam as janelas ou corredores de forma inadequada
- ☐ penso que foi dispensável o Trabalho Social ter tratado desses possíveis comportamentos dos moradores, pois a grande maioria não utilizaria inadequadamente esses espaços, mesmo que não houvesse o trabalho social
- ☐ quanto ao consumo de água no condomínio, todos cooperam e não utilizam a água do condomínio para uso pessoal
- ☐ há utilização da água de forma inadequada. Como?
- ☐ a energia elétrica dos espaços coletivos é usado de forma adequada
- ☐ a utilização da energia elétrica não é sempre adequada. Aponte o uso inadequado:
- ☐ os moradores lidam bem com a presença de animais domésticos no residencial
- ☐ não fosse o Trabalho Social, haveria problemas de convivência em função da presença de animais nos apartamentos e áreas coletivas
- ☐ há grandes problemas de convivência em relação aos animais, mesmo que tenha havido ações do Trabalho Social em relação a isso
- ☐ os objetos decorativos e de paisagismo nos corredores dos blocos, entre outros, estão de acordo com as regras do condomínio, e a grande maioria segue as regras de utilização do espaço

- () os objetos alocados nos espaços coletivos, tais como os acima citados e outros, causam desconforto problema de convivência. Citar.
- () as regras de convivência do Regimento Interno do Residencial Atalaia foram esclarecidas pelo Trabalho Social e tem ajudado no adequado comportamento dos moradores
- () o Trabalho Social não foi importante para que os moradores observassem as regras do condomínio, pois, independente do Trabalho Social, as regras não seriam cumpridas
- () as regras do Regimento Interno seriam cumpridas mesmo sem o Trabalho Social que houve
- () o Trabalho Social foi importante para a boa utilização das áreas e para o adequado comportamento dos moradores em todos os sentidos
- () alguns moradores mudaram ou mudariam daqui porque faltam condições para pagamento das prestações e despesas com o apartamento

27. Funcionamento e gestão do condomínio

- () os moradores foram preparados para administrar o condomínio
- () os síndicos e subsíndicos de forma geral são competentes
- () são competentes e exercem um papel importante na organização do condomínio
- () os moradores foram orientados quanto ao papel do(s) síndico(s) e penso ser importante respeitar sua administração
- () não haveria necessidade das orientações quanto á administração e funcionamento do condomínio, pois os moradores são pessoas que sabem lidar com isso facilmente
- () não há problema ou á poucos problemas quanto ao funcionamento dos equipamentos, dos correios, da portaria e das áreas coletivas, pois os síndicos sabem lidar com isso.
- () o valor do condomínio é compatível com nossos ganhos e houve esclarecimentos pelos técnicos sociais em relação à necessidade de pagamento condominial.
- () as contas do condomínio frequentemente estão negativas, pois a administração não tem sido boa
- () o Trabalho Social tratou de aspectos de economia doméstica, e alguns moradores fazem trabalhos extras para dar conta do pagamento mensal
- () a inadimplência é muito alta no condomínio, e nada tem sido feito para reverter a situação
- () a inadimplência tem diminuído, pois os síndicos, subsíndicos e moradores tem consciência da necessidade de pagamento da taxa
- () as reuniões de condomínio frequentemente têm efeito positivo no comportamento dos moradores, pois todos querem cooperar com o bom funcionamento do condomínio
- () penso que os moradores não lidam bem com o funcionamento e gestão do condomínio, pois não foram advertidos quanto a isso
- () tenho conhecimento do Regimento Interno do Residencial Atalaia, e contribuo para o seu cumprimento
- () contribuo para o cumprimento, e já sugeri revisão para atender às nossas necessidades
- () algumas regras já foram revistas em função das demandas dos moradores. Quais?
- () alguns moradores mudaram ou mudariam porque houve problemas com a vizinhança
- () alguns moradores mudaram ou mudariam porque não se adaptaram a viver em um apartamento

D. Pertencimento X sustentabilidade do projeto

28. Relação de territorialidade/identidade com o espaço em longo prazo

- ☐ não pretendo me mudar daqui depois de pagar pelo imóvel, mesmo não gostando do lugar
- ☐ pretendo morar aqui, porque gosto do lugar, das pessoas, e do meu apartamento
- ☐ se pudesse comprar outro apartamento igual, mas, em outro bairro, eu compraria
- ☐ se pudesse comprar uma casa em outro bairro, eu me mudaria, pois não tenho laços afetivos com o espaço e nem me identifico com ele
- ☐ quando quitar o financiamento, eu penso em me mudar, pois nunca gostei de morar aqui
- ☐ gostaria de morar aqui por muitos anos
- ☐ tenho me adaptado a morar aqui, e creio que vou gostar cada vez mais do Residencial Valadares, mesmo mantendo relações estreitas com o meu bairro antigo.
- ☐ Para me adaptar ao lugar eu procuro: _____

Escreva uma palavra ou expressão que defina sua relação com o Residencial Valadares:

Obrigado pela participação!

Weder Silveira Cunha
Mestrando Universidade Federal de Viçosa

Anexo B – Roteiro de Entrevista – Assistente Social – Responsável Técnico TS – Residencial Atalaia, Governador Valadares, MG

Este roteiro de entrevista é parte da pesquisa intitulada “*Habitus* e produção da habitação de interesse social: modos de uso e configuração espacial no Residencial Valadares – Programa Minha Casa, Minha Vida em Governador Valadares, MG”.

Agradecemos sua colaboração e caso o Sr. queira receber mais informações sobre esta pesquisa, favor entrar em contato conosco. Por tratar-se de pesquisa científica, informamos que o seu nome não será divulgado em nenhuma hipótese.

Entrevistador: _____ Data: ____ / ____ /2014

Entrevistado: Assistente Social responsável pelo trabalho social

SOBRE AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES dos TÉCNICOS-SOCIAIS

1. Como foi a realização do Trabalho Social no Residencial Atalaia? Descreva desde as expectativas da equipe técnica até a participação dos moradores.
2. O objetivo principal do TS foi preparar os beneficiários para apropriação do ambiente construído, estimulando a organização da população e a sua permanência no imóvel. O Sr. diria que o escopo do trabalho foi atingido?
 - 2.1. Em caso positivo, aponte elemento(s) fundamental(s) para que isso tenha ocorrido, incluindo-se, aí, a própria configuração do espaço no Residencial Atalaia.
 - 2.2. Em caso negativo, aponte elemento(s) fundamental(s) para que isso tenha ocorrido, incluindo-se, aí, a própria configuração do espaço no Residencial Atalaia.
3. Abaixo têm-se os objetivos específicos do TS. Cite aquelas ações que foram relevantes para a efetividade do trabalho correlacionadas ao objetivo. Em caso da não efetividade do TS em relação a quaisquer objetivos abaixo, descreva também a dinâmica do trabalho.

Informar os beneficiários sobre o Programa, o contrato de parcelamento a ser assinado, o papel de cada agente envolvido, seus direitos e deveres;

- Criar mecanismos visando à integração e participação dos beneficiários e demais atores envolvidos;
 - Disseminar conceitos de Educação Patrimonial e Ambiental que favoreçam o compromisso com a conservação e manutenção dos imóveis e espaços coletivos, pelos beneficiários;
 - Estimular a adimplência;
 - Incentivar a participação dos beneficiários na gestão do empreendimento;
 - Preparar os beneficiários para a gestão condominial
- 3.1. Você acrescentaria outro(s) objetivo(s) específico(s) que não tenha sido contemplado formalmente no PTS, no entanto, pela própria dinâmica do trabalho tenha(m) sido inserido(s)? Quais os resultados?
 4. O que você pensa sobre os elementos abaixo relacionados, considerando-se o perfil dos moradores e à sustentabilidade do projeto?
 - A localização do Residencial face à infraestrutura urbana da cidade
 - A tipologia e o perfil dos moradores
 - As áreas de lazer
 - O apartamento
 5. O que você diria sobre a identificação dos moradores com o morar no Residencial Atalaia

Anexo C – Roteiro de Entrevista – Síndico e Subsíndico. Residencial Atalaia. Governador Valadares, MG

Este roteiro de entrevista é parte da pesquisa intitulada “*Habitus* e produção da habitação de interesse social: modos de uso e configuração espacial no Residencial Valadares – Programa Minha Casa, Minha Vida em Governador Valadares, MG”.

Agradecemos sua colaboração e caso o Senhor queira receber mais informações sobre esta pesquisa, favor entrar em contato conosco. Por tratar-se de pesquisa científica, informamos que o seu nome não será divulgado em nenhuma hipótese.

Entrevistador: _____ Data: ____ / ____ /2014

Entrevistado: síndico/subsíncicos do Residencial Atalaia sobre as práticas e representações dos Síndicos e Subsíncicos

1. O Senhor participou efetivamente das atividades do Trabalho Social? Como foi?

2 Quando o Senhor assumiu a gestão do condomínio se sentiu preparado? Como foi?

2.1 Qual a importância do Trabalho Social para o síndico/subsíncicos? Como o Senhor utiliza dos conhecimentos adquiridos nas capacitações para a gestão condominial?

2.2 O Senhor teria alguma sugestão ou observação quanto ao Trabalho Social realizado, notadamente quanto às atividades de capacitação para a gestão do condomínio?

3 Como o Sr. avalia o dia a dia no condomínio quanto à utilização dos equipamentos e dos espaços coletivos; ao comportamento quanto à manutenção e limpeza; à adimplência; à convivência?

4 O Sr. poderia nos dizer pontos positivos/pontos críticos (se houver) quanto ao habitar o Residencial Atalaia. Inclui-se na pergunta o que o Senhor pôde observar desde a mudança para o bairro Atalaia até os hábitos dos moradores nos espaços do condomínio e sua unidade habitacional.

5 Os moradores do Residencial Atalaia são pessoas preparadas para a convivência em condomínio e para um possível papel de síndico? Por quê?

6 Se não tivesse havido o Trabalho Social, como o Senhor veria o Residencial Atalaia?

7 Como o Sr. vê o espaço do Residencial Atalaia daqui a alguns anos?
